




COMBOIOS DE PORTUGAL

08

# RELATÓRIO & CONTAS





Por mais oxigénio,  
por mais liberdade,  
por mais sorrisos.  
É por isso que  
fazemos cada vez  
mais pelo ambiente.

# ÍNDICE

CAP	PÁG
1	6
2	8
2.1	8
2.2	9
2.3	10
2.4	10
2.5	10
2.6	11
2.7	14
2.8	16
2.9	16
2.10	17
3	18
4	19
4.1	19
4.2	20
4.3	22
4.4	23
5	24
5.1	24
5.2	25
5.3	25
6	27
6.1	27
6.1.1	27
6.1.2	28
6.1.3	29
6.2	30
6.2.1	30
6.2.2	31
6.2.3	32
6.3	33
6.3.1	33
6.3.2	34
6.3.3	35
6.4	36
6.4.1	36
6.4.2	37
6.4.3	38
6.5	39
6.5.1	39
6.5.2	40
6.5.3	41
7	42
7.1	42
7.2	43
7.3	49
7.4	55
7.5	56

## MENSAGEM DO PRESIDENTE

### GOVERNO DA SOCIEDADE

Missão, Objectivos e Políticas da Empresa  
Regulamentos internos e externos a que a Empresa está sujeita  
Informação sobre as transacções relevantes com entidades relacionadas  
Informação sobre outras transacções  
Modelo de Governo e identificação dos mebrs dos Órgãos Sociais  
Estatuto remuneratório fixado  
Análise da sustentabilidade da Empresa nos domínios económicos, social e ambiental  
Avaliação do Cumprimento dos Princípios de Bom Governo  
Apresentação do Código de Ética  
Critérios de imputação dos Custos Corporativos por Unidade de Negócio

### PARTICIPADAS

#### SÍNTESE DE GESTÃO

Enquadramento da Actividade  
Síntese de Actividade  
Síntese dos Resultados  
Indicadores CP Global

#### GESTÃO DE MEIOS

Recursos Humanos  
Frota  
Serviços Partilhados

#### ACTIVIDADE OPERACIONAL

##### CP LISBOA

Síntese de Actividade  
Síntese dos Resultados  
Indicadores - CP Lisboa

##### CP PORTO

Síntese da Actividade  
Síntese dos Resultados  
Indicadores - CP Porto

##### CP LONGO CURSO

Síntese da Actividade  
Síntese dos Resultados  
Indicadores - CP Longo Curso

##### CP REGIONAL

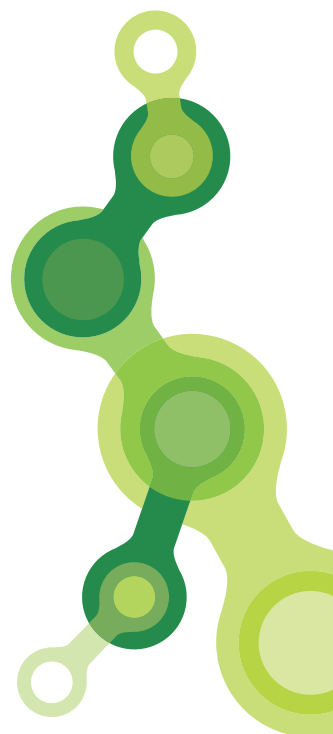
Síntese da Actividade  
Síntese dos Resultados  
Indicadores - CP Regional

##### CP CARGA

Síntese da Actividade  
Síntese dos Resultados  
Indicadores - CP Carga

#### GESTÃO FINANCEIRA


Introdução  
Resultados do Exercício  
Balanço  
Relações Financeiras CP/ ESTADO e Fundos Comunitários  
Despesas de Investimento e seu Financiamento



# ÍNDICE

CAP	PÁG	
8	57	RISCOS FINANCEIROS
9	60	FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO
10	61	EVOLUÇÃO PREVISÍVEL DA ACTIVIDADE DA CP
11	62	RECOMPOSIÇÃO DO CAPITAL
12	62	APLICAÇÃO DE RESULTADOS
	63	BALANÇO E CONTAS
	109	RELATÓRIO E PARECER DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO
	114	CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS
	121	RELATÓRIO DO AUDITOR EXTERNO



A high-speed train is shown in motion, viewed from inside the train looking out the window. The landscape outside is blurred, showing trees and a clear sky. The train's tracks and overhead power lines are visible. In the bottom right corner, there is a decorative graphic of green circles and lines, resembling a molecular or network structure.

É por querermos mais que  
apostamos na inovação e  
implementamos sistemas de  
controle de emissões de CO<sub>2</sub>.  
É no futuro que nos  
inspiramos para continuar  
a sonhar.  
Assim chegamos mais longe.

# 1 MENSAGEM DO PRESIDENTE

**Em termos de produção, transportámos mais Passageiros e em maiores percursos e mantivemos a performance do transporte de mercadorias a níveis semelhantes aos dos últimos anos.**

Neste exercício de 2008, melhorámos o Resultado Operacional em 6% relativamente ao Resultado obtido em 2007 e reduzimos pela primeira vez o seu valor para menos de 100 milhões de euros, alcançando cerca de – 99,7 milhões de euros, facto que não se pode deixar de considerar como histórico e revelador de uma melhoria continuada e consistente da performance da Empresa.

Tal Resultado foi possível face ao aumento relevante dos Proveitos de Exploração e à contenção de Custos possível, não obstante o aumento do preço dos combustíveis e o ambiente de crise que caracterizou a fase final do ano.

No entanto, o peso do endividamento histórico da Empresa e o crescimento das taxas de juro agravaram o resultado financeiro, que se situou em – 108 milhões de euros, o que contribuiu, juntamente com a diminuição dos Resultados extraordinários para que o Resultado Líquido fosse de – 190 milhões de euros.

Em termos de produção, transportámos mais Passageiros e em maiores percursos e mantivemos a performance do transporte de mercadorias a níveis semelhantes aos dos últimos anos.

Apostámos na melhoria contínua dos serviços prestados aos nossos Clientes, oferecendo mais e melhor transporte, mais segurança, mais facilidade na aquisição dos títulos e melhor informação.

Adequámos os horários, não só na sequência da reabertura do túnel do Rossio, encerrado desde Outubro 2004 e da electrificação da Linha do Sado, mas acima de tudo também para melhor responder às necessidades dos nossos Clientes.

Melhorámos os nossos processos produtivos. A qualidade do nosso serviço foi publicamente reconhecida, representando 2008 um dos marcos da vida da Empresa, ano em que toda a Empresa foi certificada pela ISO 9001:2000 e se tornou a primeira Empresa de transportes, de dimensão nacional, a obter a certificação da qualidade de todos os seus processos críticos de negócio.

Não esquecemos a nossa responsabilidade social, nomeadamente para com os nossos Clientes com necessidades especiais e desenvolvemos e apoiámos inúmeras iniciativas que evidenciaram o nosso compromisso nesta vertente.

Sendo uma Empresa voltada para o futuro, consideramo-nos indispensáveis no negócio da Alta Velocidade que se perfila, quer pela experiência adquirida, quer pela articulação que podemos potenciar entre o transporte na Rede de Alta Velocidade e na Rede Convencional, quer ainda pela flexibilidade que temos em ajustar o nosso modelo de exploração ao faseamento construtivo do Projecto. Desenvolveram-se, por isso, as iniciativas de aprofundamento da estratégia a implementar e identificámos os passos subsequentes, nomeadamente na concretização da política de parcerias e de preparação interna para os desafios que se nos colocam.

Paralelamente e perspectivando o futuro próximo, preparámos o Processo de Concurso para aquisição de novo material circulante pela CP, destinado aos serviços de Passageiros do Regional e das duas Unidades de Urbanos, tendo como objectivo a substituição de material obsoleto e com custos de manutenção elevados e de baixa fiabilidade funcional, bem como promover uma

oferta de qualidade e atender às tendências de aumento da procura.

Tendo em vista uma decisão de aquisição/aluguer, iniciámos a análise das necessidades de material circulante de tracção Diesel a afectar à CP Carga, dada a evidente obsolescência do parque existente e os consequentes custos de exploração acrescidos que caracterizam a sua actividade e que contrariam a necessária eficiência exigida em ambiente de mercado liberalizado.

Uma referência à actividade das nossas empresas participadas, que desenvolveram um significativo esforço de melhoria dos respectivos desempenhos, não deixando de raciocinar numa lógica de Grupo e de acompanhamento das necessidades da CP. Igualmente será de salientar, dada sua singularidade, o desenvolvimento com sucesso do processo tendente à alienação da TEX.

**Se preparámos o futuro não deixámos de celebrar o passado e a sólida tradição e cultura ferroviárias** ao comemorar o centenário da Linha do Vouga, ou os 20 anos do serviço Intercidades.

Como nota relevante, salientamos que, apesar de continuarmos a apresentar Resultados Operacionais melhores de ano para ano, o passivo continua a registar significativos agravamentos, quer pela necessidade de financiar o défice de exploração e de investimento, quer sobretudo pela necessidade de financiar os encargos financeiros decorrentes da dívida histórica, situação que justifica um Plano urgente de saneamento financeiro da Empresa.

Nesse sentido o Conselho de Gerência tem vindo a trabalhar com as Tutelas Financeira e Técnica, tendo em vista identificar as possíveis formas de actuação concreta e correctiva da situação, onde a contratação de objectivos de gestão e a contratualização das obrigações de Serviço Público prestadas são peças incontornáveis. Preparámos, nesse sentido, a Carta de Objectivos a celebrar com o Governo e apresentaremos no ano de 2009 as propostas de contratação do Serviço Público referentes à CP Lisboa e CP Porto.

Eng.º Francisco José Cardoso dos Reis

Obviamente que estes passos necessários e urgentes não serão suficientes, dada a dimensão da dívida histórica, sendo indispensáveis medidas complementares corajosas por parte do accionista Estado que possam anular uma parte substancial daquela dívida.

Este é um dos nossos desafios mais importantes, apesar do cenário económico de crise que se começou a sentir a partir do 1º Semestre 2008, com impacto significativo nas necessidades de mobilidade e transporte de pessoas e bens.

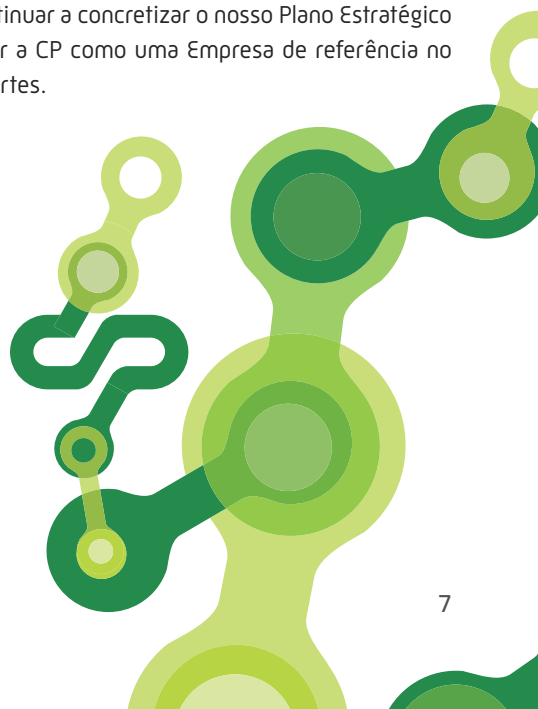
Apesar da incerteza dos tempos que vivemos, estamos cientes que é nos períodos de dificuldades que é necessário uma criatividade acrescida na busca das soluções indispensáveis à obtenção dos objectivos que nos propomos. Para tal contamos com o profissionalismo e dedicação permanente dos colaboradores da CP, que não esquecem que o futuro da Empresa depende em grande parte do seu contributo e a quem dirigimos uma primeira palavra de agradecimento.

Uma palavra de agradecimento à Banca que nos tem acompanhado no esforço de gestão optimizada dos recursos financeiros necessários à nossa actividade.

Uma palavra de agradecimento também pelo acompanhamento diligente e profissional prestado pela Comissão de Fiscalização da CP à actividade desenvolvida.

De igual modo agradecemos de forma reconhecida o apoio recebido das Tutelas Financeira e Técnica, sem o qual não teria sido possível ultrapassar muitas das dificuldades que se nos colocaram neste exercício.

Termino com uma palavra de optimismo e de confiança na nossa capacidade de continuar a concretizar o nosso Plano Estratégico CPmais e a afirmar a CP como uma Empresa de referência no sector dos transportes.



# 2 GOVERNO DA SOCIEDADE

## 2.1 Missão, Objectivos e Políticas da Empresa

A CP tem por missão prestar serviços de transporte ferroviário de Passageiros e de mercadorias, com uma dinâmica de inovação, salvaguarda do ambiente e melhoria de segurança, através de:

- Oferta de comboios competitivos em termos de rapidez, frequência, pontualidade, conforto e higiene
- Promoção da intermodalidade para uma oferta de serviços integrados e ajustados às necessidades dos Clientes
- Pessoal qualificado e motivado, funcionalmente enriquecido e capaz de iniciativas
- Uma organização flexível e capaz de responder aos desafios do mercado
- Prática de sistemas tarifários ajustados com os vários mercados onde opera, tendo em conta a relação preço/qualidade em causa
- Contratualização justa quer dos serviços prestados, nomeadamente do serviço público, quer dos serviços necessários à exploração
- Uma comunicação dinâmica e de qualidade
- Desenvolvimento de parcerias (estratégicas) que reforcem a cadeia de valor dos serviços prestados
- Valorização das relações com as comunidades locais, permitindo aumentar o valor do serviço oferecido aos Clientes e reforçar as quotas de mercado nos segmentos-alvo.

Os objectivos da CP estão consubstanciados no seu programa de transformação estratégica CPmais 2007-2010 e são:

- Ser uma referência no mercado,
- Melhorar os seus resultados,

- Criar valor para o Cliente, para o Accionista Estado e para os Colaboradores.

A estratégia da CP está focada em cinco importantes vectores de actuação:

- Fomentar o aumento sustentado da procura, alavancada numa proactividade comercial e na melhoria da intermodalidade;
- Atenuar os desequilíbrios tarifários que afectam os segmentos de negócio;
- Redefinir os valores, a cultura e a organização, de modo a alinhá-los aos critérios de produtividade;
- Adoptar um modelo de gestão do material circulante que assegure a máxima qualidade do serviço, a segurança e a rentabilidade dos activos;
- Melhorar a eficiência, otimizando os custos de funcionamento.

O programa de transformação estratégica CPmais está alinhado com os Objectivos Estratégicos para o Sector Ferroviário, apresentados pela Tutela Sectorial em Outubro de 2006 que seguem as seguintes linhas de actuação:

- Melhorar a acessibilidade e a mobilidade e que daí decorra um aumento relevante da quota de mercado;
- Garantir padrões adequados de segurança, de interoperabilidade e de sustentabilidade ambiental;
- Promover a investigação, o desenvolvimento e a inovação;
- Evoluir para um modelo de financiamento sustentável e promotor da eficiência.

## 2.2 Regulamentos internos e externos a que a Empresa está sujeita

No que se refere aos regulamentos internos, são de referir os Regulamentos de Carreiras (Geral, de Condução-Ferrovia/Tracção e de Licenciados e Bacharéis) o Regulamento da Prevenção e Controlo do Trabalho sob o efeito do álcool, de substâncias, estupefacientes ou psicotrópicas, e o Regulamento de Compras.

No âmbito da regulamentação externa, para além da regulamentação técnica de segurança da circulação, são de salientar, pela repercussão que tem nos resultados da Empresa e no funcionamento do mercado através do tratamento equitativo e não discriminatório dos vários operadores o Directório da Rede, emitido pela Rede Ferroviária Nacional - REFER, E.P., na qualidade de gestor da infra-estrutura, e o Regulamento n.º 21/2005, de 3 de Fevereiro de 2005, do Instituto Nacional do Transporte Ferroviário.

Com efeito, através do Directório são definidas as condições de acesso à infra-estrutura, os princípios, critérios, fases e prazos do procedimento de repartição de capacidade e ainda, os princípios de tarifação e o tarifário relativo à taxa de utilização e aos demais serviços prestados pelo gestor de infra-estrutura.

No Regulamento do INTF n.º 21/2005, de 3 de Fevereiro de 2005, são estabelecidos os métodos e as regras de cálculo aplicáveis à fixação, determinação e cobrança das tarifas devidas pela prestação dos serviços essenciais, adicionais e auxiliares pelo gestor da infra-estrutura, concretizados no Directório de Rede.

Relativamente a algumas disposições e opções estabelecidas no Directório da Rede, é de referir que a CP tem manifestado a sua não concordância por estas introduzirem distorções indesejadas entre tipologias de transporte (Passageiros versus mercadorias) e por não reflectirem o princípio de eficiência na gestão da infraestrutura por parte do gestor (implicando fraca qualidade do serviço para ambas as partes gestor da infraestrutura e operador).

A incompreensível e inaceitável persistência da relação não contratualizada entre a REFER e a CP tem como consequência a distorção do princípio básico da valorização da eficiência e da penalização da gestão ineficiente, que tem como exemplo paradigmático a compensação que a CP dá aos seus Clientes em caso de atraso e que não é objecto de qualquer contrapartida da REFER em situações de sua responsabilidade.

De referir ainda os seguintes Regulamentos do Instituto Nacional do Transporte Ferroviário:

- Reg. n.º 18/2000, de 31 de Julho de 2000, relativo à "Autorização de circulação de material circulante em exploração";
- Reg. n.º 42/2005, de 3 de Junho de 2005 - Regulamento de Licenciamento - relativo aos procedimentos necessários para obtenção de licenças para o exercício da actividade de transporte ferroviário, bem como as metodologias a adoptar na avaliação do cumprimento dos requisitos a que se refere o artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 270/2003, de 28 de Outubro.

Finalmente, e no que respeita às condições de prestação do serviço de transporte de Passageiros, importa realçar que a Tarifa Geral de Transporte (TGT) de Passageiros, aprovada pela Portaria n.º 403/75, de 30 de Junho, foi revogada pelo Decreto-Lei n.º 58/2008, de 26 de Março, que estabeleceu as novas condições relativas ao contrato de transporte ferroviário de Passageiros.

O regime sancionatório aplicável às transgressões ocorridas em matéria de transportes colectivos de Passageiros, o que inclui o transporte ferroviário, consta da Lei n.º 28/2006, de 4 de Julho de 2006, e entrou em vigor no final de 2006. O regime passou a ser contraordenacional.

O IMTT é a entidade competente para a instauração e instrução dos processos de contra-ordenação e para a decisão de aplicação das respectivas coimas referidos quer no Decreto-Lei n.º 58/2008, quer na Lei n.º 28/2006.

Refere-se ainda o Decreto-Lei n.º 371/2007, de 6 de Novembro de 2007, que deu nova redacção ao Decreto-Lei n.º 156/2005, de 15 de Setembro, o qual consignou a obrigatoriedade dos prestadores de serviços de transporte ferroviário disponibilizarem ao público o livro de reclamações nas condições aí descritas.

Cabe ainda referir a Resolução de Conselho de Ministros nº49/2007, de 28 de Março de 2007, no que concerne aos Princípios de Bom Governo dirigidos às Empresas de Sector Empresarial do Estado.

## 2.3 Informação sobre as transacções relevantes com entidades relacionadas

NIF	Nome do Fornecedor	Valor Facturado
502937327	EMEF – Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, SA	83.631.661

## 2.4 Informação sobre outras transacções

Em matéria de aquisição de bens e serviços, a CP adopta os procedimentos legais aplicáveis e os referidos no seu Regulamento de Compras e nas Condições Gerais de Aquisição de Bens e Serviços.

Relação dos Fornecedores com facturação ultrapassando 5% dos FSE

NIF	Nome do Fornecedor	Valor Facturado
503933813	REFER, EP – Rede Ferroviária Nacional, EP	104.944.361
507846044	EDP SERVIÇO UNIVERSAL, S.A.	21.079.103
500697370	PETROGAL, S.A.– Petróleos de Portugal, SA	19.475.883

## 2.5 Modelo de Governo e identificação dos membros dos Órgãos Sociais

Os Órgãos Sociais da Empresa no exercício foram os seguintes:

### Mandato I

(Findo em 23 de Setembro de 2007, tendo os Membros continuado interinamente em funções até 10 de Janeiro de 2008)

#### Conselho de Gerência

Presidente: Eng.º Francisco José Cardoso dos Reis

Vogal (1): Eng.º Tomás Henrique Ferreira Leiria Pinto

Vogal (2): Dr. Adriano Rafael de Sousa Moreira

Vogal (3): Prof. Nuno Alexandre Baltazar de Sousa Moreira

Vogal (4): Dr. Paulo José da Silva Magina

### Mandato II

(Início em 11 de Janeiro de 2008)

#### Conselho de Gerência

Presidente: Eng.º Francisco José Cardoso dos Reis

Vogal (1): Dr. José Salomão Coelho Benoliel

Vogal (2): Dr. Paulo José da Silva Magina

Vogal (3): Prof. Nuno Alexandre Baltazar de Sousa Moreira

Vogal (4): Dr. Ricardo Monteiro Bexiga

### Comissão de Fiscalização

Presidente: Dr. Issuf Ahmad

Vogal, ROC: Dr. José Luís Areal Alves da Cunha

Vogal: Eng.º Carlos Fernando Moreira de Carvalho

### Funções e Responsabilidades:

#### Presidente

Comunicação e Relações Institucionais  
Marketing e Serviço ao Cliente  
Organização, Qualidade e Ambiente  
Planeamento e Informação de Gestão  
Equipa de Missão para a Alta Velocidade  
Autoridade de Segurança da Exploração

#### 1.º. Vogal

CP Carga  
CP Frota  
Auditoria Interna e Gestão de Risco

#### 2.º. Vogal

Finanças Corporativas  
CP Serviços  
CP Lisboa

#### 3.º. Vogal

CP Regional  
CP Longo Curso  
Segurança e Coordenação Técnica

#### 4.º. Vogal

Recursos Humanos Corporativos  
Gabinete da Provedoria dos Clientes  
Projectos e Património  
Secretaria-Geral Corporativa  
CP Porto  
Conselho de Gerência  
Comissão de Ética

### Auditor externo

KPMG & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, SA  
Edifício Monumental  
Avenida Praia da Vitória, 71 –A, 11.º  
1069-006 Lisboa



## 2.6 Estatuto remuneratório fixado

### Conselho de Gerência

#### Administradores Executivos

<b>Presidente</b>	Remuneração de 4.752,55 €, 12 vezes por ano e subsídio de férias e 13.º mês Despesas de Representação de 1.663,39 €, 12 vezes por ano
<b>Vogais</b>	Remuneração de 4.204,18 €, 12 vezes por ano e subsídio de férias e 13.º mês Despesas de Representação de 1.261,25 €, 12 vezes por ano

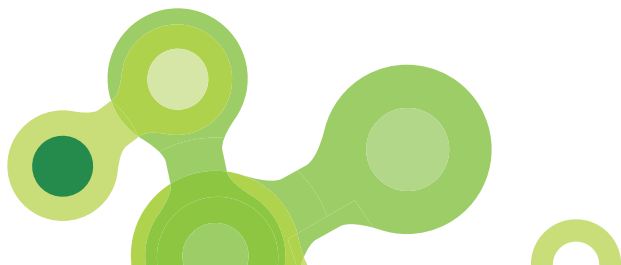
### Comissão de Fiscalização

<b>Presidente</b>	Remuneração de 1.188,14 €, 12 vezes por ano
<b>Vogal, ROC</b>	Remuneração de 1.973,00 €, 12 vezes por ano, facturada à CP, por Alves da Cunha, A. Dias & Associadas, SROC, representada pelo Dr. José Luís Alves da Cunha
<b>Vogal</b>	Remuneração de 950,51 €, 12 vezes por ano

## Remunerações 2008

### Conselho de Gerência

Mandato I					
	Presidente	Vogal (1)	Vogal (2)	Vogal (3)	Vogal (4)
<b>1. Remuneração</b>					
1.1. Remuneração base	1.425,77	1.261,25	1.261,25	1.261,25	1.261,25
1.2. Acumulação de funções de gestão	253,10	253,10	253,10	253,10	253,10
1.3. Remuneração complementar					
1.4. Despesas de representação	499,02	378,38	378,38	378,38	378,38
1.5. Prémios de gestão (.....meses)					
1.6. Outras (identificar detalhadamente)					
<b>2. Outras regalias e compensações</b>					
2.1. Gastos de utilização de telefones					
2.2. Valor de aquisição, pela Empresa, da viatura de serviço					
2.3. Valor do combustível gasto com a viatura de serviço					
2.4. Subsídio de deslocação					
2.5. Subsídio de refeição					
2.6. Outros (identificar detalhadamente)					
<b>3. Encargos com benefícios sociais</b>					
3.1. Segurança social obrigatório			605,56		
3.2. Planos complementares de reforma		CGA 851,40; ADSE 44,11			
3.3. Seguros de saúde					
3.4. Seguros de vida					
3.5. Outros (identificar detalhadamente)					
<b>4. Informações Adicionais</b>					
4.1. Opção pelo vencimento de origem (s/n)					
4.2. Regime Segurança Social		CGA / ADSE	normal		
4.3. Cumprimento do n.º 7 da RCM 155/2005		sím	sím		
4.4. Ano de aquisição de viatura pela Empresa					
4.5. Exercício opção aquisição de viatura de serviço					
4.6. Usufruto de casa de função					
4.7. Exercício de funções remuneradas fora grupo					
4.8. Outras (identificar detalhadamente)					



Mandato II		Presidente	Vogal (1)	Vogal (2)	Vogal (3)	Vogal (4)
<b>1. Remuneração</b>						
1.1. Remuneração base		65.109,94	57.597,27	57.597,27	57.597,27	57.597,27
1.2. Acumulação de funções de gestão (a)		11.558,01	Não tem	11.558,01	11.558,01	Não tem
1.3. Remuneração complementar						
1.4. Despesas de representação		19.461,66	14.756,63	14.756,63	14.756,63	14.756,63
1.5. Prémios de gestão (.....meses)						
1.6. Outras (identificar detalhadamente)						
(a) valor objecto de devolução de acordo com o ponto 23 do Extracto de Acta nº1636 de 27/02/2009 do Conselho de Gerência						
<b>2. Outras regalias e compensações</b>						
2.1. Gastos de utilização de telefones						
2.2. Valor de aquisição, pela Empresa, da viatura de serviço						
2.3. Valor do combustível gasto com a viatura de serviço						
2.4. Subsídio de deslocação						
2.5. Subsídio de refeição						
2.6. Outros (identificar detalhadamente)						
<b>3. Encargos com benefícios sociais</b>						
3.1. Segurança social obrigatório		6.844,46	5.759,75	6.844,46		5.759,75
3.2. Planos complementares de reforma					CGA 4.676,70; ADSE 696,27	
3.3. Seguros de saúde						
3.4. Seguros de vida						
3.5. Outros (identificar detalhadamente)						
<b>4. Informações Adicionais</b>						
4.1. Opção pelo vencimento de origem (s/n)						
4.2. Regime Segurança Social	normal		normal	normal	CGA/ADSE	normal
4.3. Cumprimento do n.º 7 da RCM 155/2005	sim		sim	sim	sim	sim
4.4. Ano de aquisição de viatura pela Empresa						
4.5. Exercício opção aquisição de viatura de serviço						
4.6. Usufruto de casa de função						
4.7. Exercício de funções remuneradas fora grupo						
4.8. Outras (identificar detalhadamente)						

### Comissão de Fiscalização

Mandato		2008
Presidente - Dr. Issuf Ahmad		14.257,68
ROC - Dr. José Luis Areal Alves da Cunha		23.676,00
Vogal - Engº Carlos Fernando Moreira de Carvalho		11.406,12

## 2.7 Análise da sustentabilidade da Empresa nos domínios económico, social e ambiental

Em 2008 a CP deu continuidade ao seu programa de transformação estratégica CPmais 2007-2010, dando cumprimento às metas propostas pelos vectores de actuação deste programa.

A CP propõe-se assim ao longo de quatro anos (2007 – 2010) reduzir o seu défice operacional através de iniciativas que impactam nos:

- Proveitos, com base numa proactividade comercial crescente, na melhoria das condições de intermodalidade e num reequilíbrio tarifário ao nível dos segmentos de negócio tutelados e
- Custos, melhorando a eficiência, optimizando custos de funcionamento, rentabilizando o nosso principal activo – material circulante – em condições óptimas de qualidade e segurança, alinhando simultaneamente, a organização com critérios de produtividade, requalificando os valores e a cultura.

Durante este ano registou-se aumento da procura, com o crescimento do número de Passageiros transportados e aumento das parcerias comerciais e continuou-se o esforço para atenuar os desequilíbrios tarifários com a introdução de novas modalidades de títulos de transporte e implementação do novo modelo tarifário no serviço regional.

Releva-se o facto de a evolução não coincidente com o previsto de algumas iniciativas e consequentemente de alguns indicadores ter sido fortemente condicionada por decisões, relativamente aos modelos tarifários, cuja responsabilidade não é, naturalmente, competência da Empresa, nomeadamente a forma de implementação do novo modelo tarifário na CP Regional com os impactos previstos em CPmais. De relevar nesta vertente a importância determinante da continuidade da materialização do novo modelo tarifário do Serviço Regional, para que as discrepâncias tarifárias geradas por uma prática desajustada de muitos anos sejam devidamente corrigidas.

No que diz respeito à melhoria da eficiência na gestão do material circulante, a CP apostou na inovação ao aplicar a Metodologia RCM (Manutenção Centrada na Fiabilidade). Esta metodologia baseia-se numa nova abordagem sobre a manutenção que apresenta, entre outras vantagens, maior disponibilidade do material circulante para o serviço e melhoria

da produtividade dos recursos e redução dos custos globais de manutenção. Este projecto ganhou o 1º prémio na categoria Empresas Públicas ou Concessionárias de Serviço Público, na 6ª edição do Prémio Boas Práticas no Sector Público, promovido pela consultora Deloitte em parceria com o Diário Económico.

O ano de 2008 foi um marco para o Sistema de Gestão de Qualidade na CP pois foi o ano da conclusão de um processo iniciado em 1999, o que permitiu que a Empresa fosse totalmente certificada pela Norma NP ISO 9001:2000. Obter a certificação da Qualidade de todos os seus processos críticos de negócio, traz benefícios ao accionista Estado, aos Clientes, à gestão e colaboradores, promovendo uma maior focalização na satisfação das necessidades dos Clientes pela adopção de critérios de maior eficiência e produtividade.

Salienta-se ainda o desenvolvimento do Sistema de Gestão Ambiental (tendo-se instituído a identificação da legislação ambiental aplicável na actividade da Empresa e assegurado o respectivo processo de avaliação de conformidade legal) a realização de auditorias internas e a consequente elaboração e aprovação dos planos de acções correctivas decorrentes das constatações levantadas.

De entre as actividades resultantes do cumprimento dos referidos planos, podemos referir, como exemplos, a limpeza de câmaras de decantação, a instalação de separadores de hidrocarbonetos, a identificação das redes de saneamento e locais de descarga das águas residuais que servem instalações geradoras de efluentes industriais, a realização de simulacros aos procedimentos de emergência definidos e o desenvolvimento de novos procedimentos, como por exemplo, associados às intervenções técnicas em equipamentos fixos de refrigeração e de ar condicionado.

Na óptica da Gestão de Resíduos, o Projecto-piloto de Recolha Selectiva de Resíduos Urbanos ou Equiparados em parceria com a CML foi alargado aos complexos de Stª. Apolónia e Campolide e foi aprovada uma proposta de melhoria continua referente a um projecto-piloto de recolha selectiva de papel a bordo dos comboios.

Este ano também foi disponibilizado no portal CP o simulador Eco Viagem CP. Este simulador permite ao Cliente, no acto da

compra do bilhete on-line, saber qual o impacto ambiental da viagem que vai realizar por modo rodoviário e por modo ferroviário, promovendo-se assim as vantagens ambientais do transporte ferroviário.

A CP em 2008 voltou a realizar várias iniciativas, nomeadamente a do "Comboio do Ambiente", em parceria com a Liga Portuguesa da Natureza, LPN. Uma iniciativa que anualmente junta jovens e especialistas para debater a sustentabilidade e as vantagens ambientais do transporte ferroviário. Foi convidada também para intervir em seminários e conferências sobre este tema, nomeadamente, "Clima 2008" primeiro congresso nacional para as Alterações Climáticas que decorreu na universidade de Aveiro, e a participar nos "workshops" do Green Festival 2008 com uma intervenção sobre "Mobilidade Sustentável\_ A CP faz parte da Solução".

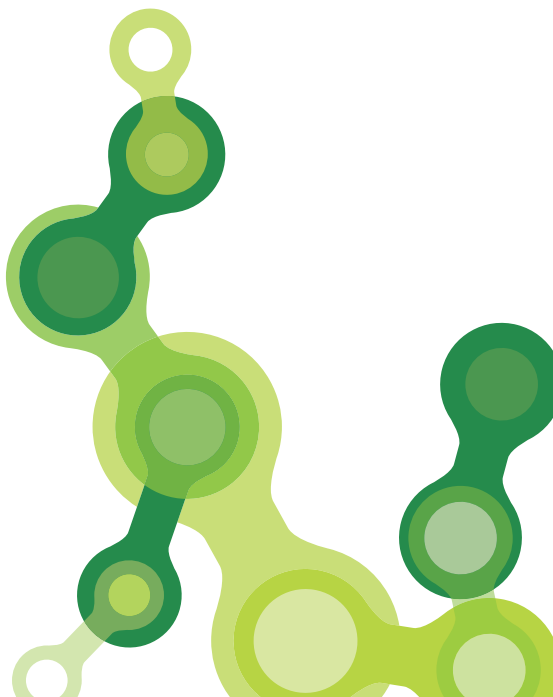
No que concerne aos moldes em que foi salvaguardada a competitividade da Empresa, designadamente, pela via da inovação, do desenvolvimento e da integração de novas tecnologias no processo produtivo, está em curso a implementação do sistema de Bilhética sem Contacto e acesso controlado às estações na CP Lisboa, que possibilitará uma redução da taxa de fraude, facultará a que a Empresa venha a ser ressarcida pelos tarifários bonificados/gratuitos decorrentes dos normativos legais em vigor bem como promoverá uma redução dos custos operacionais. Para além disso contribuirá para a melhoria da intermodalidade e da segurança do sistema.

Neste âmbito salientam-se também dois projectos:

- **CPmais Digital** que foi desenvolvido em 2008 e tem por objectivo a implementação de um sistema de gestão documental desmaterializada através da criação de uma plataforma para recepção/circulação interna/expedição de documentos em formato electrónico.
- **RHmais Futuro** foi iniciado em 2008 e é uma aposta da CP para implementação de uma plataforma tecnológica integrada de suporte aos processos de Recursos Humanos com o objectivo de otimizar a sua eficiência. Tem a sua entrada em produção prevista para 2009.

Para 2009 destacam-se, na estratégia da CP, dois projectos: a aquisição de material circulante para os serviços urbanos de Lisboa e Porto e para o serviço Regional e a continuação da implementação do sistema de Bilhética sem Contacto em Lisboa.

Está em curso o processo legislativo para a criação do mecanismo legal que permita a imediata constituição da Empresa CP Carga.



## 2.8 Avaliação do Cumprimento dos Princípios de Bom Governo

A CP assegura o cumprimento das orientações e princípios de bom governo constantes da Resolução de Conselho de Ministros nº49/2007, de 28 de Março de 2007, no que concerne aos Princípios de Bom Governo dirigidos às Empresas de Sector Empresarial do Estado. Efectivamente, dispõe de um Programa de Transformação Estratégica para o período 2007/2010 onde se encontram definidos a Visão, Objectivos, Metas e Resultados expectáveis para este período.

Anualmente, elabora os Instrumentos Previsionais de Gestão, que incluem as acções, investimentos, objectivos e metas previstos para o ano a que respeitam e o Relatório e Contas referente à actividade desenvolvida no ano anterior, auditado por entidade independente. Elabora ainda um Relatório de sustentabilidade onde

nomeadamente consta a contribuição da CP para o Desenvolvimento Sustentável.

Estes documentos são, submetidos à aprovação das Tutelas sectorial e financeira, divulgados interna e externamente através de suportes documentais produzidos para o efeito.

Encontra-se implementado um sistema de controlo de actividade na Empresa com o objectivo de acompanhar e promover a realização dos objectivos estabelecidos.

A CP dispõe de um canal de Internet onde disponibiliza, para o interior da Empresa, toda a sua informação corporativa e institucional, a informação relevante respeitante a cada um dos Órgãos/Unidades de Negócios, notícias internas e documentos a divulgar pelos colaboradores da Empresa.

## 2.9 Apresentação do Código de Ética

O código de ética, implementado em 2007, tem como objectivo fundamental partilhar os princípios que orientam a actividade da Empresa e as regras de natureza ética e deontológica que devem orientar o comportamento de todos os seus colaboradores.

Consequentemente, foi criada a Comissão de Ética, na dependência directa do Conselho de Gerência, tendo por missão, entre outras, zelar pelo esclarecimento de dúvidas sobre as matérias versadas no presente Código, por zelar pelo seu cumprimento e resolver, ou dar parecer, sobre questões relacionadas com o seu incumprimento.

Existem canais de informação disponíveis para atender às comunicações dos colaboradores que julguem ter havido alguma irregularidade praticada por outro, ou outros colaboradores.

Se a Comissão de Ética considerar que existem factos que consubstanciem essa irregularidade, propõe que sejam tomadas as providências que julgar adequadas.

O Código e a Comissão de Ética foram criados no sentido de consolidar a imagem institucional da Empresa, mantendo altos padrões de exigência, responsabilidade e rigor.

## 2.10 Critérios de imputação dos custos corporativos por Unidade de Negócio

Com o objectivo de obter uma mais correcta valorização dos produtos/ serviços da CP, o Conselho de Gerência deliberou que a partir deste ano se passe a imputar a estes produtos/serviços os custos dos Órgãos Sociais, "Staff" e Centro Corporativo, com excepção dos custos relativos à Alta Velocidade e Participadas.

O critério aprovado, é o da repartição em função dos custos operacionais das Unidades de Negócio que prestam esses produtos/serviços.

Serviços/Produtos	Resultado Operacional	Imputação OSS e CC	Total
Urbanos de Lisboa	-14.113	4.078	-18.190
Urbanos do Porto	-13.943	1.492	-15.434
Médio e Longo Curso	3.262	3.597	-336
Regional	-56.826	3.881	-60.707
Mercadorias	-24.866	4.278	-29.143

# 3 PARTICIPADAS

Durante o ano de 2008 foram desenvolvidos os trabalhos preparatórios para a venda da participação no capital social da TEX – Transporte de Encomendas Expresso, Lda, sociedade por quotas cujo capital é detido pela CP (99,8%) e pela FERGRÁFICA (0,2%) sendo que esta última é integralmente detida pela CP, realizada em Fevereiro de 2009.

A intenção de venda da TEX reside no facto desta participação se situar fora das opções estratégicas actuais para o “core business” da CP, uma vez que o objecto social daquela Empresa é o transporte nacional e internacional de encomendas/mercadorias exclusivamente por rodovia, deixando assim de ser uma Empresa instrumental para a CP.

Em 2009, a par da cessão de quotas à Empresa EXERCEGEST, SGPS, SA, cedem-se igualmente créditos que a CP detinha sobre a TEX, deduzidos da cessão da posição contratual de locatária num contrato de locação financeira imobiliário relativo a um prédio urbano sito no concelho de Vila Nova de Famalicão, e que a CP pagou à TEX por compensação parcial com o valor do crédito que a CP detinha sobre a TEX.

Relativamente às restantes participações financeiras, não se verificaram alterações quanto às suas estruturas accionistas.

## Participações Financeiras Directas da CP:

EMEF – Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, S.A.  
Capital Social: € 8.100.000  
Participação CP: 100%

FERGRÁFICA – Artes Gráficas, S.A.  
Capital Social: € 400.000  
Participação CP: 100%

TEX – Transporte de Encomendas Expresso, Lda.  
Capital Social: € 500.000  
Participação CP: 99,8%

FERNAVE – Formação Técnica, Psicologia Aplicada e Consultoria em Transportes e Portos, S.A.  
Capital Social: € 500.000  
Participação CP: 70%

TIP – Transportes Intermodais do Porto, ACE  
Capital: € 30.000  
Participação CP: 33,33%

STIFA – Transporte Internacional Ferroviário de Automóveis, S.A.  
Capital Social: € 500.000  
Participação CP: 22,5%

OTLIS – Operadores de Transportes da Região de Lisboa, ACE  
Capital: € 69.832  
Participação CP: 14,29%

Metropolitano Ligeiro de Mirandela, S.A.  
Capital Social: € 125.000  
Participação CP: 10%

Metro do Porto, S.A.  
Capital Social: € 7.500.000  
Participação CP: 5%

Metro Mondego, S.A.  
Capital Social: € 1.075.000  
Participação CP: 2,5%

APOR – Agência para a Modernização do Porto, S.A.  
Capital Social: € 1.055.000  
Participação CP: 0,47%

EUROFIMA – Société Européenne pour le Financement de Matériel Ferroviaire (Suíça)  
Capital Social: CHF 2.600.000.000  
Participação CP: 2%

Intercontainer – Interfrigo (ICF), S.A. (Belga)  
Capital Social: € 18.300.000  
Participação CP: 2,09%

Bureau Central de Clearing (BCC) (Belga)  
Capital Social: € 110.250  
Participação CP: 1,36%

# 4 SÍNTESE DE GESTÃO

## 4.1 Enquadramento da Actividade

Em 2008 começou a denotar-se na economia portuguesa uma tendência de abrandamento, reflectindo a deterioração do enquadramento macroeconómico desencadeada pela desaceleração económica a nível global e pela crise do sistema financeiro internacional.

Após um período de crescimento económico, e à semelhança das economias mundiais, a economia portuguesa interrompeu a trajectória de recuperação gradual e moderada registada nos anos anteriores. Em termos nominais, o PIB português apresentou um crescimento de 1,8% relativamente a 2007. Este comportamento da economia e a forte oscilação do preço dos combustíveis tiveram impacto significativo nas necessidades de mobilidade de pessoas e bens, que se começou a sentir em meados do primeiro semestre e se agudizou no final do ano.

A nível Europeu e no que se refere ao sector dos Transportes, a Comissão Europeia, visando a sustentabilidade do sector, propôs em 2008 um pacote de iniciativas no âmbito dos "transportes ecológicos" (Greening Transport Package) de que se destaca, a internalização dos custos externos, designadamente mediante portagens mais eficientes e ecológicas para os camiões e a redução do ruído do tráfego ferroviário de mercadorias.

No seguimento de legislação já anteriormente aprovada foram também alteradas as Directivas do Parlamento Europeu e do Conselho relativas à segurança dos caminhos-de-ferro e à interoperabilidade do sistema ferroviário na Comunidade. Foi ainda alterado o Regulamento que institui a Agência Ferroviária Europeia.

Na sequência da aprovação do 3.º pacote ferroviário e da Regulação sobre as obrigações de serviço público, foram adoptadas pela Comissão as linhas orientadoras para as ajudas dos Estados às empresas ferroviárias, visando o desenvolvimento de um modelo coerente e transparente do transporte por Caminho de Ferro.

A Comissão reconhecendo ainda que as disposições

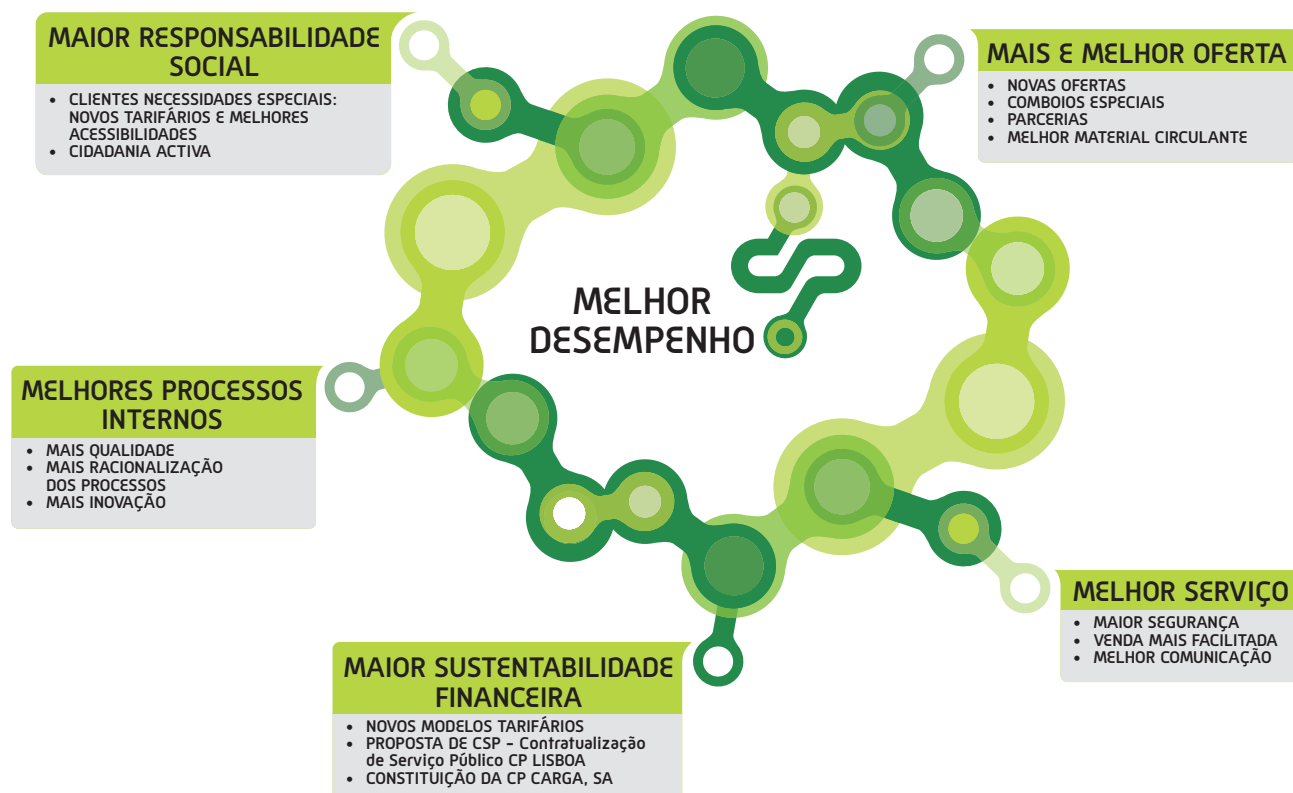
legislativas que integram o 1.º pacote ferroviário não foram transpostas integralmente para os ordenamentos jurídicos nacionais de alguns Estados-Membros, procedeu à notificação desses Estados no sentido da criação de um quadro regulamentar eficaz que assegure um funcionamento satisfatório dos mercados ferroviários.

Na área dos transportes e a nível Nacional foram publicados os decretos-lei relativos à transposição para a ordem jurídica interna das Directivas relativas à interoperabilidade do sistema ferroviário transeuropeu de Alta Velocidade e à interoperabilidade do sistema ferroviário transeuropeu convencional.

Reconhecendo o sector ferroviário como um elemento fundamental e estruturante do sistema de transportes, o Governo apresentou em 2008 um conjunto de projectos cuja concretização vai permitir um novo paradigma no desenvolvimento da rede de transportes e contribuir decisivamente para a sustentabilidade da globalidade do Sector. Destacam-se, com implicações futuras na actividade da CP, o projecto da rede de Alta Velocidade, a Terceira Travessia do Tejo, o projecto Nova Alcântara e a rede nacional de Plataformas Logísticas. Todos estes projectos estão a ser desenvolvidos de forma a garantir a integração do Sector ferroviário e deste com outros modos de transporte, como terá sido o caso da escolha pelo Governo da Gare do Oriente, em Lisboa, como estação terminal para a rede de Alta Velocidade. A proposta de lei que estabelece as Autoridades Metropolitanas de Transportes de Lisboa e Porto foi aprovada na generalidade, no Parlamento. Esta proposta visa estabelecer um novo regime jurídico de organização do sistema de transporte público de Passageiros.

Por iniciativa do Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres decorreram em 2008 sessões de debate sobre o Livro Verde para a Mobilidade Urbana, aprovado em 2007 pela Comissão Europeia, de modo a apresentar de forma sustentada o contributo nacional sobre as principais matérias que formam este documento.

## 4.2 Síntese da Actividade



A actividade da CP em 2008 continuou a desenvolver-se enquadrada pelas Orientações Estratégicas para o Sector Ferroviário, das quais decorrem os Objectivos Estratégicos constantes do Plano CPmais para o período 2007/2010 e ainda pelas Orientações Gerais da Direcção Geral do Tesouro e Finanças para o SEE.

**Contribuindo para a melhoria da Mobilidade Sustentável de Passageiros, a CP continuou em 2008 a dinamizar a sua actividade de modo a criar condições para o aumento sustentado da procura.**

Para o acréscimo da procura contribuiu a resposta positiva dada, sempre que possível, pela CP às necessidades manifestadas pelos seus Clientes, com a implementação de novos horários, melhorando os modelos de exploração, nomeadamente pelo desenvolvimento de serviços em rede e optimização dos meios disponíveis.

Neste contexto e na sequência da reabertura do Túnel do Rossio em Fevereiro, adequou-se o horário das Linhas de

Sintra e Azambuja. Recorda-se que o encerramento do Túnel do Rossio ocorreu em Outubro de 2004, obrigando a CP a arranjar soluções alternativas de transportes para os seus Clientes, com prejuízo da sua própria actividade e pelo qual ainda não obteve a devida compensação financeira.

Por virtude das obras de electrificação implementou-se um novo horário na Linha do Sado, modificado em Dezembro após a conclusão destas obras.

O Suburbano do Porto aumentou a oferta no eixo Porto Braga e Porto Aveiro. Reforçou-se ainda o Serviço de Longo Curso na Linha do Norte e na ligação Porto Faro.

Sazonalmente ofereceram-se transportes com grande receptividade de que são exemplo o comboio histórico a vapor Régua / Tua, o comboio da Rota das Amendoeiras e o reforço dos comboios de acesso às praias no horário de Verão.

Asseguraram-se também um conjunto de ofertas especiais por ocasião de eventos de nível local, regional e nacional, mobilizadores de deslocações de grande magnitude, tais como os Santos Populares, Festas Tradicionais e Romarias ou Festivais como o Rock in Rio, o Sudoeste e o "Red Bull" no Porto.

No âmbito destas ofertas destacam-se ainda comboios comerciais especiais e condições especiais de transporte em parceria com Câmaras, Museus, Universidades, Instituições de Solidariedade Social, Empresas, Agências de Viagens e Grupos. Intensificou-se ainda a oferta de transporte em Lisboa nas noites de 6.ª feiras, sábados e vésperas de feriados com 3 comboios às 4h 30m (Linhas de Sintra, Cascais e Azambuja) uma iniciativa conjugada MOPTC/CML/Operadores de TP, tendo em vista o combate à sinistralidade rodoviária nocturna e de fim-de-semana na Região de Lisboa.

Para possibilitar a adequação e requalificação da oferta, reforçou-se o material circulante da CP Porto. Deu-se uma nova imagem ao material circulante afecto ao serviço Intercidades. Em Dezembro substituiu-se o material Diesel por eléctrico na Linha do Sado.

Para além de adequar a oferta, a CP implementou melhorias no serviço que presta: maior segurança, venda mais facilitada, melhor comunicação.

Ao nível da melhoria da segurança de pessoas e da circulação, prosseguiram em bom ritmo as acções do projecto de Acesso Controlado às estações, na zona de Lisboa, promovendo-se assim melhores condições de segurança e aumentando-se o combate à fraude e o respectivo controlo. Concluiu-se a introdução da vídeo-vigilância embarcada no suburbano de Lisboa.

Ainda no âmbito da segurança refere-se a assinatura do protocolo do Movimento ECO-Empresas Contra os Fogos, integrando a CP a comissão instaladora da Associação para a defesa da Floresta e implementou-se o Plano Ferroviário de Defesa da Floresta contra Incêndios.

Regista-se finalmente a participação em simulacros de acidentes rodo-ferroviários, com envolvimento conjunto da CP, REFER e Comandos de Bombeiros.

Proseguindo a facilitação da venda iniciou-se, entre outras acções, a venda do passe combinado da CP Lisboa no Multibanco. Também o projecto da Bilhética sem Contacto, na Região de Lisboa, prosseguiu com o arranque da venda desmaterializada.

Com o objectivo de melhor informar instalou-se um novo Gabinete de Apoio ao Cliente no Cais do Sodré e realizaram-se várias campanhas de promoção dos serviços.

Relativamente ao transporte de mercadorias foi estabelecido um acordo entre a CP e a RENFE para a criação de um grupo de trabalho para o estudo de formas de cooperação para a exploração de tráfegos de mercadorias entre Portugal e Espanha, cuja concretização se traduziu, já em 2009, no

lançamento de um novo conjunto de transportes entre os Portos da Orla Atlântica de Portugal e os principais destinos do Interland Ibérico.

Proseguiu ainda a electrificação de Ramais e "Missing-links" para a melhoria da articulação Intermodal, a ampliação de áreas de estacionamento com adequação das Infra-estruturas em Terminais.

## Contribuindo para a evolução de modelo mais ajustado à recente liberalização do mercado

são de realçar as acções relativas à autonomização da Unidade de mercadorias, tendo sido publicado em Diário da República de 2 de Abril o despacho n.º 9541/2008 que estabelece as condições para a constituição da CP Carga S. A., aguardando-se apenas a publicação de diploma legal que autorize a cisão do estabelecimento.

Ainda neste âmbito procedeu-se à preparação de uma proposta de Contrato de Serviço Público da CP para o Urbano de Lisboa e formalizaram-se protocolos com o Ministério da Justiça (portaria 105/2008) que regulam as condições de transporte do pessoal daquele Ministério e que permitiram a regularização da dívida histórica.

Salienta-se também a implementação de novos modelos tarifários, designadamente para o serviço Regional e Inter-Regional e a revisão das Condições Gerais de Transporte como resultado da aprovação da nova tarifa geral de transportes (decreto-lei n.º 58/2008). Esta tarifa introduz nomeadamente a obrigatoriedade do Operador reembolsar os Passageiros pelas supressões ou atrasos, o que torna urgente a contratualização dos níveis de serviço prestados pelo gestor de Infraestrutura. Conforme à decisão tutelar, foi criado o passe 4\_18 que permite aos jovens desta idade utilizar o transporte Regional, Interregional e Urbanos, com o desconto de 50%.

No âmbito da inovação e desenvolvimento destaca-se o projecto Metodologia RCM (Manutenção Centrada na Fiabilidade).

Foi ainda disponibilizado na internet um simulador desenvolvido em parceria com o Instituto Superior Técnico que quantifica as vantagens ambientais da utilização do comboio em relação ao automóvel.

Refere-se também no quadro do desenvolvimento tecnológico, a dinamização do sistema de informação on-line a bordo dos comboios Alfa Pendular e Intercidades;

## Proseguindo uma política de solidariedade social e cidadania activa

a CP desenvolveu um conjunto de acções com especial destaque para a oferta de

viagens com tarifários próprios a Clientes com necessidades especiais e acompanhantes. Está ainda em curso a elaboração de um protocolo CP/REFER sobre a melhoria de acessibilidades nas estações e de disponibilização de informação para estes Clientes.

Ao nível dos processos internos dinamizaram-se aumentos de produtividade com a implementação da Unidade de Serviços Partilhados e o novo modelo de Gestão da frota bem assim como da reorganização dos Órgãos Corporativos.

Com vista ao desenvolvimento do posicionamento estratégico da CP no projecto da Alta Velocidade foi assinado um contrato

de consultadoria no âmbito do apoio a prestar à CP, cujo Relatório final foi concluído e entregue à Tutela. Neste, evidencia-se a clara vantagem da exploração pela CP da Rede de AV, em particular pelas sinergias decorrentes e pela criação de valor máximo que estará associado a esta opção.

Realça-se por fim a conclusão da certificação pela APCER, no âmbito do Sistema de Gestão da Qualidade, da totalidade das Unidades e Órgãos Corporativos, adquirindo assim a CP o estatuto de Empresa totalmente certificada de acordo com o normativo internacional ISO 9001:2000.

## 4.3 Síntese dos Resultados

A CP em 2008 continuou a melhorar o seu Resultado Operacional que se situou em -99.7 milhões de euros, ou seja, menos negativo do que o de 2007 em 6%. A Taxa de Cobertura Operacional subiu para os 78% (mais 2 pontos percentuais que em 2007). Apesar das melhorias operacionais, a não atribuição de indemnizações compensatórias adequadas contribuiu para que o resultado operacional fosse negativo.

O agravamento dos Resultados Financeiros (7%) e dos Resultados Extraordinários (24%) contribuíram para que o Resultado Líquido se situasse nos -190.4 milhões de euros, 6.5 milhões de euros mais negativo do que o de 2007.

A melhoria do Resultado Operacional ficou a dever-se ao crescimento dos Proveitos Operacionais em 6% (+20 milhões de euros) e à contenção verificada ao nível dos Custos Operacionais que permitiu que estes crescessem apenas 3% (cerca de 13.7 milhões de euros).

Continuando a tendência de crescimento dos anos anteriores, os Proveitos de Tráfego de Passageiros aumentaram cerca de 6%, consequência do acréscimo da procura e das actualizações tarifárias ocorridas.

**A CP transportou em 2008 mais 813 milhares de Passageiros (+0,6%) e mais 136 milhões de Passageiros\*Quilómetro (+3,7%) que em 2007.**

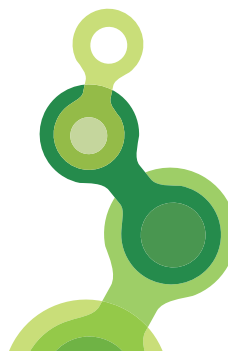
O maior contributo para este crescimento foi dado pela CP Longo Curso com aumentos da ordem dos 9% em Passageiros, Passageiros\*Quilómetro e Proveitos de Tráfego. A CP Porto apresentou taxas de crescimento semelhantes, registando aumentos de 7% em Passageiros, 9% em Passageiros\*Quiló-

metro e 10,5% em Proveitos de Tráfego. Na CP Lisboa os Proveitos de Tráfego cresceram 4,6%, apesar das variações negativas de 1% e 1,6%, respectivamente, em Passageiros e Passageiros\*Quilómetro. A CP Regional obteve um aumento do número de Passageiros transportados (+0,3%) ainda que com um percurso médio inferior, o que justificou a redução na ordem de 1% do valor de Passageiros\*Quilómetro e consequentemente de Proveitos do Tráfego.

No que se refere ao tráfego de mercadorias, o agravamento da crise económica nos últimos meses de 2008 acabaria por originar uma forte quebra da procura. Ainda assim, a CP Carga apresentou um desempenho comparativamente positivo com um aumento dos Proveitos de Tráfego superior a 1% e um decréscimo do volume transportado de cerca de 1%.

A nível dos Custos Operacionais, o ano de 2008 fica marcado pela grande instabilidade dos preços do combustível com forte impacto nos custos de produção. A rubrica de Combustível para Tracção apresentou um aumento de 23% sendo responsável por um acréscimo de custos da ordem dos 3.3 milhões de euros. A Electricidade para Tracção apresentou um crescimento de 5% (+1.1 milhões de euros).

Os Custos com Pessoal aumentaram 5,6%, essencialmente, devido ao impacto das progressões indiciárias relativas aos processos de avaliação de desempenho de 2006 e 2007, os quais se encontravam pendentes e só começaram a produzir efeitos a partir de 2008.



## 4.4 Indicadores CP Global

CP	2007	2008	08/07	08 - 07
<b>Resultados</b>				
Resultado Operacional (mil)	-105.955	-99.378	6,2%	6.577
Proveitos Operacionais (mil)	325.003	345.329	6,3%	20.325
Custos Operacionais (mil)	430.958	444.706	3,2%	13.748
Grau de Cobertura Operacional	75,4%	77,6%		2.2
EBITDA (mil)	-24.526	-26.338	-7,4%	-1.812

<b>Procura Passageiros</b>				
Passageiros (milhares)	134.705	135.518	0,6%	813
CP Lisboa	97.313	96.377	-1,0%	-935
CP Porto	18.702	19.969	6,8%	1.267
CP Longo Curso	4.879	5.314	8,9%	435
CP Regional	13.811	13.857	0,3%	46
Passageiros.Quilómetro (milhões)	3.678	3.814	3,7%	136
CP Lisboa	1.318	1.297	-1,6%	-21
CP Porto	530	577	8,9%	47
CP Longo Curso	1.256	1.372	9,2%	116
CP Regional	574	569	-1,0%	-6
Proveitos de Tráfego (mil €) *	204.543	216.225	5,7%	11.682
CP Lisboa	75.038	78.493	4,6%	3.455
CP Porto	17.869	19.745	10,5%	1.876
CP Longo Curso	79.245	86.023	8,6%	6.777
CP Regional	32.390	31.964	-1,3%	-426

\* Os valores de Proveitos de Tráfego constantes do quadro não incluem em 2007 e 2008, respectivamente, 11 milhares de euros e 5 milhares de euros contabilizados noutros Órgãos da CP.

<b>Procura Mercadorias **</b>				
Toneladas (milhares)	10.556	10.425	-1,2%	-131
Toneladas.Quilómetro (milhões)	2.586	2.550	-1,4%	-36
Proveitos de Tráfego (mil €)	68.294	69.091	1,2%	797

\*\* Vagão Completo

<b>Oferta (mil CK's)</b>				
Passageiros	30.915	31.603	2,2%	688
CP Lisboa	6.868	6.990	1,8%	122
CP Porto	4.253	4.627	8,8%	374
CP Longo Curso	8.064	8.499	5,4%	436
CP Regional	11.730	11.487	-2,1%	-244
Mercadorias	8.030	8.316	3,6%	286

<b>Recursos Humanos</b>				
Efectivo Final a cargo	4.184	4.183		-1
Efectivo Médio a cargo	4.189	4.198	0,2%	9
UK / Efectivo Médio (mil)	1.495	1.516	1,4%	21
CK / Efectivo Médio (mil)	9.30	9.51	2,3%	0.2

# 5 GESTÃO DE MEIOS

## 5.1 Recursos Humanos

No final de 2008 o quadro de efectivos vinculados da CP era de 4.217 colaboradores, menos 6 que no ano anterior.

Efectivo a 31 de Dezembro	2008	2007	Variação
Vinculado	4.217	4.223	-6
A Cargo	4.183	4.184	-1
Ao Serviço	4.153	4.156	-3

Efectivo Médio	2008	2007	Variação
Vinculado	4.230	4.234	4
A Cargo	4.189	4.198	9
Ao Serviço	4.165	4.169	4

O decréscimo do efectivo resultou da ocorrência de 103 rescisões de contratos de trabalho e de 97 admissões. Contrariamente ao ano anterior, em que o número de rescisões por mútuo acordo foi baixo, em 2008 voltou a ser o motivo preponderante, com 37,86% do total. As admissões cresceram 10,23% face ao ano anterior e efectuaram-se nas categorias operacionais: Assistentes Comerciais e Maquinistas.

Em 2008 o volume de trabalho suplementar aumentou 4,14% em relação ao ano transacto, em resultado do acréscimo da actividade sem crescimento do efectivo. Contrariamente, o absentismo manteve a tendência decrescente, registada em anos anteriores, e atingiu o nível mais baixo, com 6,85%.

Taxa de Absentismo



A Empresa firmou em 2008, com a quase totalidade das Organizações Sindicais representativas dos trabalhadores ao seu serviço, um acordo sobre a matéria salarial e pecuniária.

Iniciou-se, no último trimestre, o processo de revisão global dos AE's.

Ao longo de 2008 a Empresa manteve a aposta na qualificação dos seus trabalhadores tendo, com a participação da sua associada FERNAVE, elaborado planos e executado acções de formação para os profissionais das várias categorias, num total de 110.957 horas de formação, que corresponderam a 1,52% do total de horas de trabalho.

Na sequência da aposta feita pelo Governo e pela Empresa no âmbito do "Programa de Estágio para Quadros de Elevado Potencial", com o objectivo de promover a oportunidade de emprego, o rejuvenescimento dos quadros, a introdução de novos saberes, valores e competências e a atracção de novas capacidades, foi feito contrato a termo de 1 ano, com 10 jovens trainees.

Na área da prevenção da sinistralidade laboral continuaram a desenvolver-se as actividades inerentes à Protecção da Saúde e Prevenção dos Riscos Profissionais, com especial enfoque na informação e formação sobre boas práticas seguras e salutaras e na prevenção de acidentes, com os objectivos de reduzir o absentismo e aumentar a produtividade.

## 5.2 Frota

O parque de material circulante da CP, em 31 de Dezembro de 2008, era constituído por 203 automotoras eléctricas, 76 automotoras diesel, 68 locomotivas eléctricas, 81 locomotivas diesel, 136 carruagens e 2.953 vagões.

O investimento realizado em 2008 elevou-se a 39.5 milhões de euros, dos quais 35.9 em aquisição de material circulante, 1.4 em modernização e beneficiação e 2.2 em equipamentos e instalações para a reparação e manutenção de material circulante.

No que se refere directamente ao Parque de Material Circulante salienta-se:

- A continuidade do processo de aquisição de 25 Locomotivas Eléctricas para Comboios de Mercadorias e a assinatura em Dezembro de 2008 dos contratos relativos ao fabrico de 300 vagões plataforma de 60 pés e de 100 vagões plataforma de 45 pés de 2 eixos para o transporte de contentores e caixas móveis.
- A Modernização e Beneficiação de Material Circulante com a instalação do Sistema de CCTV nas UQÉ's 3500, a remodelação de 7 UTE's da Série 2240 para colocação ao

serviço da CP Porto e a conclusão da montagem de areeiros nas UME's 3400.

- A preparação do lançamento dos concursos para aquisição de automotoras eléctricas para substituição do material ao serviço na Linha de Cascais (com unidades bi-tensão 25kVac+1,5kVdc) e para reforço da frota dedicada ao Serviço Urbano em Lisboa e no Porto, bem como para aquisição de automotoras bi-modais (diesel+25kVac) ou diesel com transmissão eléctrica e possibilidade de evolução para modo eléctrico, que irão substituir, parcialmente, o parque actual de automotoras diesel dedicado ao Serviço Regional.

É de referir ainda o lançamento do concurso para aquisição do material circulante a ser utilizado pelo Sistema de Mobilidade do Mondego.

Prosseguiu-se, em parceria com a EMEF, a implementação da metodologia de manutenção RCM (Reliability Centered Maintenance) tendo-se alargado a sua utilização às séries de material eléctrico mais recente.

Iniciou-se a utilização da plataforma INFOTEC, criada pela EMEF, para registo e análise de ocorrências com o material circulante. Foi iniciada a reformulação do sistema SAP, módulo PM, usado no apoio à gestão e ao controlo do material, de forma a melhorar as suas características e a articulá-lo com o sistema idêntico entretanto instalado naquele nosso principal prestador de serviços de manutenção e reparação.

## 5.3 Serviços partilhados

Criada em 2007, a CP Serviços tem como principal desafio maximizar a eficiência da sua actividade de suporte contribuindo para que os seus Clientes melhorem a competitividade.

Em 2008, a CP Serviços continuou o percurso iniciado no ano de 2007 com enfoque na Optimização de Processos.

Neste âmbito, destacam-se os projectos RHmais Futuro (SAP Recursos Humanos) e CPmais Digital (Sistema de Gestão Documental, Facturação Electrónica e Requisição).


Estes projectos permitirão melhorar os processos e as normas de funcionamento da Empresa, reduzindo ou eliminando o distanciamento para as melhores práticas de mercado, e também, a desmaterialização da maioria do suporte em papel numa óptica da preservação do ambiente. Com o

desenvolvimento dos projectos SAP, a CP Serviços passou a integrar, a totalidade dos seus processos numa plataforma tecnológica única - SAP ERP.

Com o objectivo de implementar uma estratégia de transparência concluiu-se a segunda fase do modelo de *pricing* de acordo com o princípio do utilizador/pagador, registando-se a assinatura dos primeiros acordos de nível de serviço (SLA) com a CP Lisboa e a CP Regional.

No decurso de 2008 a CP Serviços alargou o seu âmbito de Clientes, passando a prestar serviços de Contabilidade e Finanças ao Grupo FERNAVE.

Por último, de referir que a CP Serviços obteve o seu Certificado de Qualidade, em conformidade com a norma NP EN ISO em 04 de Agosto pp.

A man with short, graying hair is sitting on a lush green lawn. He is wearing a white long-sleeved shirt and a blue patterned tie. He is looking down at a magazine he is holding with his left hand. In his right hand, he holds a green apple that has been partially eaten. The background is a soft-focus view of the grass and a blurred object in the distance. The lighting is bright and natural, suggesting a sunny day.

Ser pioneiro não  
é só estar mais  
à frente e ser  
inovador.  
É ser um exemplo  
para que no futuro  
nos possamos  
orgulhar do nosso  
passado.

# 6 ACTIVIDADE OPERACIONAL

## 6.1 CP LISBOA

### 6.1.1 Síntese da Actividade

Em 2008, destacam-se como acções de maior relevo:

- A reabertura da estação do Rossio em Fevereiro;
- A conclusão das obras de electrificação da linha do Sado;
- A implementação do projecto de Bilhética sem Contacto (BSC).

Com a remodelação e reabertura da estação do Rossio, depois de finalizadas as obras de recuperação do túnel, foi possível implementar um novo horário nas linhas de Sintra e Azambuja. Considerando que, à data do fecho desta infra-estrutura, a mesma era a estação de partida e destino mais frequente dos Clientes da Unidade, depois de reaberta e após a implementação do novo horário, registou-se uma melhoria significativa do serviço oferecido, principal factor para que, num ano de crise económica global, a Procura da Linha de Sintra tenha crescido 0,3% face ao ano anterior.

Após a conclusão das obras de electrificação da Linha do Sado, em Dezembro de 2008, também se introduziu um novo horário que permitiu, para além do incremento de conforto decorrente da substituição do material circulante antigo por comboios idênticos aos existentes na linha de Sintra, reduzir significativamente o tempo de trajecto (cerca de 15 minutos entre Origem e Destino).

Na Linha de Cascais, devido a maturação do horário actualmente em vigor e aos elevados índices de pontualidade e regularidade verificados, não se procedeu à sua alteração. Relativamente ao projecto da Bilhética sem Contacto (BSC) que permitirá, depois de concluído, a integração da Bilhética da CP

Lisboa na Bilhética Sem Contacto da Área Metropolitana de Lisboa, utilizando como suportes o cartão Lisboa Viva para Clientes regulares e o cartão Viva Viagem para Clientes ocasionais, foram concluídos em 2008 os sub-projectos:

- Sistema de Gestão de Equipamentos Portáteis de Venda e Controlo da Bilhética sem Contacto (EPVC) – que permitiram substituir o anterior sistema de validação de títulos de transporte por novos equipamentos de validação portáteis (para uso nos comboios) e por novos validadores de Estação (para uso à entrada das plataformas);
- Sistema de Venda Assistida – que permitiu a venda de títulos nas bilheteiras;
- Sistema de Gestão Central – que permitiu que a contabilidade das vendas da CP Lisboa possa ser assegurada ao nível de cada estação bem como consolidada centralmente.

Ficou em fase de conclusão o sub-projecto de Fornecimento e Instalação das novas Máquinas de Venda Automáticas.

Outro projecto relacionado, o Projecto de Acesso Controlado às Estações, com implementação prevista em 9 Estações, teve em 2008 importantes desenvolvimentos que permitirão a sua conclusão em 2009. Este projecto, quando totalmente implementado, permitirá, pelo controlo das entradas e saídas nessas estações, aumentar os níveis de segurança e reduzir substancialmente o actual nível de fraude.

Ainda no âmbito do reforço da segurança de pessoas e bens, é de referir a instalação de sistemas de vídeo-vigilância no interior das UQE's 3500, as únicas unidades de material ao serviço da CP Lisboa que ainda não se encontravam equipadas com esta funcionalidade.

Na Área Comercial foram diversas as iniciativas desenvolvidas e muito centradas na manutenção e reforço das actuais parcerias. Assim, promoveram-se múltiplos e frequentes contactos junto das autarquias da AML no sentido de expor os

problemas encontrados nas envolventes das estações ferroviárias e dar conhecimento dos esforços desenvolvidos pela Unidade na melhoria do serviço de transporte.

Em 2008, na sequência de alterações estruturantes como foram a reabertura do túnel do Rossio e a conclusão da electrificação da linha do Sado, as autarquias da linha de Sintra e da linha do Sado foram especialmente privilegiadas nos contactos.

Foram ainda promovidas uma série de outras acções comerciais que procuraram divulgar os serviços da CP Lisboa junto do segmento jovem, tendo esta Unidade estado associada na promoção e apoio dos principais festivais de música do Verão que aconteceram na região da Grande Lisboa, efectuando comboios especiais de forma a oferecer uma alternativa viável de mobilidade para o público aderente a essas festividades. Em particular, a Unidade esteve presente e associou a imagem da CP a grandes eventos como o Rock in Rio, Oeiras Alive, Super Bock Super Rock e o concerto de Bob Sinclair na Praia de Carcavelos.

Deu-se ainda continuidade ao projecto “um amigo hoje ... um futuro amanhã”, com o apoio a diversas actividades e visitas de estudo, que passaram pela oferta de viagens na linha de Sintra e Cascais a grupos de crianças mais necessitadas. No

total, foram 132 actividades que permitiram transportar nos comboios da CP Lisboa mais de 3300 crianças. No âmbito desta parceria, importa destacar algumas das actividades realizadas no período de Verão que possibilitaram que diversos grupos de crianças oriundas de bairros problemáticos da área limítrofe de Sintra tivessem oportunidade de viajar até às praias da Linha de Cascais na execução dos seus programas de lazer.

O tarifário da Unidade teve em 2008 um pequeno ajustamento estrutural, com a criação, pela Tutela, no último trimestre do ano, de um novo título de venda – o passe social 4\_18. Este título, no quadro das políticas sociais do Governo, permite que, crianças e jovens entre os 4 e 18 anos de idade, beneficiem de passes mensais com 50% de desconto sobre o preço base normal.

No que se refere ao Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ) implementado na Unidade, a APCER efectuou em 2008 mais uma auditoria de renovação bem sucedida, considerando o auditor que a CP Lisboa mantém o cumprimento integral dos requisitos decorrentes da norma em vigor e que dispõe de um Sistema de Gestão da Qualidade adequado e eficaz.

## 6.1.2 Síntese dos Resultados

Do ponto de vista económico-financeiro, a CP Lisboa encerrou o ano de 2008 com um Resultado Operacional de -14.1 milhões de euros e um grau de cobertura operacional de cerca de 85%.

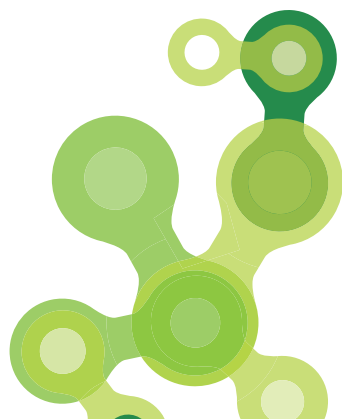
Os Proveitos Operacionais da CP Lisboa situaram-se acima dos 81 milhões de euros, sendo 95% destes originados de receitas directas de tráfego que cresceram, face ao ano anterior, 3.5 milhões de euros, ou seja, cerca de + 5%.

Esta evolução dos proveitos da Unidade foi repartida pelas 4 linhas onde a Unidade opera, mas obteve maior significado na linha de Sintra (variação de +5,6%) dado aí se ter verificado um aumento real do número de Passageiros transportados em 0,3% como resultado da reabertura da estação do Rossio.

No que respeita às restantes linhas, é de realçar a inversão da tendência de crescimento da Linha de Azambuja que apresentou uma quebra nos Passageiros transportados de 4,3% após 7 anos consecutivos de aumento gradual.

Esta redução, acrescida da redução de 1% nos Passageiros transportados na Linha de Cascais e de 2,8% na Linha do Sado – aqui muito motivado pelas dificuldades que as obras de electrificação provocaram na circulação e na qualidade do serviço oferecido – levou a que, em termos globais, os 96.4 milhões de Passageiros transportados em 2008 representem um decréscimo de 1% face a 2007.

Por títulos de venda, manteve-se a tendência de evolução positiva do passe combinado, que apresentou a maior taxa de crescimento (+3%) em contraponto ao decréscimo do Passe Intermodal (-3,8%) que continuamente vem evidenciando alguma inadequação às reais necessidades dos Clientes da AML. Nos títulos de venda internos, o título Bilhetes manteve-se estável enquanto o título Assinaturas registou um decréscimo de cerca de 3%.



## 6.1.3 Indicadores CP Lisboa

CP LISBOA	2007	2008	08/07	08 - 07
<b>Resultados</b>				
Resultado Operacional (mil) *	-	-14.113	n.d.	n.d.
Proveitos Operacionais (mil) *	-	81.346	n.d.	n.d.
Custos Operacionais (mil) *	-	95.459	n.d.	n.d.
Grau de Cobertura Operacional *	-	85,2%	n.d.	n.d.
EBITDA (mil) *	-	-12.708	n.d.	n.d.
* Devido à implementação em 2008 dos novos modelos de custeio do Material Circulante e dos Serviços Partilhados a informação financeira de 2008 não é comparável com 2007.				
<b>Procura</b>				
Passageiros (mil)	97.313	96.377	-1,0%	-935
Sintra	48.310	48.478	0,3%	168
Cascais	30.339	29.996	-1,1%	-343
Azambuja	15.631	14.956	-4,3%	-675
Sado	3.033	2.947	-2,8%	-86
Proveitos de Tráfego (mil) **	75.038	78.548	4,7%	3.509
Sintra	35.249	37.241	5,6%	1.991
Cascais	26.323	27.216	3,4%	893
Azambuja	11.566	12.065	4,3%	499
Sado	1.900	2.026	6,6%	126
** Não inclui os valores relativos a devoluções de títulos de transporte				
<b>Proveitos de Tráfego ** por tipo de Título (mil)</b>				
Bilhetes	33.178	35.081	5,7%	1.902
Assinaturas	11.764	12.251	4,1%	487
Passe Combinado	12.549	13.492	7,5%	943
Passe Intermodal	15.292	15.232	-0,4%	-60
Outros Proveitos de Tráfego	2.255	2.492	10,5%	237
<b>Oferta Passageiros</b>				
Comboios Quilómetro (mil)	6.868	6.990	1,8%	122
LKO (milhões)	6.722	6.756	0,5%	34
PK / CK	191.9	185.6	-3,3%	-6
PK / LKO	19,6%	19,2%	-2,0%	0.0
<b>Recursos Humanos</b>				
Efectivo Final	872	847		-25
Efectivo Médio	875	868		-7
PK / Efectivo Médio (mil)	1.506	1.495	-0,8%	-11
CK / Efectivo Médio (mil)	7.85	8.05	2,6%	0.2
<b>Índice Pontualidade Diária</b>				
Sintra	89,0%	93,4%		4.4
Cascais	97,0%	98,0%		1.0
Azambuja	91,0%	87,2%		-3.8
Sado	98,0%	93,4%		-4.6
<b>Índice Regularidade Diária</b>				
Sintra	100%	100%		0
Cascais	100%	100%		0
Azambuja	100%	100%		0
Sado	100%	99%		-1

## 6.2 CP PORTO

### 6.2.1 Síntese da Actividade

O ano de 2008 pautou-se pela prossecução do desenvolvimento das várias actividades nas diferentes iniciativas estratégicas traçadas no Plano Estratégico CPmais, permitindo a continuação da criação e aumento de valor para a Empresa. Como principais marcos da actividade desenvolvida destacam-se:

- Efectivação da Conquista de Mercado perante a adequação da oferta à procura;
- Acções de venda e parcerias e actividades no âmbito da intermodalidade que contribuíram para o crescimento do tráfego e para a divulgação da imagem e notoriedade dos serviços Urbanos da CP no Porto e a sua afirmação no âmbito da AMP;
- Estabelecimento de parcerias ganhadoras dentro e fora do sector de transportes.

Das actividades empreendidas durante o ano de 2008, salientam-se:

#### No âmbito da Conquista de Mercado:

Prosseguindo na aposta por uma melhoria contínua no serviço prestado, para ir de encontro às expectativas dos Clientes, foram introduzidos alguns ajustamentos à oferta durante o ano de 2008.

Em 30 de Março de 2008, entraram em vigor alterações nos horários nas Linhas de Braga e de Guimarães, com mais circulações e viagens mais rápidas. Detectadas oportunidades de melhoria da oferta, em 14 de Dezembro de 2008 procederam-se a ajustamentos pontuais nas Linhas de Braga, Guimarães e Caíde, com maior impacto aos fins-de-semana.

De referir ainda que 2008 foi o ano de consolidação e maturação do Horário da Linha de Aveiro, introduzido em Abril de 2007, com a correspondente repercussão nos proveitos de tráfego, apesar dos constrangimentos existentes ao nível da infraestrutura e das implicações no modelo horário então adoptado em termos de frequência e cadência.

Para fazer face à execução das alterações no horário e dar resposta à pressão da procura, foram sendo introduzidas UTE's de Silício remodeladas, perfazendo um total de 7 até ao final do ano, em simultâneo com as anteriores 34 UME's 3400 (unidades eléctricas).

#### No âmbito das Acções

##### de Venda / Parcerias / Intermodalidade:

Continuação da aposta clara na dinamização das acções de venda, contactos e divulgação dos serviços Urbanos do Porto. Ao nível dos Projectos especiais / grupos foram ultrapassadas as expectativas, com a realização de variados projectos de grande dimensão como Carnaval, Festivais, Red Bull, Praias, etc. Os grupos transportados, em 2008 totalizaram cerca de 44.738 Passageiros representando, um acréscimo, face ao ano anterior, de cerca de 11% que em receita se traduziu num aumento de 18,6%.

Realizaram-se durante o ano de 2008 cerca de 90.300 contactos em diferentes localidades, +55% face ao ano anterior.

O estabelecimento de Parcerias com outras entidades foi uma constante permitindo realizar operações especiais, estabelecer acordos comerciais de produtos diversificados e dinamizar as vendas.

No âmbito da intermodalidade foram realizadas diversas acções destacando-se a título exemplificativo a disponibilização de um espaço para bicicletas na estação de Braga.

#### Actividades no âmbito

##### da Bilhética sem Contacto:

Prosseguiram os trabalhos no âmbito da Bilhética Sem Contacto com o intuito de introduzir este sistema tanto nos títulos monomodais, como nos títulos intermodais.

#### Actividades no âmbito da Variável Preço:

Apresentaram-se propostas de Acordo de Extensão do Tarifário Social do Sistema Intermodal Andante aos Títulos CP com Tarifário Social na Área do Grande Porto (Assinaturas de Estudantes e Bilhetes para Crianças, Pessoas Idosas, Reformados e Pensionistas) e de alteração da política de preços da CP de acordo com as regras de preços definidas para os títulos Andante.

Foram ainda equacionados os estudos para alteração do Modelo de Repartição de Receita Intermodal para critério Pk e apresentada respectiva proposta.

O tarifário da Unidade teve em 2008 um pequeno ajustamento estrutural, com a entrada em vigor no dia 1 de Setembro de um novo título de venda – o passe social mensal, designado de Cartão 4\_18@escola.tp.

### Actividades no âmbito da Gestão de Estações:

As acções de dinamização e “dar vida” às estações têm sido uma constante na actividade da CP Porto. Estas actividades consolidam a implementação da política de dinamização dos espaços comerciais proporcionando aos actuais e potenciais Clientes também o acesso a serviços de apoio úteis. A título exemplificativo, em 2008, a Estação de Porto São Bento passou a estar dotada de espaço na área da Saúde.

### Outras Actividades desenvolvidas durante 2008:

Das diversas acções desenvolvidas destacam-se: a transferência do ACC de Porto Campanhã para Porto São Bento; a assumpção pela CP Porto do Posto de Informação

Automatizada ao Público (SIP) para uma melhor prestação do serviço de informação aos Clientes, tirando proveito de sinergias propiciadas pela proximidade deste posto com o ACC; o lançamento do Catálogo de Produtos permitindo deste modo apoiar a venda ao Pessoal de Contacto. Este documento tem por finalidade proporcionar aos colaboradores informação sobre a venda dos serviços urbanos da CP Porto, constituindo-se como um instrumento de apoio fundamental para a divulgação e promoção dos benefícios e atributos dos produtos, junto dos actuais e potenciais Clientes.



## 6.2.2 Síntese dos Resultados

Ao nível do desempenho económico-financeiro, 2008 foi um ano de importante crescimento para a CP Porto, apesar do exercício ter encerrado com um Resultado Operacional negativo de cerca de 14 milhões de euros e uma Taxa de Cobertura Operacional de 60%.

Os Proveitos Operacionais cresceram, face a 2007, cerca de 13%, o correspondente, em termos absolutos, a um aumento de 2.4 milhões de euros, situando-se no final do ano próximo dos 21 milhões de euros.

Os Proveitos de Tráfego apresentaram um acréscimo na ordem dos 10,5%, ou seja, mais cerca de 2 milhões de euros, sendo representativos de cerca de 95% do total dos Proveitos Operacionais.

O aumento de Passageiros face ao ano anterior foi de cerca de 1.3 milhões, o que representa um acréscimo de 6,8%. Em 2008 foram servidos cerca de 20 milhões de Passageiros. O crescimento verificado deveu-se em grande parte ao aumento de Clientes na Linha de Aveiro: mais 800 mil Clientes, cerca de

62,5% do total de crescimento de Passageiros verificado na CP Porto. Em termos de Proveitos de Tráfego, constata-se que continuou a ser a Linha de Aveiro aquela que apresentou, em termos absolutos o acréscimo com maior significado (+1.2 milhões de euros).

Na estrutura dos Proveitos de Tráfego, os Bilhetes representam cerca de 63%, as Assinaturas 25% e os títulos Intermodais cerca de 9%. O maior crescimento, em termos absolutos, foi nos Bilhetes Monomodais (+1.1 milhões de euros, ou seja, cerca de 9,9%). As Assinaturas Monomodais registaram um acréscimo de 386 milhares de euros a que corresponde uma taxa de variação de 8,5%. Em termos dos Títulos Intermodais, manteve-se a tendência de crescimento do título Andante.

O valor médio do Índice de Pontualidade foi de 93.2. Em termos globais, este Índice foi afectado pelos afrouxamentos impostos pelo gestor da infra-estrutura designadamente na Linha do Norte no último trimestre do ano.

## 6.2.3 Indicadores CP Porto

CP PORTO	2007	2008	08/07	08 - 07
<b>Resultados</b>				
Resultado Operacional (mil) *	-	-13.943	n.d.	n.d.
Proveitos Operacionais (mil) *	-	20.975	n.d.	n.d.
Custos Operacionais (mil) *	-	34.918	n.d.	n.d.
Grau de Cobertura Operacional *	-	60,1%	n.d.	n.d.
EBITDA (mil) *	-	-13.076	n.d.	n.d.
* Devido à implementação em 2008 dos novos modelos de custeio do Material Circulante e dos Serviços Partilhados a informação financeira de 2008 não é comparável com 2007.				
<b>Procura **</b>				
Passageiros (mil)	18.702	19.969	6,8%	1.267
Aveiro	7.108	7.900	11,1%	792
Braga	-	4.579	n.d.	n.d.
Caíde	-	5.568	n.d.	n.d.
Guimarães	-	1.922	n.d.	n.d.
Proveitos de Tráfego (mil) ***	17.130	18.963	10,7%	1.833
Aveiro	6.846	8.059	17,7%	1.213
Braga	-	4.307	n.d.	n.d.
Caíde	-	4.723	n.d.	n.d.
Guimarães	-	1.874	n.d.	n.d.
** A comparação dos valores de 2008 com os de 2007 apenas é possível para a Linha de Aveiro, devido à introdução em 2008 do MB Bilhete que alterou a repartição para as restantes linhas.				
*** Bilhetes + Assinaturas + Andante				
<b>Proveitos de Tráfego por tipo de Título (mil)</b>				
Proveitos de Tráfego Totais	17.869	19.745	10,5%	1.876
Bilhetes	11.333	12.394	9,4%	1.061
Assinaturas	4.522	4.907	8,5%	385
Passes Combinados	1.292	1.683	30,3%	391
Outros Proveitos de Tráfego	722	761	5,4%	39
<b>Oferta Passageiros</b>				
Comboios Quilómetro (mil)	4.253	4.627	8,8%	374
LKO (milhões)	1.977	2.158	9,2%	181
PK / CK	124.5	124.6	0,1%	0.1
PK / LKO	26,8%	26,7%		-0.1
<b>Recursos Humanos</b>				
Efectivo Final	278	316		38
Efectivo Médio	272	310		38
PK / Efectivo Médio (mil)	1.947	1.860	-4,5%	-87
CK / Efectivo Médio (mil)	15.6	14.9	-4,5%	-0.7
<b>Índice Pontualidade Diária</b>				
Aveiro	93,0%	90,4%		-2.6
Braga	97,4%	95,6%		-1.8
Guimarães	95,7%	94,1%		-1.6
Caíde	97,7%	96,2%		-1.5
<b>Índice Regularidade Diária</b>				
Aveiro	100%	99%		-1
Braga	100%	100%		0
Guimarães	100%	99%		-1
Caíde	100%	100%		0

## 6.3 CP LONGO CURSO

### 6.3.1 Síntese da Actividade

Com a entrada de uma nova estrutura de horário para o serviço de longo curso em Abril de 2007, durante o ano de 2008 as actividades da Unidade centraram-se na consolidação do aumento da procura, na melhoria do serviço ao Cliente, e no acompanhamento e monitorização da exploração. De todo o conjunto de actividades desencadeadas destacam-se:

#### Actividades Comerciais

Em 2008 o objectivo de crescimento da procura do tráfego AP e a consolidação do crescimento do tráfego IC foi assente no desenvolvimento dos segmentos alvo de maior potencial:

- Empresas (empresas de grande e média dimensão com elevada mobilidade dos seus colaboradores);
- Grupos (entidades organizadoras de viagens em grupo passíveis de utilizar o modo ferroviário);
- Estudantes (tendo sido desenvolvido um produto específico para este segmento).

No âmbito das Empresas a unidade manteve a sua aposta no produto CP/Empresas, negociando a atribuição de descontos em função do nível de utilização do transporte ferroviário de longo curso às empresas que manifestem a inserção na sua política interna da utilização do comboio como alternativa ao transporte individual. Com esse propósito, alterou a política comercial do produto passando a avaliação da adesão das empresas a ser feita pela receita gerada e não por número de viagens realizadas, adequando as regras de atribuição de descontos a uma medida efectiva de utilização do serviço, o passageiro x quilómetro. Para uma clarificação do objecto do produto CP/Empresas, retiraram-se deste as Associações, Ordens e Sindicatos e outras organizações similares, criando-se a figura de Acordo Comercial, com contornos específicos para estas organizações (percentagem de desconto fixa e inferior à das empresas) associados a contrapartidas comerciais de divulgação dos produtos CP nos meios de divulgação das organizações aderentes. No conjunto para estes Clientes empresariais obteve-se um aumento de receita na ordem dos 52%.

Como resultado da actividade no segmento dos Grupos, organizados para utilização da oferta regular quer recorrendo a comboios especiais, obteve-se um crescimento de 6% de Passageiros transportados e de 15% em receita.

Para o segmento estudantes, com maior incidência dos universitários, foi definida uma estratégia comercial assente na atribuição de descontos aos estudantes até 18 anos de qualquer grau de ensino e até 25 anos se universitários ou do ensino politécnico, ao mesmo tempo que se realizaram acções de promoção nas universidades. Estas actividades, realizadas no final do ano (início do ano lectivo) serão naturalmente avaliadas no final do ano lectivo, já durante o ano 2009.

#### Melhoria do Serviço ao Cliente

Desenvolveu-se um novo conceito de serviço a bordo para o serviço Alfa Pendular. Este novo conceito, que entrou em funcionamento a 1 de Outubro, permitiu melhorar, diversificar e uniformizar, em todas as circulações, o serviço prestado aos Clientes na classe conforto, do qual se destaca o serviço de restauração gourmet, o serviço de boas vindas, e uma maior gama de serviços de restauração adequada aos diversos segmentos de Clientes.

Numa estreita colaboração com os três operadores de comunicações móveis em Portugal (TMN, Vodafone e Optimus) foi efectuado um investimento conjunto de reforço do sinal de telemóvel a bordo dos comboios do serviço Alfa Pendular, cuja estrutura apresentava uma maior blindagem às comunicações móveis dos nossos Clientes. Com o investimento realizado, a qualidade de serviço sofreu um melhoramento significativo, permitindo actualmente a comunicação, quer de voz como de dados, praticamente ininterrupta ao longo da linha do Norte.

#### Renovação da Imagem do Intercidades

Para a revitalização do serviço Intercidades iniciou-se a implementação de uma nova imagem exterior das carruagens afectas a este serviço. Numa perspectiva de aproximação do serviço às localidades servidas, o painel lateral das carruagens Bar foi decorado com imagens típicas das cidades servidas. Da mesma forma três locomotivas 5600 foram decoradas com alusão aos 20 anos do serviço Intercidades e outras três ao transporte e ambiente.

#### Comunicação

Desenvolveram-se duas campanhas específicas para o produto Alfa Pendular, sendo uma delas direccionada para o segmento empresarial. Realizou-se também uma campanha Intercidades comemorativa dos 20 anos deste serviço e uma outra

campanha específica para o serviço Intercidades do Sul. Para divulgar o serviço Intercidades junto do segmento universitário prosseguiram as acções Train'Trip em universidades localizadas em cidades servidas pelo IC.

Divulgou-se a oferta para Grupos, desenvolvendo uma acção de comunicação específica para cerca de 2.300 escolas.

Promoveu-se, igualmente, o produto kit CP/Avis e as parcerias existentes com os vários parques de estacionamento.

Adicionalmente promoveu-se os canais de venda automáticos através de campanha realizada no Multibanco e na Internet.

### Canais de Venda

Continuou a apostar-se nos canais alternativos à bilheteira procurando diminuir o peso deste canal. Assim, a distribuição dos proveitos pelos canais de venda sofreu algumas alterações. Não obstante o canal Bilheteiras ter continuado a ser o canal preferencial, com um peso de 81%, o seu acréscimo face a 2007 foi só de 5%. O netTicket foi o canal que mais cresceu face a 2007 (56%) ultrapassando já os 7% do total dos proveitos. O Multibanco cresceu 17% face a 2007, sendo que o peso no total dos proveitos é de 6%. O peso do canal AV cresceu 12% face a 2007. O peso das MVAs e da VT não sofreu alteração no total dos proveitos, no entanto as MVAs decresceram 7% face a 2007, sendo que a VT se manteve.

### Oferta

A CP Longo Curso realizou em 2008 aproximadamente 8.500 comboios\*km, incluindo as marchas associadas aos serviços

regulares, o que representou um crescimento de 5,4% face a 2007.

O acréscimo resultou principalmente:

- Das alterações ocorridas no horário em 22 de Abril de 2007 se reflectirem no período compreendido entre Janeiro e Abril de 2008 comparativamente a 2007;
- Do aumento do número de Comboios de Desdobramento e respectivas marchas associadas no eixo Lisboa-Porto;
- Do percurso do Lusitânia Comboio Hotel, no período entre 24 de Janeiro e 13 de Dezembro, se ter efectuado por Vilar Formoso.

### Pontualidade

Quanto aos indicadores de Pontualidade, os valores obtidos ficaram bastante aquém do que seriam desejáveis. A principal causa dos baixos índices de pontualidade são os afrouxamentos da Linha do Norte que, em conjunto com as ocorrências na infraestrutura – Convel, sinalização, catenária e regulação são responsáveis por 70% dos tempos de atraso dos comboios.

O serviço Alfa Pendular teve um decréscimo acentuado da sua prestação comparativamente ao ano anterior. O índice médio de pontualidade diminuiu de 80% para 60% sendo Dezembro o pior mês com 36%. O serviço Intercidades sofreu uma quebra significativa de 76% para 63%. No tráfego internacional ocorreu uma melhoria do desempenho de 61% para 74%.

## 6.3.2 Síntese dos Resultados

- O Resultado Operacional da CP Longo Curso foi de 3,3 milhões de euros positivos, ou seja uma margem de cerca de 4%.
- A CP Longo Curso manteve em 2008 a tendência de crescimento dos Proveitos Operacionais que se tem vindo a verificar nos últimos anos e que ascenderam a 87,5 milhões de euros, ou seja um crescimento de 8% face a 2007;
- Também ao nível dos Proveitos de Tráfego a Unidade conseguiu manter a tendência de crescimento com um total de proveitos de 86.024 mil euros, o que representa um aumento de 8,6% face a 2007;
- O Alfa Pendular registou acréscimos de 4,7% nos proveitos e 0,1% nos Passageiros transportados;
- O Intercidades registou acréscimos de 15,7% nos proveitos, aos quais correspondem aumentos de 15% nos Passageiros.

Este aumento fica a dever-se ao reforço da oferta IC's nos vários eixos;

- O Internacional registou perdas na ordem dos 2% dos proveitos e de 8% nos Passageiros. A concorrência das *low-cost* no eixo Lisboa-Madrid e a degradação do serviço Sud-Express, são razões que explicam as quebras nestes tráfegos;
- O produto com maior crescimento foi o CP/Empresas: os Proveitos gerados tiveram um crescimento de 52% (passaram de 2.038 mil € para 3.091 mil €) e os Passageiros transportados ao abrigo dos protocolos cresceram 43% (132 mil em 2008). Os Proveitos deste produto têm um peso de 3,6% no total dos Proveitos da CP Longo Curso.

## 6.3.3 Indicadores CP Longo Curso

CP LONGO CURSO	2007	2008	08/07	08 - 07
<b>Resultados</b>				
Resultado Operacional (mil) *	-	3.262	n.d.	n.d.
Proveitos Operacionais (mil) *	-	87.478	n.d.	n.d.
Custos Operacionais (mil) *	-	84.217	n.d.	n.d.
Grav de Cobertura Operacional *	-	103,9%	n.d.	n.d.
EBITDA (mil) *	-	3.677	n.d.	n.d.
* Devido à implementação em 2008 dos novos modelos de custeio do Material Circulante e dos Serviços Partilhados a informação financeira de 2008 não é comparável com 2007.				
<b>Procura</b>				
Passageiros (mil)	4.879	5.314	8,9%	435
Alfa Pendular	1.793	1.795	0,1%	2
Intercidades	2.918	3.364	15,3%	446
Internacional **	168	155	-7,7%	-13
Proveitos de Tráfego (mil)	79.245	86.024	8,6%	6.779
Alfa Pendular	37.814	39.604	4,7%	1.790
Intercidades	32.789	37.949	15,7%	5.161
Internacional	8.643	8.471	-2,0%	-172
** Para efeitos de comparabilidade, o valor de 2007 foi recalculado de acordo com os novos critérios de apuramento.				
<b>Proveitos de Tráfego por tipo de Cliente (mil)</b>				
CP Empresas	2.038	3.091	51,7%	1.053
Outros Clientes	77.207	82.933	7,4%	5.726
<b>Oferta Passageiros</b>				
Comboios Quilómetro (mil)	8.064	8.499	5,4%	436
LKO (milhões)	2.245	2.593	15,5%	348
PK / CK	156	161	3,6%	6
PK / LKO	56%	53%		-3
<b>Recursos Humanos</b>				
Efectivo Final	514	511		-3
Efectivo Médio	516	511		-5
PK / Efectivo Médio (mil)	2.433	2.684	10,3%	251
CK / Efectivo Médio (mil)	15.6	16.6	6,4%	1
<b>Índice Pontualidade</b>				
Alfa Pendular	80%	60%		-20
Intercidades	76%	63%		-13
Internacional	61%	74%		13
<b>Índice Regularidade</b>				
Alfa Pendular	100%	99%		-1
Intercidades	100%	99%		-1
Internacional	100%	94%		-6

## 6.4 CP REGIONAL

### 6.4.1 Síntese da Actividade

A actividade desenvolvida pela CP Regional, durante o ano de 2008, foi enquadrada pela estratégia definida até 2010, e que tem por base 3 linhas de actuação:

- Reinventar a oferta regional, de modo a responder mais eficazmente à procura;
- Racionalizar a utilização dos meios produtivos;
- Contratualizar com o Estado o serviço público realizado pela Unidade.

A oferta regular da CP Regional, em 2008, não teve alterações significativas relativamente ao horário implementado em Março de 2007.

A Unidade de Negócio concentrou os seus esforços comerciais na melhoria da imagem dos pontos de venda, na divulgação dos seus serviços, na implementação da oferta turística na linha da Beira Baixa, com a realização do “Comboio Aventura”, na promoção e angariação de procura para o comboio a vapor na linha do Douro e na participação em eventos e festas regionais que captaram procura para a CP Regional e divulgaram a marca CP.

Foi realizada uma acção inovadora de divulgação comercial, recorrendo ao “drop mail”, com resultados muito satisfatórios. Esta acção divulgou os serviços, levou a que o comboio fosse experimentado por pessoas que não o utilizavam e simultaneamente permitiu a recolha de dados para um melhor conhecimento dos Clientes da UN.

A UN continuou a melhorar a imagem das suas bilheteiras, tendo, neste âmbito, iniciado, de forma precursora na Empresa, a venda de “merchandising” CP com resultados muito positivos, em especial, na promoção dos serviços e da imagem da Empresa junto dos Clientes.

Relativamente aos indicadores de pontualidade e de regularidade global dos comboios é de salientar a regularidade média, com um valor de 99%, situando-se a pontualidade média dos comboios nos 88%, ambas ligeiramente melhores do que em 2007.

Em 2008, iniciou-se a implementação do novo modelo tarifário, aprovado para os serviços da CP Regional, e que tem por objectivo resolver as inconsistências detectadas na tabela dos preços praticados com o modelo anterior e acabar com as distorções que deste resultavam, em especial, a perda de

receita, essencial para o equilíbrio financeiro da U.N. Para atenuar os enormes impactos previstos, nos Clientes e nas contas de exploração da Unidade de Negócio, o novo modelo tarifário será implementado em 5 anos. Em 29 de Junho de 2008, entrou em vigor a primeira fase da implementação.

Depois, de em 2007, se ter procedido ao desenvolvimento, instalação e aos testes para homologação de um protótipo, em 2008 foram instalados, em todas as automotoras ao serviço na linha do Tua, os sistemas de comunicação necessários à realização da oferta com agente único e procedeu-se à implementação deste modo de operação com a colaboração da Empresa do Metro Ligeiro de Mirandela.

No âmbito da racionalização da utilização dos meios produtivos, a CP Regional reduziu o seu efectivo em 14 pessoas, relativamente ao início do ano. No final do ano a UN atingiu o objectivo de realizar toda a sua oferta com material automotor, libertando em Dezembro as carruagens que ainda tinha ao seu serviço (11) e duas locomotivas 1400.

De destacar os resultados obtidos ao nível dos consumos de energia para tracção, com uma redução de 490 mil litros de gasóleo consumidos, consequência da redução, em 4,5%, do consumo médio das automotoras diesel. Estes resultados foram obtidos, com a realização de acções de sensibilização e formação dos maquinistas para uma condução mais eficiente. Ao nível da Gestão da Qualidade, a CP Regional confirmou a certificação obtida em 2007, após a realização de uma auditoria externa na qual se validou o cumprimento dos requisitos pela UN.

## 6.4.2 Síntese dos Resultados

A Unidade encerrou o ano de 2008 com proveitos operacionais de 34 milhões de euros, com custos operacionais de 90.8 milhões de euros e com um resultado operacional de -56.8 milhões de euros. A taxa de cobertura foi de 37,5%.

Verificou-se um crescimento dos Passageiros transportados (+46 mil) ainda que com um percurso médio inferior e que conduziu a uma redução de 1% nos PK's (5.882 mil PK's). Globalmente, os valores da procura reflectem uma alteração estrutural ocorrida desde o início do ano, ou seja, aumentou a fidelização de Clientes, com o aumento muito significativo da venda de assinaturas e redução da venda de bilhetes. As assinaturas que representavam 23% dos PK's, em 2007, passaram a representar 25% dos PK's em 2008. A subida, repentina e muito notada, do preço dos combustíveis terá contribuído fortemente para esta evolução.

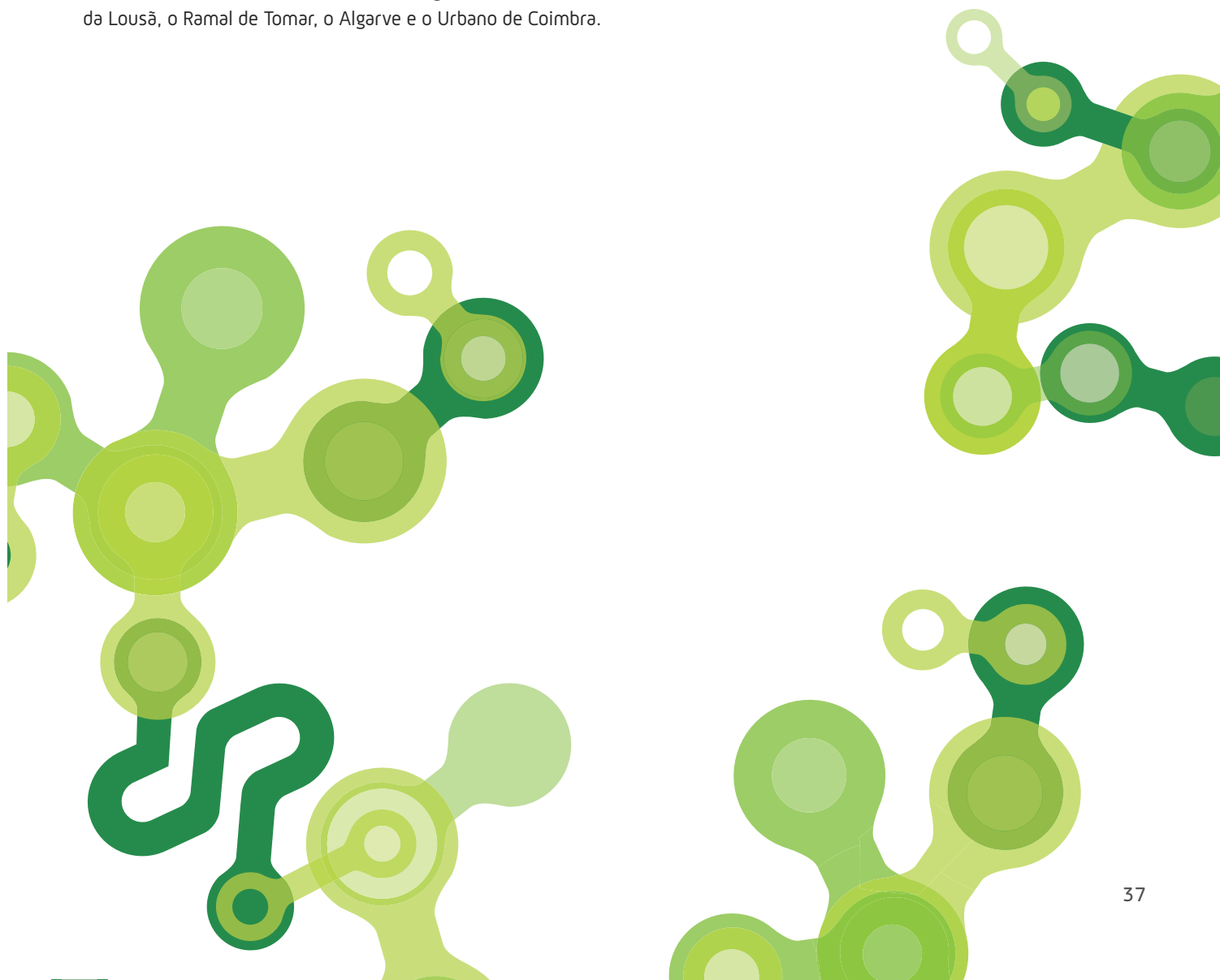
As Linhas que contribuem mais para o volume de procura, continuam a ser o Minho, o Douro Via Larga, o Norte, o Ramal da Lousã, o Ramal de Tomar, o Algarve e o Urbano de Coimbra.

Estas linhas representaram 82% das viagens realizadas em comboios regionais.

De dimensão média, os serviços nas Linhas do Vouga, da Beira Alta, da Beira Baixa e do Oeste, transportaram no seu conjunto 15% dos Passageiros.

Os serviços nas Linhas do Tâmega, do Corgo, do Tua, Coimbra – Figueira da Foz, do Leste, do Alentejo e do Sul registaram procuras muito reduzidas, somando no seu conjunto 420 mil Passageiros, o que representou 3% do total de Passageiros da Unidade.

Os serviços de transporte realizados sobre as linhas do litoral são os que mais contribuem, para os Proveitos de Tráfego assumindo especial relevo nesta vertente a Linha do Norte e o Ramal de Tomar. Nos serviços sobre as restantes Linhas, é de destacar os proveitos obtidos nas linhas do Douro Via Larga, do Minho, do Algarve, do Oeste, no Ramal da Lousã e no Urbano de Coimbra.



## 6.4.3 Indicadores CP Regional

CP REGIONAL	2007	2008	08/07	08 - 07
<b>Resultados</b>				
Resultado Operacional (mil) *	-	-56.826	n.d.	n.d.
Proveitos Operacionais (mil) *	-	34.022	n.d.	n.d.
Custos Operacionais (mil) *	-	90.848	n.d.	n.d.
Grav de Cobertura Operacional *	-	37,4%	n.d.	n.d.
EBITDA (mil) *	-	-56.213	n.d.	n.d.
* Devido à implementação em 2008 dos novos modelos de custeio do Material Circulante e dos Serviços Partilhados a informação financeira de 2008 não é comparável com 2007.				
<b>Procura</b>				
Passageiros (mil)	13.811	13.857	0,3%	46
PK's (mil)	574.455	568.573	-1,0%	-5.882
Proveitos de Tráfego (mil)	32.390	31.964	-1,3%	-426
<b>Proveitos de Tráfego por tipo de Título (mil)</b>				
Bilhetes	22.616	22.025	-2,6%	-591
Assinaturas	4.692	5.155	9,9%	464
Outros Proveitos Tráfego	5.083	4.784	-5,9%	-299
<b>Oferta Passageiros</b>				
Comboios Quilómetro (mil)	11.730	11.487	-2,1%	-244
LKO (milhões)	2.893	2.842	-1,8%	-51
PK / CK	49,0	49,5	1,1%	1
PK / LKO	19,9%	20,0%	0,7%	0,1%
<b>Recursos Humanos</b>				
Efectivo Final	1.032	1.018		-14
Efectivo Médio	1.043	1.022		-21
PK / Efectivo Médio (mil)	551	556	1,0%	6
CK / Efectivo Médio (mil)	11,2	11,2	0,0%	0
<b>Índice Pontualidade</b>				
	87%	88%		1
<b>Índice Regularidade</b>				
	99%	99%		0

## 6.5 CP CARGA

### 6.5.1 Síntese da Actividade

O desempenho da CP Carga em 2008 foi substancialmente influenciado pela conjuntura macroeconómica desfavorável que se manifestou ao longo do exercício, e de forma mais acentuada nos dois últimos meses de Novembro e Dezembro, com impactos negativos na generalidade dos sectores de actividade e na actividade transportadora.

Com o agudizar da crise, a CP Carga viu-se confrontada, com uma agressividade cada vez mais forte da concorrência designadamente rodoviária e com o deslizamento da data de entrada em produção de projectos comuns. Face à quebra generalizada da procura, os Clientes fizeram reflectir na actividade da Unidade as suas dificuldades em escoar os produtos, levando a que se tenha registado um número de comboios suprimidos superior ao do ano anterior.

Estruturalmente, a actividade da CP Carga continua a assentar numa carteira de negócios composta por um número reduzido de Produtos/Clientes, o que se traduz em alguma vulnerabilidade perante o mercado, designadamente em períodos de recessão económica e de quebra do investimento público. Em 2008, os tráfegos mais representativos da Unidade (em receita e volume) continuaram a ser o transporte de Carvão, Cimento, Contentores, Madeira, Areia, Minérios, Produtos Siderúrgicos e Cereais e Farinhas, tráfegos que num contexto de conjuntura desfavorável, se reduziram significativamente. No ano de 2008 a contracção da procura no transporte ferroviário registou-se não só no mercado interno, como nas relações com Espanha, afectada mais intensamente que o nosso País.

Não obstante o volume de toneladas transportadas em 2008 ter baixado face a 2007, os indicadores de produção registaram tendências de crescimento: 3,6% nos CK's e 0,7% nos percursos do material motor. Esta situação ficou a dever-se a factores de ordem técnica, nomeadamente decorrentes da reafecção do material motor, com impacto na capacidade de tracção da CP Carga, e a factores de natureza comercial. Os factores de natureza comercial tiveram especial impacto no último trimestre do ano devido à quebra acentuada da procura. No que diz respeito a atrasos dos comboios, não obstante os condicionalismos de ordem externa impostos pela REFER, designadamente o elevado número de interdições de via e os afrouxamentos,

registou-se uma melhoria significativa dos índices de Pontualidade em todas as faixas dos atrasos: a quantidade de comboios com atrasos inferiores a 30 minutos passou de 52% em 2007 para 64% em 2008 e os comboios com atrasos superiores a 2 horas passou de 12% para 8%, em idênticos períodos.

A regularidade dos comboios situou-se na ordem dos 82% o que representa uma ligeira quebra face ao ano anterior (84% em 2007).

**Em 2008 a CP Carga realizou investimentos estratégicos, que visaram contribuir de forma determinante para aumentar a competitividade da Unidade e melhorar a qualidade do serviço de transporte aos Clientes.** A este título destaca-se a eliminação de diversos

constrangimentos na Infraestrutura com a conclusão da 1ª fase de Electrificação de Ramais de Mercadorias (num total de 6) ao abrigo do protocolo CP/REFER. Estas electrificações permitem melhorar a gestão do material motor e aumentar a produtividade das locomotivas, por via da substituição da tracção diesel por tracção eléctrica, com impactos significativos ao nível da redução de custos de operação. Foi ainda concluída a ligação do Complexo da Siderurgia Nacional à rede ferroviária nacional, ao abrigo do Protocolo de cooperação e investimento com a Lusosider e SN Longos e foi realizado tráfego experimental no ramal.

Num quadro de liberalização do transporte ferroviário de mercadorias foram desenvolvidas parcerias com operadores logísticos e com Clientes no âmbito da construção de Ramais, tais como o Ramal da fábrica de biodiesel nos Riachos e o Ramal Pirites.

O ano de 2008 fica assinalado como o ano em que a Unidade realizou a mais complexa operação de transporte e logística da sua história ao transportar duas turbinas de dimensões excepcionais do porto da Figueira da Foz para a Central Termoeléctrica de Lares.

Operação especial de outra natureza foi a realização, no prazo de 15 dias, de um adicional de 80 comboios a partir do Terminal XXI em Sines, em resposta às necessidades do Cliente.

O ano de 2008 ficou marcado pela implementação do Sistema de Gestão de Qualidade na CP Carga. Ficou assim reconhecido

## 6.5.2 Síntese dos Resultados

que a actividade da CP Carga se orienta por padrões de Qualidade e de Melhoria Contínua.

No domínio da actividade comercial e operacional, a CP Carga enfrentou importantes desafios ao longo do ano 2008, tendo conseguido atingir, ainda assim, 10.4 milhões de toneladas transportadas e 68,9 milhões de euros de proveitos directos dos tráfegos. Estes valores no final do exercício representam ligeiras variações face a 2007: um decréscimo de volume de 1,2% e um acréscimo de receitas de 1,4%. O desempenho medido em Toneladas\*Quilómetro desceu 1,4%, sendo que estes mesmos indicadores da procura estiveram sempre acima dos verificados em 2007 até Outubro de 2008. Nessa data e em termos acumulados, registaram-se acréscimos de 3% de toneladas e 5% de receitas do tráfego, comparativamente com 2007. Nos últimos dois meses do ano, o agravamento da crise económica no país, provocou uma forte quebra na procura do transporte por parte dos Clientes, para níveis que já não se registavam desde 2003.

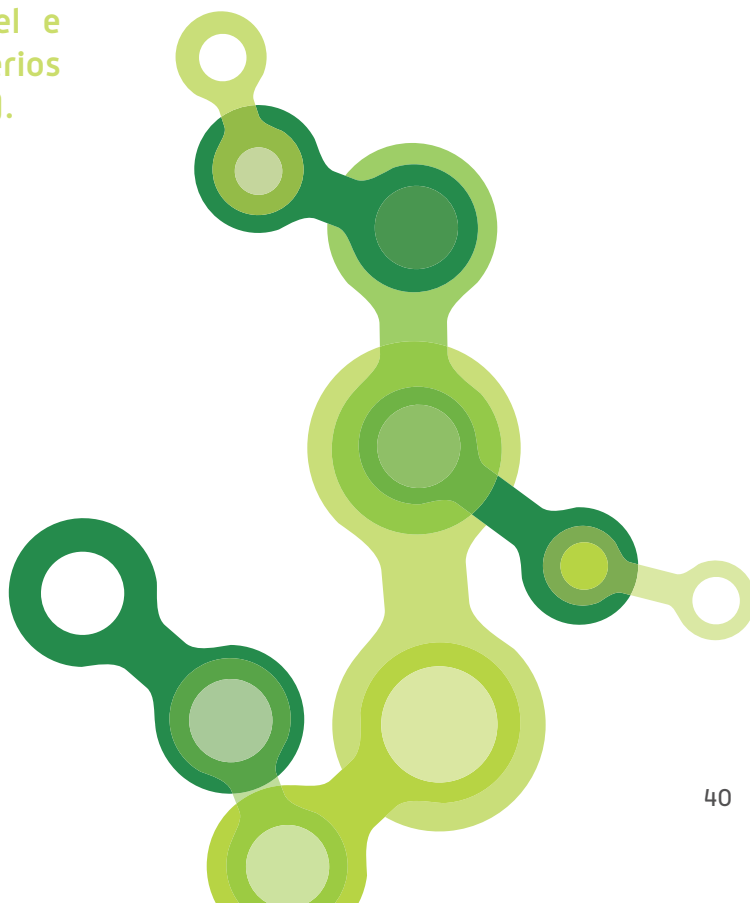
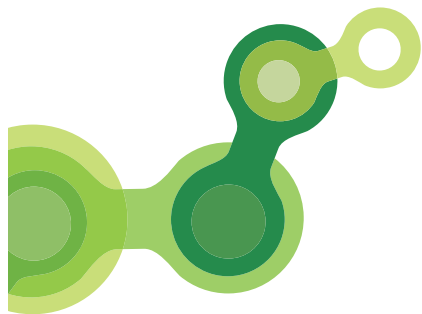
Contudo é de destacar performances distintas consoante os tráfegos. **Pela positiva destacam-se os de Carvão (mais 4% em volume do que em 2007) de Areia (aumento de 5% face ao ano anterior) de Combustíveis (inclui o transporte de “jet fuel” e biodiesel e cresceu 84% face a 2007) e de Minérios (aumento de 4% face ao ano anterior).**

Pelo contrário, os tráfegos de Cimento (descida de 4% face ao ano anterior) de Madeira (quebra de 11% comparativamente com 2007) de Produtos Siderúrgicos (decréscimo de 18% nas quantidades transportadas) e de Cereais e Farinhas (menos 17% de toneladas do que em 2007) apresentaram desempenhos aquém do esperado, fundamentalmente como consequência da quebra de investimento em obras públicas e do abrandamento da economia portuguesa e espanhola. O tráfego de Contentores manteve-se em níveis idênticos aos de 2007.

Os Proveitos Operacionais em 2008 ascenderam a 75,3 milhões de euros, contra 72,1 milhões de euros em 2007, o que representa um aumento de 3 milhões de euros ou seja +4%.

Os proveitos do Tráfego aumentaram 797 mil de euros ou seja 1%. Os tráfegos que mais contribuíram para este aumento foram os de areia, carvão, combustíveis, pasta de papel e minérios.

A CP Carga registou em 2008 um Resultado Operacional negativo da ordem dos 24,8 milhões de euros, tendo os custos sido afectados pela forte oscilação dos preços de combustível.



## 6.5.3 Indicadores CP Carga

CP CARGA	2007	2008	08/07	08 - 07
<b>Resultados</b>				
Resultado Operacional (mil) *	-	-24.866	n.d.	n.d.
Proveitos Operacionais (mil) *	-	75.280	n.d.	n.d.
Custos Operacionais (mil) *	-	100.145	n.d.	n.d.
Grau de Cobertura Operacional *	-	75,2%	n.d.	n.d.
EBITDA (mil) *	-	-23.767	n.d.	n.d.
* Devido à implementação em 2008 dos novos modelos de custeio do Material Circulante e dos Serviços Partilhados a informação financeira de 2008 não é comparável com 2007.				
<b>Procura</b>				
Toneladas (mil)	10.556	10.425	-1,2%	-131
TK's (milhões)	2.586	2.550	-1,4%	-36
Proveitos de Tráfego (mil)	68.294	69.091	1,2%	797
<b>Tráfego de Contentores (TEU's)</b>				
Exportação	10.679	9.497	-11,1%	-1.182
Importação	9.253	9.436	2,0%	183
Nacional	165.141	170.474	3,2%	5.333
<b>Oferta Mercadorias</b>				
Comboios Quilómetro (mil)	8.030	8.316	3,6%	286
TKBR (milhões)	5.080	4.994	-1,7%	-86
TK / CK	322	307	-4,8%	-15
TKBR/CK	633	601	-5,1%	-32.1
<b>Recursos Humanos</b>				
Efectivo Final	816	818		2
Efectivo Médio	813	817		4
TK / Efectivo Médio (mil)	3.181	3.121	-1,9%	-60
CK / Efectivo Médio (mil)	9.9	10.2	3,1%	0.3
<b>Índice Pontualidade</b>				
Comboios Bloco (< 30 min)	59%	65%		6
Comboios Plano (< 30 min)	48%	57%		9
Comboios Bloco (> 2 horas)	10%	6%		-3
Comboios Plano (> 2 horas)	14%	9%		-5
<b>Índice Regularidade</b>				
	84%	82%		-2

# 7 GESTÃO FINANCEIRA

## 7.1 Introdução

No exercício de 2008 foram atingidos os dois mil milhões de euros de Capital Próprio negativo, reflectindo um aumento de quase 11% em relação ao ano anterior, deixando a CP cada vez mais dependente do financiamento do mercado financeiro, o que só tem sido possível com o apoio implícito institucional do Estado decorrente do estatuto jurídico de Empresa Pública.

A última dotação de Capital Estatutário (actualmente 1.995.317 m.€), atribuída em 1998, no valor de 598.557 milhares de euros, recebida durante os anos de 1999, 2000 e 2001, tornou-se manifestamente insuficiente ao longo dos anos, acarretando para a CP a contratação de empréstimos e a assunção de encargos financeiros, que vêm onerando significativamente a exploração corrente de cada um dos últimos anos.

Em 2008 as transferências do Estado a favor da CP, na forma de subsídios ao investimento (PIDDAC) e à exploração (IC's) no montante de 7.986 m.€ e 30.732 m.€, respectivamente, apesar de exprimirem um aumento de 14,4% face ao ano anterior, não evitaram que a CP gerasse uma Necessidade Global de Fundos de 590.071 m.€.

	(m.€)			
Cashflows	2008	2007	Variação	Var. %
(+) Investimentos (incl. juros de Imob.)	-9.565	-14.047	4.483	-31,91%
(+) Fluxos de Caixa Operacionais Líquidos	108.059	88.625	19.434	21,93%
(+) Encarg. Fin. Líquid. (juros, taxas, comis.e outros)	143.722	111.147	32.576	29,31%
(+) Reembolsos de empréstimos	387.536	269.880	117.656	43,60%
<b>(=) Necessidades de Fundos</b>	<b>629.752</b>	<b>455.603</b>	<b>174.148</b>	<b>38,22%</b>
(-) Dotações de capital				
(-) PIDDAC	7.986	5.250	2.736	52,12%
(-) Indemnizações Compensatórias	30.732	28.594	2.137	7,47%
(-) Subsídios Comunitários	541	6.926	-6.385	-92,19%
(-) Outras dotações	423	441	-18	-4,17%
<b>(=) Nec. Global de Fundos</b>	<b>590.071</b>	<b>414.393</b>	<b>175.679</b>	<b>42,39%</b>

Esta Necessidade Global de Fundos em 2008, agravada em 42% em relação a 2007, força a CP a recorrer sistematicamente ao capital alheio para financiar o deficit de exploração e o programa de investimentos, bem como refinarciar a sua dívida de curto prazo, não obstante o desagravamento de 3% da cobertura de endividamento, passando de -3,46 em 2007 para -3,34 em 2008. A estrutura financeira desequilibrada da CP, evidenciada pela negatividade dos Capitais Próprios, reflectindo o agravamento em 10% na sua autonomia financeira, originou um endividamento total acumulado de 3.025.999 m.€ no final de 2008 (mais 7,6% que em 2007) sendo o endividamento bancário de 863.123 m.€.

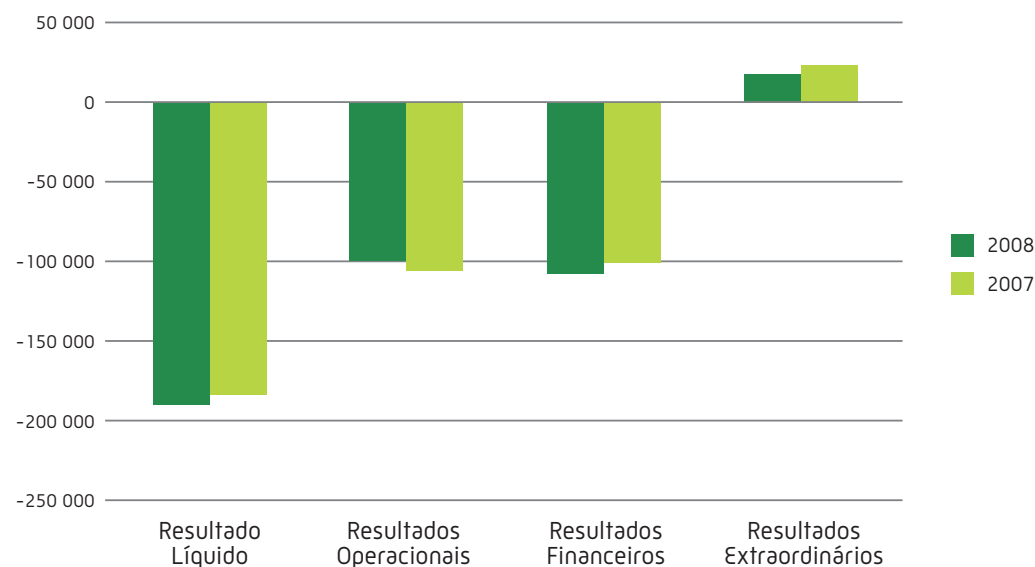
## 7.2 Resultados do Exercício

O *Resultado Líquido do Exercício*, contrariando a melhoria de 4,7% verificada de 2006 para 2007, apresenta agora um aumento dos prejuízos de 3,5%, passando de -183.889 m.€ em 2007 para -190.386 m.€ em 2008.

Para este aumento contribuiu o agravamento dos Resultados Financeiros negativos em 7.178 m.€ e o decréscimo dos Resultados Extraordinários em 5.499 m.€, respectivamente, 7,1% e 23,9%.

(m.€)				
Resultados	2008	2007	Variação	
Resultados Operacionais	-99.747	-105.955	6.208	5,9%
Resultados Financeiros	-107.815	-100.637	-7.178	-7,1%
Resultados Extraordinários	17.515	23.014	-5.499	23,9%
Resultado Antes Impostos	-190.048	-183.577	-6.471	-3,5%
Resultado Líquido	-190.386	-183.889	-6.497	-3,5%

Com exceção dos Resultados Operacionais, verifica-se uma evolução desfavorável dos Resultados apurados, como se pode constatar no seguinte gráfico:

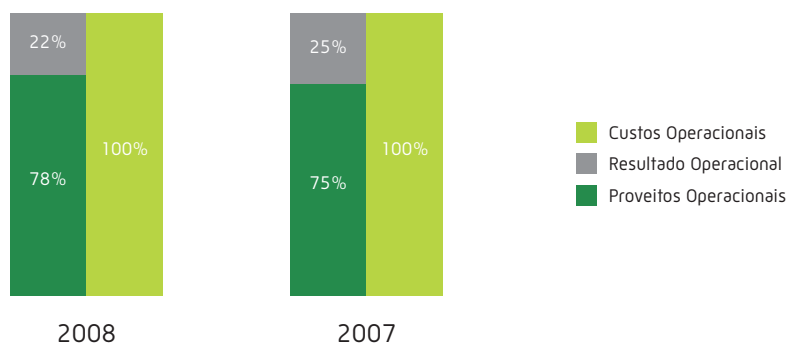


## Resultados Operacionais

A evolução positiva verificada no Resultado Operacional derivou do aumento dos Proveitos Operacionais de 19.956 m.€ (6%) superiores ao agravamento dos Custos Operacionais de 13.748 m.€ (3,2%).

	(m.€)			
Resultados Operacionais	2008	2007	Variação	
Proveitos Operacionais	344.959	325.003	19.956	6,1%
Custos Operacionais	444.706	430.958	13.748	3,2%
Resultado Operacional	-99.747	-105.955	6.208	-5,9%

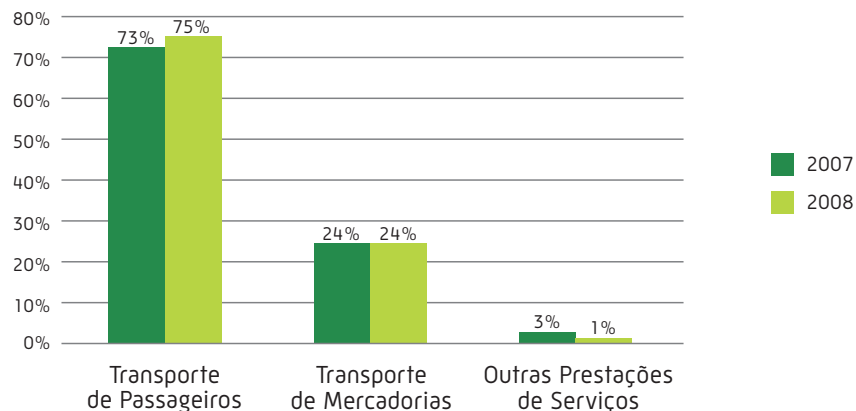
Verifica-se igualmente que a taxa de cobertura dos custos operacionais teve uma evolução positiva, passando de 75%, em 2007, para 78% em 2008.



Para a evolução positiva dos Proveitos Operacionais contribuiu de forma significativa o acréscimo verificado nas *Prestações de Serviços* de 8.222 m.€ (2,9%) face ao exercício anterior, apresentando as suas componentes a seguinte evolução:

	(m.€)			
Prestações de Serviços	2008	2007	Variação	
<b>Total</b>	<b>290.267</b>	<b>282.045</b>	<b>8.222</b>	<b>2,9%</b>
Transporte de Passageiros	216.446	204.666	11.780	5,8%
Transporte de Mercadorias	69.943	69.173	770	1,1%
Outras Prestações de Serviços	3.878	8.206	-4.328	-52,7%

É ilustrada pelo gráfico seguinte a contribuição de cada natureza de prestação de serviços para o respectivo total em 2007 e 2008:



As Outras Prestações de Serviços no ano de 2007 foram superiores em 4.328 m.€ comparativamente a este exercício devido essencialmente a reparações de material circulante (automotoras, locomotivas e carruagens) efectuadas no âmbito de um contrato formalizado em 2006 com o Ministério do Plano do Governo da Argentina, pelo montante de 3.755 m.€ e a prestações de serviços diversos num total de 275 m.€.

Para o incremento dos Proveitos Operacionais, contribuíram decisivamente os *Subsídios à Exploração* e os *Outros Proveitos Operacionais*.

Os *Subsídios à Exploração* registaram um acréscimo 2.146 m.€ (7,4%) resultante essencialmente da contribuição por parte do Estado de Indemnizações Compensatórias no montante de 30.732 m.€ que representam um aumento de 2.137 m.€.

Quanto aos Outros Proveitos e Ganhos Operacionais, o incremento de 4.421 m.€ justifica-se com uma indemnização por danos da responsabilidade de terceiros, ganha no desfecho de um processo judicial (1.256 m.€) pela correcção verificada no exercício, de facturação de fornecimentos e serviços externos relativa a exercícios anteriores (3.841 m.€) contribuindo em sentido contrário a diminuição da prestação do serviço do Comboio Socorro em 2008 (-1.691 m.€).

A evolução do total dos *Custos Operacionais* apresenta a seguinte desagregação pelas respectivas rubricas:

(m.€)				
Prestações de Serviços	2008	2007	Variação	
<b>Total</b>	<b>444.706</b>	<b>430.958</b>	<b>13.748</b>	<b>3,2%</b>
Custos com Pessoal	141.381	133.677	7.704	5,8%
Fornecimentos e Serviços Externos	141.839	140.507	1.332	0,9%
Amortiz. Imobilizado, Ajust. e Provisões	79.794	83.000	-3.206	-3,9%
Custo Mercad. Vendidas e Mat. Consumidas	18.772	16.000	2.772	17,3%
Imp.e Outros Custos Operacionais	62.920	57.774	5.146	8,9%

Os *Custos com o Pessoal* apresentam um aumento de 7.704 m.€ (5,8%) consubstanciado no acréscimo de 4.526 m.€ das remunerações e respectivos encargos (+1.325 m.€) bem como na variação dos custos com seguros de acidentes de trabalho e de saúde (+592 m.€).

Os *Fornecimentos e Serviços Externos* registaram um acréscimo de 1 332 m.€ (0,95%) resultante essencialmente dos seguintes aumentos e diminuições:

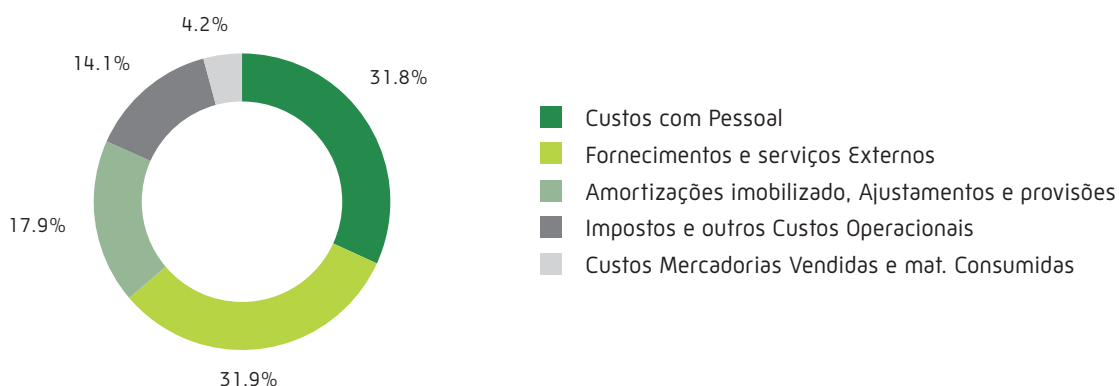
- Aumento dos custos associados aos serviços de utilização de estações e tarifas suplementares, prestados pela REFER em 2008 (592 m.€) aos encargos suportados pelo fornecimento de energia para tracção (1.051 m.€) aos encargos com reparação e manutenção de material circulante (4.942 m.€) e a serviços tão diversos como alojamento de pessoal operacional (378 m.€) limpeza de material circulante (+209 m.€) vigilância de instalações (+14 m.€) trabalhos tipográficos (+400 m.€) encargos inerentes ao seguro de responsabilidade civil (+884 m.€) geral (+51 m.€) e de viaturas (+6 m.€) e à manutenção de licenças SAP, sistema "Enterprise Agreement Desktop" e manutenção da Aplicação "Train-Office" (+756 m.€);
- Diminuição do consumo de materiais diversos (- 551 m.€) e dos custos com a conservação e reparação geral de edifícios e equipamentos (-128 m.€) estudos e pareceres (-1.130 m.€) serviços de restauração nos comboios (-178 m.€) serviços auxiliares, manobras e estacionamento de material circulante prestados pela REFER (-1.177 m.€) modificação de material circulante, manutenção por vandalismo, acidente e reparação em geral (-4.347 m.€) telecomunicações, serviços postais e comunicação dados (- 294 m.€) rendas e alugueres de edifícios e veículos (- 166 m.€).

As *Amortizações do Imobilizado, Ajustamentos e Provisões* diminuíram 3.206 m.€ (3,86%).

Para este desagravamento contribuíram essencialmente a redução das amortizações de equipamento básico, de transporte e administrativo por efeito de alienações, abates e por se encontrarem no final da sua vida útil, em -1.128 m.€; a redução no ajustamento das dívidas a receber de Clientes (-1.657 m.€) e de existências (- 209 m.€) e a redução na constituição de provisões para fazer face a responsabilidades com terceiros, como a que se constituiu em 2007 para indemnizações por danos ocorridos num vagão da Transfesa por descarrilamento (-1.388 m.€). Com sinal contrário, contribuíram o aumento nas provisões para processos judiciais em curso e para acidentes ferroviários (+1.315 m.€).

O *Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas* registou um acréscimo de 2.772 m.€ (17,3%), resultante no essencial do aumento do preço do gasóleo para a tracção.

Os *Outros Custos Operacionais* aumentaram 5.146 m.€ (8,91%). Nesta rubrica encontram-se registados 56.246 m.€, correspondentes ao encargo com a taxa de utilização de infraestruturas ferroviárias, facturada pela REFER, que aumentou 1.533 m.€ (6,61%), reflectindo um agravamento do custo dos CK's percorridos em tracção eléctrica e não eléctrica, a anulação de proveitos reconhecidos em exercícios anteriores com a facturação do transporte de funcionários do Ministério da Justiça, na parte que excedeu o nível acordado da dívida (+2.259 m.€) e encargos com o consumo de energia e água de anos anteriores (+1.642 m.€) concorrem também para o aumento dos Outros Custos Operacionais.



## Resultados Financeiros

Os *Resultados Financeiros* em 2008 são negativos em 107.815 m.€, verificando-se um agravamento de 7.178 m.€ (7,13%) face a 2007, com a seguinte estrutura:

	(m.€)			
Resultados Financeiros	2008	2007	Variação	
<b>Custos e Perdas Financeiros</b>	<b>152.284</b>	<b>130.553</b>	<b>21.731</b>	<b>16,6%</b>
Juros Suportados	138.531	118.235	20.296	17,2%
Ajustamentos de Aplicações Financeiras	5.297	5.626	- 329	-5,8%
Perdas em Empresas de Grupo e Associadas	4.609	2.833	1.776	62,7%
Outros Custos e Perdas Financeiras	3.847	3.859	- 12	-0,3%
<b>Proveitos e Ganhos Financeiros</b>	<b>44.469</b>	<b>29.917</b>	<b>14.552</b>	<b>48,6%</b>
Juros Obtidos	40.157	25.669	14.488	56,4%
Ganhos em Empresas de Grupo e Associadas	3	53	- 50	-94,3%
Rendimentos de Participações de Capital	544	128	416	325,0%
Outros Proveitos e Ganhos Financeiros	3.765	4.067	- 302	-7,4%

O citado agravamento resulta do efeito conjugado essencialmente dos seguintes factos verificados no exercício:

- agravamento dos juros suportados em cerca de 20.296 m.€ em resultado do acréscimo da dívida financeira remunerada de empréstimos, entre os quais Pólo II e Pólo III, Eurofima e Obrigacionista e com a contracção de novos empréstimos bancários, e da tendência verificada de aumento das taxas de juro;
- aumento das perdas em empresas do grupo e associadas, por integração dos prejuízos na percentagem imputável à CP: EMEF (+1.961 m.€) FERNAVE (-234 m.€) e STIFA (-15 m.€);
- aumento de ajustamentos para investimentos em partes de capital (TEX +410 m.€, Metro do Porto +249 m.€) e em empréstimos a empresas do grupo e associadas e juros vencidos (EMEF -3.500 m.€, FERNAVE +2.033 m.€, OTLIS +1.000 m.€, FERGRÁFICA +457 m.€);
- redução de provisões para responsabilidades em empresas do grupo com capitais próprios negativos (FERGRÁFICA -949 m.€);
- aumento dos juros obtidos em "swaps" destinados a cobertura de juros de empréstimos (+12.664 m.€) em acção judicial referente a indemnização por danos ganha pela Empresa (+265 m.€) em aplicações financeiras (+1.341 m.€) e em empréstimos de financiamento a empresas do grupo (+301 m.€);
- aumento dos proveitos reconhecidos com o ganho diferido na venda de "swaps" em 2005, 2006 e 2007 (+652 m.€).



## Resultados Extraordinários

Os *Resultados Extraordinários* são positivos em 17.514 m.€, valor que traduz um agravamento de 5.499 m.€ comparativamente ao exercício anterior.

	(m.€)			
Resultados Extraordinários	2008	2007	Variação	
<b>Custos e Perdas</b>	<b>851</b>	<b>6.593</b>	<b>- 5.742</b>	<b>-87,1%</b>
Dívidas incobráveis	23	1.345	- 1.322	-98,3%
Perdas em existências	35	472	- 437	-92,6%
Perdas em imobilizações	179	276	- 97	-35,1%
Aumentos de amortizações	3	260	- 257	-98,8%
Outros custos e perdas extraord.	525	4.009	- 3.484	-86,9%
Encargos c/pré-reforma	86	231	- 145	-62,8%
<b>Proveitos e Ganhos</b>	<b>18.365</b>	<b>29.606</b>	<b>- 11.241</b>	<b>-38,0%</b>
Ganhos em existências	15	38	- 23	-60,5%
Ganhos em imobilizações	414	6.707	- 6.293	-93,8%
Redução de provisões	5.965	5.434	531	9,8%
Outros proveitos e ganhos extraord.	11.971	17.427	- 5.456	-31,3%

Tal agravamento resulta do efeito conjugado essencialmente dos seguintes factos:

- Redução dos ganhos de alienação de imobilizações corpóreas e de outras operações, que em 2007 tiveram um impacto relevante nos resultados extraordinários, devido essencialmente à alienação de material circulante ao Ministério do Plano do Governo Argentino e a uma entidade estabelecida no Peru, incluindo transporte do material e formação técnica, comparativamente às alienações de material em 2008, que não ultrapassaram os 340 m.€, registando assim uma quebra de cerca de 10.267 m.€;
- Com impacto positivo e materialmente relevante é de referir a variação na redução verificada nas provisões constituídas em exercícios anteriores, para fazer face nomeadamente a encargos com o descarrilamento de um vagão da Transfesa, depois de se concluir que a CP não é imputável (- 1.388 m.€), com promoções já realizadas (- 406 m.€) responsabilidades nos capitais próprios da FERGRÁFICA (- 88 m.€) e com fornecimentos e serviços externos efectuados em anos anteriores, cuja facturação se encontrava em recepção conferência (- 1.632 m.€);
- Ainda com impacto positivo no exercício, salienta-se a redução de 1.322 m.€ nas dívidas de Clientes de transporte de Passageiros e mercadorias reconhecidas como incobráveis no exercício;
- De impacto negativo nos resultados extraordinários do exercício, foi o facto de em 2008 a provisão para processos judiciais não ter experimentado a redução verificada em 2007 no montante de 2.225 m.€ e de a redução da provisão para acidentes de trabalho e doenças profissionais ter sido inferior em 757 m.€ à redução verificada em 2007.

## 7.3 Balanço

### Activo

Em 31 de Dezembro de 2008 o total do Activo Líquido apresenta-se superior ao do ano anterior em 2.937 m.€, o que corresponde a um acréscimo de 0,2%, composto pelas variações nas respectivas rubricas, que se indicam:

(m.€)					
ACTIVO	2008		2007		2007/08
<b>TOTAL</b>	<b>1.354.746</b>	<b>100,0%</b>	<b>1.351.809</b>	<b>100,0%</b>	<b>0,2%</b>
<b>IMOBILIZADO</b>	<b>1.199.074</b>	<b>88,5%</b>	<b>1.222.143</b>	<b>90,4%</b>	<b>-1,9%</b>
Imobilizações Incorpóreas	728	0,1%	763	0,1%	
Imobilizações Corpóreas	1.172.367	86,5%	1.198.130	88,6%	-2,2%
Investimentos Financeiros	25.979	1,9%	23.250	1,7%	11,7%
<b>CIRCULANTE</b>	<b>88.138</b>	<b>6,5%</b>	<b>76.151</b>	<b>5,6%</b>	<b>15,7%</b>
Existências	5.493	0,4%	4.247	0,3%	29,3%
Dívidas de Terceiros - Méd. e Longo Prazo	0	0,0%	0	0,0%	0,0%
Dívidas de Terceiros - Curto Prazo	78.231	5,8%	62.199	4,6%	25,8%
Depósitos Bancários e Caixa	4.414	0,3%	9.705	0,7%	-54,5%
<b>ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS</b>	<b>67.534</b>	<b>5,0%</b>	<b>53.515</b>	<b>4,0%</b>	<b>26,2%</b>
Curto Prazo	20.745	1,5%	18.793	1,4%	10,4%
Médio e Longo Prazo	46.789	3,5%	34.722	2,6%	34,8%

### Imobilizado

O decréscimo das *imobilizações corpóreas* em 25.763 m.€ resulta essencialmente de:

- Diminuição da rubrica de equipamento básico (-65.209 m.€) em resultado do reconhecimento das amortizações do exercício (-57.894 m.€) da alienação de equipamentos oficiais (-5.234 m.€) dos quais 3.058 m.€ à EMEF, posteriormente convertidos em Prestações Acessórias de Capital na tentativa de desagrar a negatividade dos seus Capitais Próprios, e dos abates de material circulante (-3.343 m.€) e instalação de areiros nas UME's do Porto (+1.054 m.€);
- Aumento dos *adiantamentos* por conta de imobilizações corpóreas essencialmente do que se encontra ao abrigo do contrato de aquisição de 25 locomotivas eléctricas para comboios de mercadorias (28.140 m.€);
- Aumento das restantes *imobilizações corpóreas* com a aquisição de equipamentos (+7.999 m.€) e de peças de parque (+5.456 m.€) para as 25 locomotivas de mercadorias, aquisição de "software" e "hardware" para o sistema da Bilhética sem Contacto (+2.044 m.€) realização de obras no ramal da Lousã (+2.012 m.€) e em ramais particulares (+1.730 m.€) atenuado com o reconhecimento das amortizações no exercício (-7.079 m.€).

Relativamente aos *investimentos financeiros*, verificou-se um aumento líquido de 2 729 m.€, correspondente a um acréscimo de 11,7% face a 31 de Dezembro de 2007.

O referido aumento resulta no essencial de empréstimos concedidos no exercício às empresas do grupo EMEF (+6 000 m.€) FERNAVE (+ 3.077 m.€) e FERGRÁFICA (+ 505 m.€) do ajustamento dos empréstimos à FERNAVE (- 3.077 m.€) à FERGRÁFICA (- 505 m.€) e à OTLIS (- 1.000 m.€) e do valor de aquisição da participação na associada Metro do Porto (- 249 m.€) face à precariedade dos capitais próprios das empresas. Resulta ainda da realização de prestações acessórias de capital na EMEF (+ 3.058 m.€) do reconhecimento de prejuízos nesta participada (-4.574 m.€) e do ajustamento da participação financeira na TEX ao valor contabilístico (- 446 m.€).

Assim e no que respeita à EMEF, o empréstimo ocorrido em Novembro de 2008 no montante de 6.000 m.€, com vista a aquisição das instalações da Amadora, não foi ajustado no exercício, por existir intenção de reembolso à CP a partir de um financiamento bancário sob a forma de linha de crédito de igual montante, já contraído pela participada à data do fecho. Ainda no que respeita a investimentos financeiros e tendo em vista o equilíbrio financeiro da EMEF como Empresa instrumental da CP, com importante reflexo na qualidade do serviço de transporte ferroviário, verificou-se a atribuição de um empréstimo a título de prestações acessórias de capital com natureza equivalente a prestações suplementares, no montante de 3.058 m.€. A realização das referidas prestações acessórias ocorreu pela conversão da dívida da EMEF à CP em igual montante, relativa à venda da CP à EMEF, de um conjunto de equipamentos e peças, necessárias à actividade da participada.

Relativamente à FERNAVE o acréscimo verificado nos suprimentos (+ 3.077 m.€) é o montante líquido de um empréstimo de 5.873 m.€ e do reembolso de dois empréstimos existentes em 31 Dezembro de 2007 no montante de 2.796 m.€.

No que diz respeito à TEX, Empresa cuja actividade se situa fora das opções estratégicas da CP, a perda reconhecida no exercício teve por base o valor de venda da Empresa a uma congénere, em Fevereiro de 2009.

## Circulante

Nas *existências* líquidas de *ajustamentos* verificou-se uma variação positiva de 1.246 m.€, proveniente do aumento das existências de materiais diversos em 1.259 m.€ e da diminuição das existências de mercadorias em 13 m.€.

A variação das existências de materiais diversos está associada ao aumento dos consumos de materiais diversos (18.766 m.€) comparativamente à variação das compras líquidas no ano (20.175 m.€).

No que concerne às *dívidas de terceiros de curto prazo*, o acréscimo de 16.032 m.€ verificado no exercício, provém essencialmente do seguinte:

- acréscimo das dívidas de Clientes em 2.870 m.€;
- diminuição das dívidas de Clientes de cobrança duvidosa em 146 m.€.  
Não obstante a variação inexpressiva desta rubrica, a mesma reflecte a cobrança da dívida do Ministério da Justiça (- 6.951 m.€) relativa ao transporte de funcionários dos diversos serviços e organismos no período de 2002 (após suspensão da aplicação da Portaria nº719/88 de 28 de Outubro) a 2007, mediante valor negociado e bem assim a reversão do ajustamento existente (+6.620 m.€); reflecte também o aumento da dívida histórica do Ministério da Defesa Nacional pelo transporte de funcionários (3.824 m.€) e o respectivo ajustamento (-3.642 m.€);

- aumento das dívidas de Outros Devedores em 10.216 m.€, nos quais se inclui a dívida do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações (+7.358 m.€) referente à diferença entre o valor homologado e o valor recebido dos subsídios do Estado e Fundos Comunitários para o investimento (FEDER). Em 2008, na sequência das acções de controlo realizadas pelo MOPTC, deu-se uma alteração no critério de contabilização dos subsídios, passando a contabilizar-se a débito da conta corrente destes Organismos o valor atribuído por projecto e a crédito pelo valor dos recebimentos. Contribuiu igualmente para o aumento das dívidas de Outros Devedores o aumento da facturação de diversas redes de Caminhos de Ferro europeias, em 2.446 m.€;
- aumento do valor do IVA relativo aos reembolsos pedidos (+2.758 m.€) e a recuperar (+3.232 m.€) do valor da retenção na fonte de IRC sobre os juros de "swaps" pagos à CP (+1.471 m.€) efectuada por alteração legislativa no OE/2008, que assimilou a juros, os ganhos decorrentes de "swaps" de taxa de juro, e sobre os juros dos empréstimos às participadas (+417 m.€);
- diminuição dos adiantamentos a fornecedores em 5.260 m.€ devido essencialmente à regularização do adiantamento efectuado à EMEF no montante de 5.127 m.€ por conta de reparações futuras.

## Acréscimos e diferimentos

Esta rubrica experimentou uma variação positiva de 14.018 m.€, correspondente a 26,19% em relação a 31 de Dezembro de 2007, devido ao aumento de 14.170 m.€ registado nos custos diferidos e ao decréscimo de 152 m.€ registado nos *acréscimos de proveitos*.

Para a variação dos *custos diferidos* contribuíram os custos com as intervenções programadas no material circulante (que não aumentam a vida útil e que garantem a respectiva utilização em condições técnicas de funcionamento) diferidos no exercício e reconhecidos como custos de exploração numa base plurianual, os adiantamentos efectuados por conta destas intervenções e a regularização de custos diferidos de exercícios anteriores, no montante total de 13.752 m.€.

Para os *acréscimos de proveitos* concorreu a redução dos valores especializados relativos aos proveitos do tráfego de 2008 da CP Lisboa, a facturar em 2009, comparativamente aos proveitos de 2007 a facturar em 2008.

## Capital Próprio

O Capital Próprio em 31 de Dezembro de 2008 apresenta-se negativo em 2.013.689 m.€, tendo, durante o exercício, sofrido um agravamento de 10,5%.

	(m.€)			
CAPITAL PRÓPRIO	2008	2007	Variação	
<b>TOTAL</b>	<b>-2.013.689</b>	<b>-1.823.062</b>	<b>-190.627</b>	<b>-10,5%</b>
Capital Estatutário	1.995.317	1.995.317	0	0%
Ajustamentos de Partes de Capital	2.817	2.817	0	0%
Reservas de Reavaliação	88.611	92.777	-4.166	-4,5%
Outras Reservas	98.348	98.928	- 580	-0,6%
Resultados Transitados	-4.008.396	-3.829.012	-179.384	-4,7%
Resultado Líquido do Exercício	- 190.386	- 183.889	-6.497	-3,5%

A evolução negativa dos fundos próprios da Empresa foi motivada pelo efeito conjugado de:

- Reservas de Reavaliação que diminuíram 4.166 m.€ pela realização ou alienação dos bens a que respeitam, por contrapartida dos resultados transitados;
- Resultados Transitados corrigidos negativamente em 179.384 m.€ como consequência da transferência de reservas de reavaliação e da integração do resultado do exercício anterior, este último apenas para efeitos de apresentação das Demonstrações Financeiras, visto os documentos de prestação de contas de 2007 aguardarem Despacho de Aprovação das Tutelas Sectorial e Financeira;
- Resultado Líquido do exercício de 2008, negativo no valor de 190.716 m.€.

## Passivo

O *Passivo*, no final de 2008, cifrou-se em 3.368.435 m.€ representando um aumento de 6,1 % em relação ao final do ano anterior.

PASSIVO	(m.€)					
	2008		2007		2007/08	
<b>TOTAL</b>	<b>3.368.435</b>	<b>100%</b>	<b>3.174.871</b>	<b>100%</b>	<b>6,1%</b>	
Provisões	46.851	1,4%	50.982	1,6%	-8,1%	
Dívidas a Terceiros - Médio e Longo Prazo	2.615.932	77,7%	2.350.054	74,0%	11,3%	
Dívidas a Terceiros Curto Prazo	410.067	12,2%	461.923	14,5%	-11,2%	
Acréscimos e Diferimentos	295.585	8,8%	311.912	9,8%	-5,2%	
Curto Prazo	79.347	2,5%	95.621	3,0%	-17,0%	
Médio e Longo Prazo	216.238	6,8%	216.291	6,8%	0,0%	

As *Provisões* tiveram uma redução de 4.131 m.€, em consequência da correcção da especialização dos valores de facturas que se encontravam em conferência e recepção no final de 2007.

As *Dívidas a Médio e Longo Prazo* aumentaram 265.879 m.€ em resultado da contratação de quatro novos empréstimos junto da Eurofima (+299.200 m.€) e de um Banco estrangeiro (+200.000 m.€) e da transferência para Dívidas de Curto Prazo de parte dos empréstimos do BEI (-22.258 m.€) da Eurofima (-50.000 m.€) de um Banco nacional (-100.000 m.€) e POLO II (-62.500 m.€).

As *Dívidas a Curto Prazo* tiveram uma redução de 51.856 m.€, contribuindo para esta variação:

- A diminuição das dívidas a Instituições de Crédito no valor de 163.329 m.€ associadas ao vencimento de empréstimos nacionais de curto prazo (-205.000 m.€) à transferência para curto prazo de parte de um empréstimo do BEI (+22.258 m.€) e consequente amortização de parte do empréstimo (-8.250 m.€) e à utilização de descobertos bancários para financiamento (+27.663 m.€);
- Ao acréscimo da rubrica de Outros Empréstimos Obtidos em 98.214 m.€, relativo à passagem para curto prazo de um empréstimo POLO II (+62.500 m.€) Eurofima (+50.000 m.€) e um empréstimo bancário (+100.000 m.€) imediatamente amortizado, assim como o empréstimo da Eurofima (-14.286 m.€);
- O decréscimo das dívidas a Fornecedores (exceptuando a REFER) em 11.429 m.€;

- O aumento das dívidas a Fornecedores de imobilizado em 16.007 m.€;
- O aumento do valor em dívida à REFER em 10.297 m.€.

Em Acréscimos e Diferimentos, o decréscimo de 16.327 m.€ resulta das diminuições verificadas em acréscimos de custos no montante de 15.476 m.€ e da redução de 852 m.€ verificado nos proveitos diferidos.

A variação dos acréscimos de custos deve-se à regularização da especialização dos custos com Serviços Comerciais prestados pela REFER de 2004 a 2006, no âmbito da actividade da CP, no montante de 14.322 m.€ e da facturação recebida da REFER e ainda não aprovada/contabilizada (-3.366 m.€) e ao aumento da especialização de diversos fornecimentos e serviços externos (+4.063 m.€).

Para a redução dos proveitos diferidos no montante total de 852 m.€ contribuiu o reconhecimento dos subsídios FEDER e PIDDAC em função das amortizações do material circulante financiado (-11.112 m.€) conjugado com o recebimento de subsídios no exercício (+15.231 m.€) ao reconhecimento dos proveitos obtidos com a venda de "swaps" (-3.660 m.€) e à redução da especialização das diferenças de câmbio resultantes da avaliação das acções da Eurofima (-1.436 m.€).

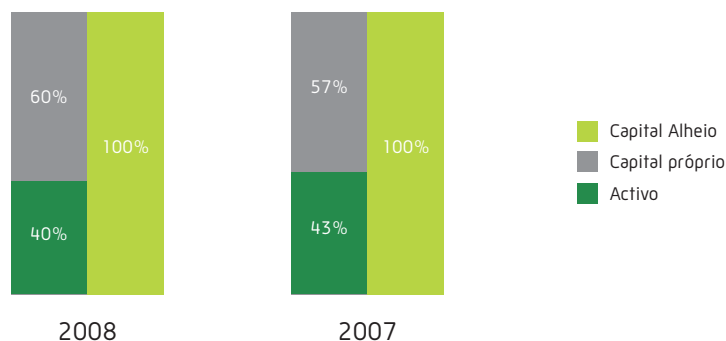
## Estrutura Financeira

A Estrutura Financeira da CP continua a evidenciar desequilíbrio, atendendo ao valor negativo do Capital Próprio, implicando uma degradação da autonomia financeira, cujo indicador desceu de -1.35 para -1.49.

A Estrutura do Balanço teve a seguinte evolução:

		(m.€)					
ESTRUTURA DO BALANÇO		2008		2007		Variação	
Capital Próprio	-2.013.689	-148,6%	-1.823.062	-134,9%	- 190.627	-10,5%	
Dívidas a Médio e Longo Prazo	2.832.171	209,1%	2.617.327	193,6%	214.844	8,2%	
Capitais Permanentes	818.482	60,4%	794.265	58,8%	24.217	3,0%	
Activo Fixo	1.199.075	88,5%	1.222.143	90,4%	- 23.068	-1,9%	
Fundo de Maneio	- 380.593	-28,1%	- 427.878	-31,7%	47.285	11,1%	
Activo Circulante	155.671	11,5%	129.666	9,6%	26.005	20,1%	
Passivo Circulante	536.265	39,6%	557.544	41,2%	- 21.279	-3,8%	
<b>Activo Total</b>	<b>1.354.746</b>	<b>100,0%</b>	<b>1.351.809</b>	<b>100,0%</b>	<b>2.937</b>	<b>0,2%</b>	
<b>Passivo Total</b>	<b>3.368.436</b>	<b>248,6%</b>	<b>3.174.871</b>	<b>234,9%</b>	<b>193.565</b>	<b>6,1%</b>	

A evolução da Estrutura Financeira pode ser sintetizada no gráfico seguinte:



Como consequência desta situação e não obstante a política de financiamento prosseguida, persistem as dificuldades de Tesouraria, por incapacidade da Empresa em gerar meios líquidos, em consequência do défice de exploração e da falta de capitais próprios para financiar os investimentos que vêm sendo concretizados e amortização de dívidas antigas, apesar de ter significativamente melhorado em 35% a liquidez geral da Empresa, como se pode observar nos quadros seguintes:

	Euro			
	31-12-2008	31-12-2007	Variação	Variação %
Prestações de Serviços	290.267.044	282.044.887	8.222.157	2,92%
Prov Operacionais	344.959.139	325.003.454	19.955.685	6,14%
EBIT (Res Oper)	-99.747.011	-105.954.505	6.207.494	-5,86%
RL	-190.385.876	-183.888.783	-6.497.093	3,53%
EBITDA	-26.707.040	-24.525.709	-2.181.331	8,89%
FSE	141.839.089	140.506.544	1.332.545	0,95%
Custos C/Pessoal	141.381.175	133.676.540	7.704.635	5,76%
Custos Operacionais	444.706.149	430.957.959	13.748.191	3,19%
Custos Financeiros	596.990.139	561.511.699	35.478.440	6,32%
Custos e Perdas Totais	598.179.390	568.415.768	29.763.622	5,24%
Activo/CP/Passivo				
Activo	1.354.746.055	1.351.809.415	2.936.640	0,22%
Imobilizado	1.199.075.287	1.222.143.055	-23.067.769	-1,89%
Activo Circulante	155.670.768	129.666.360	26.004.408	20,05%
CP	-2.013.689.488	-1.823.061.974	-190.627.514	10,46%
Passivo	3.368.435.543	3.174.871.389	193.564.153	6,10%
Dívidas a pagar MLP	2.615.932.446	2.350.053.654	265.878.792	11,31%
Dívidas a pagar CP	410.066.939	461.923.404	-51.856.465	-11,23%

Indicadores Financeiros	31-12-2008	31-12-2007	Variação	Variação %
Autonomia financeira	-1.49	-1.35	-0.14	10,22%
Cobertura endividamento	-3.34	-3.46	0.12	-3,35%
Cobertura Imobilizado	0.50	0.43	0.07	16,48%
Liquidez geral	0.38	0.28	0.10	35,24%
Solvabilidade	-0.60	-0.57	-0.02	4,11%
Passivo/EBITDA	-126.13	-129.45	3.33	-2,57%
Passivo/PO	9.76	9.77	0.00	-0,04%
VAB	172.024.257	164.322.179	7.702.078	4,69%

## 7.4 Relações Financeiras CP / ESTADO e Fundos Comunitários

O apoio financeiro total recebido em 2008 do Estado e de Fundos Comunitários, teve uma diminuição de 3,6%, apresentando a seguinte discriminação:

(m.€)

RELAÇÕES FINANCEIRAS	2008	2007	Variação	
<b>TOTAL</b>	<b>39.689</b>	<b>41.162</b>	<b>-1.473</b>	<b>-3,6%</b>
Dotações de Capital	0	0		
Indemnizações Compensatórias	30.732	28.594	2.138	7,5%
Financiamento do Investimento	8.520	12.127	-3.607	-29,7%
PIDDAC	7.986	5.250	2.736	52,1%
CE - FEDER	534	6.877	-6.343	-92,2%
CE - Outros			0	
Outros Subsídios	437	441	- 4	-0,9%
PAII - Programa de Apoio Integrado a Idosos	319	330	- 11	-3,3%
Sistema Intermodal Andante	111	111	0	
Subsídios à Formação	0	0	0	0,0%
Projecto Saferelnet	7	0	7	0,0%



## 7.5 Despesas de Investimento e seu Financiamento

Do total do investimento concretizado em 2008, que ascendeu a 51.357 m.€, cerca de 73% teve aplicação na aquisição e beneficiação de material circulante.

INVESTIMENTOS REALIZADOS EM 2008		
	(m.€)	
<b>TOTAL</b>	<b>51.357</b>	<b>100,0%</b>
<b>Infra-estruturas de longa duração</b>	<b>1.106</b>	<b>2,2%</b>
<b>Material Circulante</b>	<b>37.322</b>	<b>72,7%</b>
Aquisição	35.920	69,9%
Beneficiação	1.402	2,7%
<b>Outros Investimentos</b>	<b>12.929</b>	<b>25,2%</b>

A cobertura financeira do valor investido consta do quadro seguinte, sendo de realçar as verbas provenientes do PIDDAC e do crédito bancário.

FINANCIAMENTO DOS INVESTIMENTOS REALIZADOS EM 2008					
	(m.€)				
DESIGNAÇÃO	INVESTI- MENTOS	FONTES DE FINANCIAMENTO			TOTAL
		PIDDAC	FUNDOS COMUNITÁRIOS	CRÉDITO BANCÁRIO	
<b>TOTAL</b>	<b>51.357</b>	<b>7.986</b>	<b>534</b>	<b>42.837</b>	<b>51.357</b>
<b>Infra-estruturas de longa duração</b>	<b>1.106</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1.106</b>	<b>1.106</b>
<b>Material Circulante</b>	<b>37.322</b>	<b>5.500</b>	<b>117</b>	<b>31.705</b>	<b>37.322</b>
<b>Outros Investimentos</b>	<b>12.929</b>	<b>2.486</b>	<b>417</b>	<b>10.026</b>	<b>12.929</b>

# 8 RISCOS FINANCEIROS

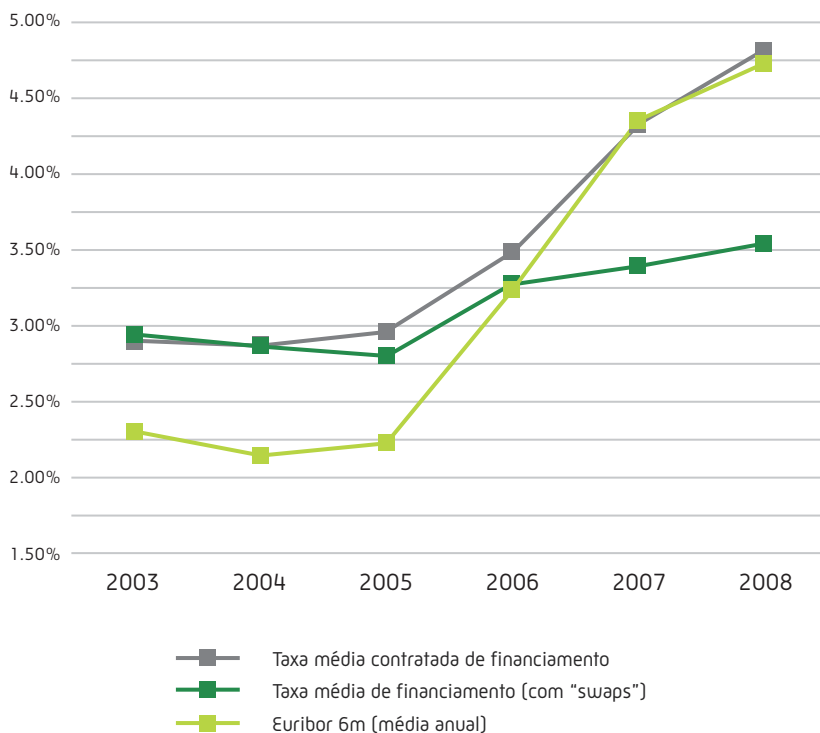
## Taxa Média Anual de Financiamento

	(m.€)					
Descrição	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Juros	56.744	64.509	70.538	86.888	114.570	137.570
Aval	1.128	1.305	1.372	1.438	1.444	1.436
Outros encargos	4.298	1.549	1.614	1.557	1.814	1.800
<b>Encargos Financeiros</b>	<b>62.170</b>	<b>67.363</b>	<b>73.524</b>	<b>89.883</b>	<b>117.828</b>	<b>140.806</b>
<b>Dívida Remunerada</b>	<b>2.140.921</b>	<b>2.340.810</b>	<b>2.481.330</b>	<b>2.577.699</b>	<b>2.725.028</b>	<b>2.924.355</b>
Taxa média contratada de financiamento	2,90%	2,88%	2,96%	3,49%	4,32%	4,81%
Taxa média de financiamento (com "swaps")	2,94%	2,87%	2,81%	3,28%	3,39%	3,54%
Euribor 6m (média anual)	2,31%	2,15%	2,23%	3,23%	4,35%	4,73%

A taxa média contratada de financiamento nos últimos cinco anos mostra uma tendência convergente com a Taxa Euribor a 6 meses (gráfico infra).

## Instrumentos de Gestão de Risco

A contratação de instrumentos financeiros de cobertura de risco de taxa de juro permitiu melhorar o custo da dívida, tendo sido conseguido nos últimos 3 anos um custo médio de financiamento após efeito de "swaps" inferior à taxa média do mercado como se pode verificar no gráfico seguinte:



Em 2008, a taxa média de financiamento sem efeito dos "swaps" situou-se nos 4,81%, valor superior à taxa média anual do mercado (Euribor 6 meses) em cerca de 8 bps.

O efeito dos "swaps" contratados permitiu uma redução da taxa média de financiamento para 3,54%, valor inferior à taxa média anual do mercado (Euribor 6 meses) em cerca de 120 bps.

## Política de Financiamento

A Dívida Remunerada da CP cresceu em 2008 cerca de 200 milhões de euros conforme se pode observar no quadro seguinte:

					(m.€)
DÍVIDA	CAPITAL EM DÍVIDA				VARIAÇÃO
	31/12/08		31/12/07		
Curto Prazo	322.430	11%	387.545	14%	65.115
Médio e Longo Prazo	2.601.926	89%	2.337.483	86%	264.442
TOTAL	2.924.356		2.725.028		199.327

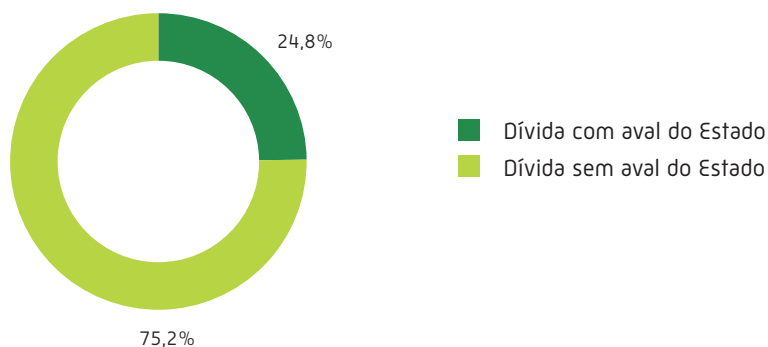
(m.€)

A Política financeira seguida, permitiu que estruturalmente a dívida de curto prazo tivesse uma redução de 65 milhões de euros passando de 14% para 11% do total da dívida, tendo a dívida de médio e longo prazo crescido 264 milhões de euros passando de 86% para 89% do total da dívida.

Da Dívida Total a 31.12.2008, 16% é respeitante ao BEI, 35% à Eurofima e 48% às restantes fontes de financiamento:

(m.€)				
FINANCIAMENTO	CURTO PRAZO	MÉDIO E LONGO PRAZO	TOTAL	%
BEI	22.258	453.194	475.451	16%
Eurofima	50.000	986.232	1.036.232	35%
Restantes Fontes	250.172	1.162.500	1.412.672	48%
<b>TOTAL</b>	<b>322.430</b>	<b>2.601.926</b>	<b>2.924.355</b>	

Cerca de 25% da Dívida Total tem Garantia Pessoal do Estado.

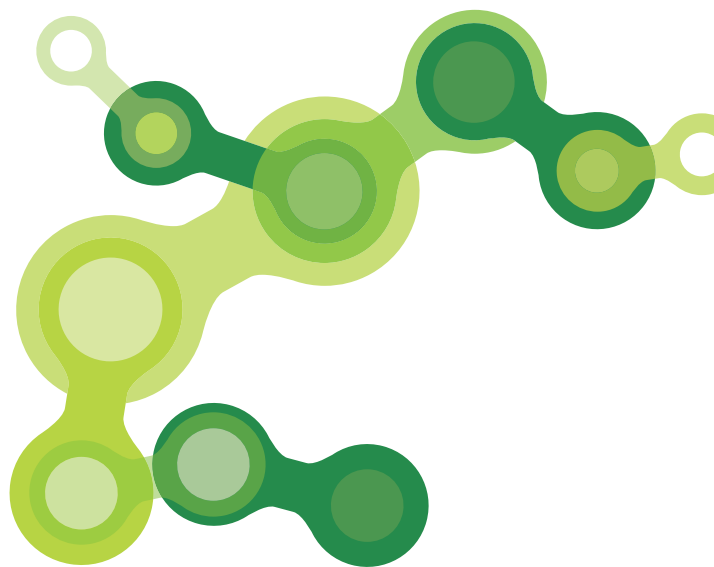


# 9 FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

À data de 23 de Fevereiro de 2009, a Empresa procedeu à alienação da participação financeira que detinha no capital social da participada TEX – Transportes de Encomendas Expresso, Lda, à Empresa CCC – Transportes Urbanos, SA.

A referida participada tem como objecto social, a partir de 2001, o transporte nacional e internacional de encomendas/mercadorias exclusivamente por rodovia, o qual se situa fora das opções estratégicas do Governo para o sector ferroviário e consequentemente, fora da estratégia actual da CP.

O preço de venda, expresso em contrato redigido para o efeito, no valor total de 454 m.€, corresponde à cessão de quotas e à cessão de créditos, pelos valores de 226 m.€ e 228 m.€, respectivamente. Em observância aos princípios emanados pela Directriz Contabilística nº9, a aplicação da mensuração pelo Método da Equivalência Patrimonial cessou em 2008, tendo a participação sido valorizada ao preço de venda (valor realizável) por ser inferior ao custo, determinado pela quantia escriturada à data de 31 de Dezembro de 2008. Deste modo, não foram geradas mais ou menos valias em 2009.



# 10 EVOLUÇÃO PREVISÍVEL DA ACTIVIDADE DA CP

A actividade da CP durante o ano 2009 continuará a ser pautada pelos objectivos do plano de transformação estratégica CPmais 2007-2010, que estão alinhados com as orientações das Tutelas sectorial e financeira.

Neste enquadramento destacamos para este ano o seguinte conjunto de oportunidades/desafios para a Empresa:

- A conclusão da introdução da Bilhética sem Contacto e acesso controlado nas estações da CP Lisboa;
- Lançamento do concurso para Aquisição de Material Circulante para os serviços urbanos de Lisboa e do Porto, bem como para o Serviço Regional e Carga;
- A afirmação da CP como operador incontornável da Alta Velocidade;
- A autonomização da actividade da mercadoria com a constituição da CP Carga, SA.

A aposta na conquista de Clientes, através da implementação de novos conceitos de Serviço, da facilitação da venda através da utilização de novos canais, do desenvolvimento de parcerias e da participação em diversos eventos constituirão os principais eixos de actuação para o ano de 2009.

Continuará ainda o processo de optimização da actividade privilegiando sempre a segurança e a qualidade do serviço que oferece. Perspectivam-se acréscimos em algumas rubricas de Custos, natural consequência da expansão da oferta em alguns segmentos, da melhoria continuada dos serviços prestados e da realização de acções desenvolvidas tendo como impacto esperado um acréscimo da procura.

Persistirão em 2009, um conjunto de constrangimentos que condicionam o desenvolvimento sustentável da Empresa nomeadamente no que se refere à ausência de contratualização do serviço público e os estrangulamentos de infra-estrutura da rede ferroviária nacional, para além das expectativas menos positivas de crescimento da actividade de transporte, contrariando a tendência dos últimos anos.



# 11 RECOMPOSIÇÃO DO CAPITAL

As demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade das operações que dependerá principalmente do suporte financeiro do detentor do capital que é o Estado Português. Os resultados que a CP tem obtido no mercado do transporte ferroviário de Passageiros e de mercadorias e a capacidade de obtenção de crédito por parte da Empresa não são suficientes para reabilitar o Capital Próprio da Empresa que se cifra em -2.013.689 m.€ à data de 31 de Dezembro de 2008, pelo que se torna absolutamente imprescindível a adopção de medidas urgentes por parte do accionista Estado visando a recomposição do Capital da CP.

# 12 APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Nos termos das disposições em vigor, propõe-se que os Resultados Líquido do Exercício – défice de 190.386 milhares de euros, sejam transferidos para a conta de Resultados Transitados.

Lisboa, 31 de Março de 2009

O Conselho de Gerência

Presidente: Eng.º Francisco José Cardoso dos Reis

Vogal: Dr. José Salomão Coelho Benoliel

Vogal: Dr. Paulo José da Silva Magina

Vogal: Prof. Nuno Alexandre Baltazar de Sousa Moreira

Vogal: Dr. Ricardo Manuel da Silva Monteiro Bexiga



COMBOIOS DE PORTUGAL

08

# BALANÇO & CONTAS

em 31 Dezembro 2008



CÓDIGO DAS CONTAS	ACTIVO	EXERCÍCIOS			
		2008		2007	
		Activo Bruto	Amortizações e Ajustamentos	Activo Líquido	Activo Líquido
<b>IMOBILIZADO</b>					
<b>Imobilizações incorpóreas:</b>					
431	Despesas de instalação				
432	Despesas de investigação e de desenvolvimento	1.025.737	597.350	428.387	762.893
443	Imobilizações em curso	300.042		300.042	
449	Adiantamento por conta de imobilizações incorpóreas				
		<b>1.325.779</b>	<b>597.350</b>	<b>728.429</b>	<b>762.893</b>
<b>Imobilizações corpóreas:</b>					
421	Terrenos e recursos naturais	31.383.895		31.383.895	31.299.099
422	Edifícios e outras construções	112.187.703	27.818.690	84.369.013	82.810.839
423	Equipamento básico	2.070.729.063	1.122.090.549	948.638.514	1.013.847.640
424	Equipamento de transporte	4.813.470	4.185.743	627.727	1.004.617
425	Ferramentas e utensílios	276.951	267.250	9.701	33.315
426	Equipamento administrativo	18.865.988	16.872.519	1.993.469	2.381.073
427	Taras e vasilhame				
429	Outras imobilizações corpóreas	58.034.773	24.735.025	33.299.748	28.518.858
441/6 - 443	Imobilizações em curso	11.961.133		11.961.133	6.447.567
448	Adiantamento por conta de imobilizações corpóreas	60.084.167		60.084.167	31.787.312
		<b>2.368.337.143</b>	<b>1.195.969.776</b>	<b>1.172.367.367</b>	<b>1.198.130.320</b>
<b>Investimentos financeiros:</b>					
4111	Partes de capital em empresas do grupo	3.379.073	3.152.623	226.450	2.188.218
4121+4131	Empréstimos a empresas do grupo	16.327.444	9.877.444	6.450.000	450.000
4112	Partes de capital em empresas associadas	81.908		81.908	79.071
4122+4132	Empréstimos a empresas associadas				
4113+414+415	Títulos e outras aplicações financeiras	19.470.532	249.399	19.221.133	19.470.532
4123+4133	Outros empréstimos concedidos	1.006.674	1.006.674		1.062.020
		<b>40.265.631</b>	<b>14.286.140</b>	<b>25.979.491</b>	<b>23.249.841</b>
<b>CIRCULANTE:</b>					
<b>Existências:</b>					
36	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	10.815.087	5.559.571	5.255.516	3.996.343
32	Mercadorias	237.707		237.707	250.648
		<b>11.052.794</b>	<b>5.559.571</b>	<b>5.493.223</b>	<b>4.246.991</b>
<b>Dívidas de terceiros - Médio e longo prazo:</b>					
212	Clientes - Títulos a receber				
251	Outros accionistas (sócios)				
268	Outros devedores	975.110	975.110		
		<b>975.110</b>	<b>975.110</b>		
<b>Dívidas de terceiros - Curto prazo:</b>					
211	Clientes, c/c	33.945.979		33.945.979	31.076.056
212	Clientes - Títulos a receber	376.332		376.332	
213	Clientes - Letras protestadas	26.661	26.661		
218	Clientes de cobrança duvidosa	31.233.387	30.115.979	1.117.408	1.263.315
252	Empresas do grupo	44.013	44.013		
253+254	Empresas participadas e participantes				
251+255	Outros accionistas (sócios)	213.709		213.709	116.609
229	Adiantamentos a fornecedores	133.790		133.790	5.393.452
24	Estado e outros entes públicos	15.847.161		15.847.161	7.969.144
261/3+268+221	Outros devedores	32.478.168	5.881.779	26.596.389	16.380.372
		<b>114.299.200</b>	<b>36.068.432</b>	<b>78.230.768</b>	<b>62.198.948</b>
<b>Títulos negociáveis</b>					
18	Outras aplicações de tesouraria				
<b>Depósitos bancários e caixa:</b>					
12+13+14	Depósitos bancários	4.156.902		4.156.902	9.420.189
11	Caixa	256.918		256.918	284.837
		<b>4.413.820</b>		<b>4.413.820</b>	<b>9.705.026</b>
<b>ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS:</b>					
271	Acréscimos de proveitos	1.594.106		1.594.106	1.746.558
272	Custos diferidos	65.938.850		65.938.850	51.768.838
		<b>67.532.956</b>		<b>67.532.956</b>	<b>53.515.396</b>
<b>Total de amortizações</b>		<b>1.196.567.126</b>			
<b>Total de ajustamentos</b>		<b>56.889.253</b>			
<b>Total do Activo</b>		<b>2.608.202.433</b>	<b>1.253.456.379</b>	<b>1.354.746.054</b>	<b>1.351.809.415</b>

CÓDIGO DAS CONTAS	CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	EXERCÍCIOS	
		2008	2007
CAPITAL PRÓPRIO:			
51	Capital Estatutário	1.995.317.000	1.995.317.000
55	Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas	2.816.632	2.816.632
56	Reservas de reavaliação	88.611.255	92.777.170
Reservas:			
571	Reservas legais	24.703	24.703
572	Reservas estatutárias	1.306.650	1.306.650
574 a 579	Outras reservas	97.015.919	97.596.739
59	Resultados transitados	-4.008.395.771	-3.829.012.085
	Subtotal	-1.823.303.612	-1.639.173.191
88	Resultado líquido do exercício	-190.385.876	-183.888.783
Total do Capital Próprio		-2.013.689.488	-1.823.061.974
PASSIVO:			
Provisões:			
293 a 299	Outras provisões	46.851.325	50.982.067
		46.851.325	50.982.067
Dívidas a terceiros-Médio e longo prazo:			
Empréstimos por obrigações:			
2322	Não convertíveis	250.000.000	250.000.000
231+234	Dívidas a instituições de crédito	653.193.712	575.451.400
221	Fornecedores, c/c		
2612	Fornecedores de imobilizado-Títulos a pagar		
251	Outros accionistas (sócios)		
239	Outros empréstimos obtidos	1.698.732.000	1.512.032.000
261 - 2612	Fornecedores de imobilizado, c/c		
24	Estado e outros entes públicos		
265+268	Outros credores	14.006.734	12.570.254
		2.615.932.446	2.350.053.654
Dívidas a terceiros - Curto prazo:			
Empréstimos por obrigações:			
2322	Não convertíveis		
231+234/5+12	Dívidas a instituições de crédito	209.929.777	373.259.077
269	Adiantamentos por conta de vendas	3.596.189	5.803.620
221+223	Fornecedores, c/c	43.130.285	46.505.322
228	Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	2.491.997	2.334.829
222	Fornecedores - Títulos a pagar		
2612	Fornecedores de imobilizado-Títulos a pagar		
252	Empresas do grupo		
253+254	Empresas participadas e participantes		
251+255	Outros accionistas (sócios)		
219	Adiantamentos de Clientes		
239	Outros empréstimos obtidos	112.500.000	14.285.572
261-2612	Fornecedores de imobilizado, c/c	21.759.419	5.751.936
24	Estado e outros entes públicos	4.624.953	3.809.310
262/8+211	Outros credores	12.034.319	10.173.738
		410.066.939	461.923.404
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS:			
273	Acréscimos de custos	63.252.745	78.728.303
274	Proveitos diferidos	232.332.087	233.183.961
		295.584.832	311.912.264
Total do Passivo		3.368.435.542	3.174.871.389
Total do Capital Próprio e do Passivo		1.354.746.054	1.351.809.415

# DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

Un. Euros

CÓDIGO DAS CONTAS	CUSTOS E PERDAS	EXERCÍCIOS	
		2008	2007
61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:		
	Mercadorias	5.167	26.069
	Matérias	18.766.367	15.974.014
		18.771.534	16.000.083
62	Fornecimentos e serviços externos:	141.839.089	140.506.544
	Custos com o pessoal:		
641+642	Remunerações	111.221.989	106.648.402
	Encargos sociais:		
64811	Indemnizações mútuo acordo	1.412.796	1.025.270
645/8-64811	Outros	28.746.390	26.002.869
		141.381.175	133.676.541
662+663	Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo	74.199.160	75.065.414
666+667	Ajustamentos	3.760.790	5.626.381
67	Provisões	1.833.988	2.308.628
		79.793.938	83.000.423
63	Impostos	197.412	124.302
65	Outros custos e perdas operacionais	62.723.001	57.650.066
	(A)	444.706.149	430.957.959
682	Perdas em empresas do grupo e associadas	4.609.429	2.832.695
683+684	Amortizações e ajustamentos de aplicações e investimentos financeiros	5.297.484	5.626.481
681+685/8	Juros e custos similares:		
	Relativos a empresas do grupo		
	Outros	142.377.077	122.094.564
		147.674.561	127.721.045
	(C)	596.990.139	561.511.699
69	Custos e perdas extraordinários	851.140	6.592.548
	(E)	597.841.279	568.104.247
86	Imposto sobre o rendimento do exercício	338.111	311.521
	(G)	598.179.390	568.415.768
88	Resultado líquido do exercício	-190.385.876	-183.888.783
		407.793.514	384.526.985

Un. Euros

CÓDIGO DAS CONTAS	PROVEITOS E GANHOS	EXERCÍCIOS			
		2008		2007	
72	Prestações de serviços	290.267.044	290.267.044	282.044.887	282.044.887
	Variação da produção				
75	Trabalhos para a própria Empresa				
73	Proveitos suplementares	10.296.892		10.313.763	
74	Subsídios à exploração	31.181.876		29.035.465	
76	Outros proveitos e ganhos operacionais	6.459.360		2.037.711	
77	Reversões de amortizações e ajustamentos	6.753.967	54.692.095	1.571.628	42.958.567
	(B)		344.959.139		325.003.454
782	Ganhos em empresas do grupo e associadas	2.837		53.198	
784	Rendimentos de participações de capital	544.463		128.024	
7815/6	Rendimentos de títulos negociáveis e de outras aplicações financeiras:				
	Relativos a empresas do grupo	1.363.897		66.042	
	Outros				
7811+7814 +7818+785/8	Outros juros e proveitos similares:				
	Relativos a empresas do grupo	369.847		109.486	
	Outros	42.188.322	44.469.366	29.560.491	29.917.241
	(D)		389.428.505		354.920.695
79	Proveitos e ganhos extraordinários		18.365.009		29.606.290
	(F)		407.793.514		384.526.985

## Resumo:

Resultados operacionais:	(B) - (A) =	-99.747.010	-105.954.505
Resultados financeiros:	(D - B) - (C - A) =	-107.814.624	-100.636.499
Resultados correntes:	(D) - (C) =	-207.561.634	-206.591.004
Resultados antes de impostos:	(F) - (E) =	-190.047.765	-183.577.262
Resultado líquido do exercício:	(F) - (G) =	-190.385.876	-183.888.783

## DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES

Un. Euros

CUSTOS E PROVEITOS	EXERCÍCIOS	
	2008	2007
Vendas e Prestações de Serviços	331.295.704	320.953.108
Custo de Vendas e Prestações de Serviços	-346.165.826	-350.777.372
<b>Resultados Brutos</b>	<b>-14.870.122</b>	<b>-29.824.264</b>
Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	32.028.444	33.656.636
Custos de Distribuição	-29.976.302	-25.838.618
Custos Administrativos	-60.253.141	-49.096.044
Outros Custos e Perdas Operacionais	-9.162.020	-11.838.473
<b>Resultados Operacionais</b>	<b>-82.233.142</b>	<b>-82.940.763</b>
Custo Líquido de Financiamento	-98.824.259	-92.416.953
Ganhos (Perdas) em Filiais e Associadas	-9.534.827	-8.347.569
Ganhos (Perdas) em Outros Investimentos	544.463	128.024
<b>Resultados Correntes</b>	<b>-190.047.765</b>	<b>-183.577.262</b>
Impostos Sobre os Resultados Correntes	-338.112	-311.521
<b>Resultados Correntes Após Impostos</b>	<b>-190.385.876</b>	<b>-183.888.783</b>
<b>Resultados Extraordinários</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Impostos Sobre Resultados Extraordinários		
<b>Resultados Líquidos</b>	<b>-190.385.876</b>	<b>-183.888.783</b>

# DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO DIRECTO

Un. Euros

	2008	2007
<b>ACTIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
Recebimentos de Clientes	300.071.041	284.603.711
Pagamento a fornecedores	250.862.813	217.990.252
Pagamento ao pessoal	141.872.542	134.165.415
<b>Fluxo gerado pelas operações</b>	<b>- 92.664.314</b>	<b>- 67.551.956</b>
Pag./rec. Imposto sobre o rendimento	2.195.973	462.301
Outros rec./pag. Relativos act. Operacional	24.870.300	20.385.505
<b>Fluxos gerados antes das rubricas extraordinárias</b>	<b>- 69.989.987</b>	<b>- 47.628.752</b>
Recebimentos relacionados c/ rubricas extraordinárias	86.333	4.455.524
Pagamentos relacionados c/ rubricas extraordinárias	611.388	4.240.537
<b>Fluxo das actividades operacionais [1]</b>	<b>- 70.515.042</b>	<b>- 47.413.766</b>
<b>ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
Recebimentos provenientes de:		
Investimentos financeiros	10.167.922	375.000
Imobilizações corpóreas	418.422	10.720.490
Imobilizações incorpóreas	0	0
Subsídios de investimento	8.526.393	12.175.378
Juros e proveitos similares	40.214.754	29.017.032
Dividendos	264.328	128.024
Pagamentos respeitantes a:		
Investimentos financeiros	12.687.444	12.724.105
Imobilizações corpóreas	36.744.063	25.056.402
Imobilizações incorpóreas	595.588	587.923
<b>Fluxo das actividades de investimento [2]</b>	<b>9.564.724</b>	<b>14.047.493</b>
<b>ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
Recebimentos provenientes de:		
Empréstimos obtidos	559.200.000	417.200.000
Aumentos de capital, prest. Supl. e prémios emissão	0	0
Subsídios e doações	0	0
Venda de acções (quotas) próprias	0	0
Cobertura de prejuízos	0	0
Pagamentos respeitantes a:		
Empréstimos obtidos	387.536.051	269.879.790
Amortizações de contratos de locação financeira		
Juros e custos similares	143.722.154	111.146.591
Dividendos		
Reduções de capital e prestações suplementares		
Aquisição de acções (quotas) próprias		
<b>Fluxo das actividades de financiamento [3]</b>	<b>27.941.795</b>	<b>36.173.619</b>
<b>Variação de caixa e seus equivalentes [4]=[1]+[2]+[3]</b>	<b>- 33.008.523</b>	<b>2.807.347</b>
Efeito das diferenças de câmbio	53.827	- 83.487
<b>Variação de fluxos de caixa ao longo do período</b>	<b>- 32.954.696</b>	<b>2.723.860</b>
Caixa e seus equivalentes no início do período	9.696.427	6.972.568
Caixa e seus equivalentes no fim do período	- 23.258.268	9.696.427

## ANEXO À DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

As notas cuja numeração se encontre ausente deste anexo não são aplicáveis

## 2. Discriminação dos componentes de caixa e seus equivalentes:

DESCRIÇÃO	Un. Euros	
	2008	2007
Numerário	256.918	284.837
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	4.156.902	9.420.189
<b>Equivalentes a caixa:</b>		
Caixa e seus equivalentes (1)	- 27.672.089	- 8.598
Outras disponibilidades		
<b>Disponibilidades constantes do balanço</b>	<b>- 23.258.268</b>	<b>9.696.427</b>

(1) Nos Equivalentes a caixa, e, especificamente na rubrica Caixa e seus equivalentes estão considerados os descobertos bancários, e as aplicações de tesouraria tal como definido na directriz contabilística nº14.

# ANEXO AO BALANÇO E ÀS DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

## Informações Gerais

- a) Nome da Empresa: CP - Caminhos de Ferro Portugueses, E.P.
- b) Forma legal: Empresa pública
- c) Local e data de constituição: Lisboa, 25 de Março de 1977  
(Decreto-Lei n.º 109/1997 publicado no D.R.I SÉRIE, nº71 de 25 de Março)
- d) Sede: Calçada do Duque, nº20 – 1249-109 Lisboa
- e) Objecto social principal e natureza das operações: Exploração do transporte de Passageiros e de mercadorias nas linhas férreas, troços de linha e ramais que integram a rede ferroviária nacional.
- f) Partes relacionadas: a CP é a Empresa-mãe de um grupo de empresas e estas são as suas Demonstrações Financeiras individuais, encontrando-se os saldos e transacções com as empresas do grupo apresentados na nota 48.9

## nota 01 Separação de Sectores

A Lei n.º 10/90, de 17 de Março, designada por Lei de Bases do Sistema de Transportes Terrestres, veio preconizar o princípio da separação entre a responsabilidade pela construção, renovação e conservação da infra-estrutura atribuída ao Estado ou “a entidade actuando por sua concessão ou delegação” e a exploração do transporte ferroviário.

A reorganização do sector ferroviário em Portugal teve o seu início em 1997 com a desintegração vertical da Empresa única existente, nas actividades de gestão da infra-estrutura ferroviária e de operação do transporte ferroviário. Este processo operou-se no âmbito do Decreto-Lei n.º 104/97 de 29 de Abril, do qual resultou a cisão da CP, E.P. e a subsequente criação da REFER, E.P., cujo objecto principal consiste no serviço público de gestão da infra-estrutura integrante da rede ferroviária nacional. Simultaneamente foram transferidos para o domínio daquela Empresa, sem alteração de regime, as infra-estruturas e os direitos e obrigações que integravam o património da CP, afectos às infra-estruturas do domínio público ferroviário.

Em 1998, através do Decreto-Lei n.º 299-B/98 de 29 de Setembro foi constituída a entidade reguladora do sector, o Instituto Nacional do Transporte Ferroviário (INTF), o qual teve por incumbência, nomeadamente, dispor sobre a qualidade de serviço e os aspectos económicos relacionados com os preços e tarifas a praticar pela utilização da infra-estrutura ferroviária. Em 2007, estas atribuições passaram a ser executadas pelo Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres. I.P. (IMTT), em resultado da fusão do INTF, da DGTTF e da DGV, operada no quadro do Decreto-Lei nº200/2006 de 25 de Outubro (extinção, fusão e reestruturação de serviços da administração Pública) e da Lei nº 53/2006 de 7 de Outubro (mobilidade entre serviços e funcionários).

Criaram-se assim as condições necessárias para o acesso à infra-estrutura ferroviária de outros operadores além do operador histórico.

O primeiro avanço no sentido da liberalização foi dado pelo Decreto-lei n.º 60/2000 de 19 de Abril, relativo ao transporte internacional efectuado sob certas condições.

As Directivas do Conselho números 2001/12/CE, 2001/13/CE e 2001/14/CE de 26 de Fevereiro, designadas tipicamente por pacote ferroviário I foram transpostas para o normativo legal Português através do Decreto-Lei n.º 270/2003 de 28 de Outubro. Estas pautam-se pela introdução de mecanismos de mercado, no tradicionalmente fechado sector do transporte ferroviário, sobre as condições de prestação dos serviços de transporte ferroviário por caminho de ferro e de gestão da infra-estrutura, acentuando as obrigações do gestor da infra-estrutura como entidade nuclear do desenvolvimento do sector ferroviário e a promoção da liberalização progressiva, criando-se condições potenciadoras do aparecimento de novos operadores.

A relação entre o operador ferroviário CP e o gestor da infra-estrutura REFER encontra-se vertida no Decreto-Lei nº 104/97 de 29 de Abril.

O artigo 6º do citado diploma, prevê que as empresas deverão acordar o modo de articulação, nas acções e decisões que devam ser tomadas em relação à gestão, exploração e desenvolvimento das infra-estruturas e à sua coordenação com o serviço público de transporte ferroviário.

Nos termos do artigo 7º serão devidas à REFER taxas de utilização pela utilização da infra-estrutura ferroviária por parte de empresas e agrupamentos de transporte ferroviário. Ainda segundo aquele articulado e com vista a defender o princípio da livre concorrência, as taxas de utilização devem ser estabelecidas de forma a evitar discriminação entre empresas de transporte ferroviário que operem na infra-estrutura. Estas taxas deverão ter em conta, nomeadamente, a quilometragem, a composição do material circulante, a velocidade, a carga por eixo e o período em que a infra-estrutura é utilizada.

A taxa de utilização da infra-estrutura suportada pela CP nos últimos seis exercícios evoluiu como segue (em euros):

2003	2004	2005	2006	2007	2008
63.111.003	55.754.918	54.934.206	51.320.961	54.712.769	56.246.108

O encargo verificado em 2008 resulta da aplicação das tarifas de utilização dos serviços essenciais por comboio/quilómetro (CK), previstas no Directório da Rede para 2008 e da racionalização da oferta por parte da CP, nomeadamente no que respeita a comboios de longo curso e regionais no segmento de Passageiros.

O Directório da Rede 2008, concebido pela REFER em consonância com a legislação nacional em vigor que enquadra a actividade do transporte ferroviário, vigorou no período de 8 de Dezembro de 2007 a 13 de Dezembro de 2008 (validade do Horário 2008). Para o período de 14 de Dezembro 2008 a 31 de Dezembro 2008, em que passou a vigorar o Directório da Rede 2009, foi aplicado à prestação dos serviços essenciais os preços que constam no Directório da Rede 2009.

Para além da utilização dos serviços essenciais da infra-estrutura ferroviária, o Decreto-Lei n.º 270/2003 de 28 de Outubro, prevê que a tipologia de serviços prestados a empresas de transporte ferroviário compreende, tudo aquilo que é necessário ao efectivo exercício do direito de acesso à infra-estrutura, ou sejam os serviços adicionais e os serviços auxiliares.

De acordo com o Directório da Rede 2008, os serviços adicionais compreendem os serviços conexos com a actividade de prestação de serviços de transporte ferroviário, nomeadamente o fornecimento de energia eléctrica para tracção, nos termos previstos na legislação aplicável, manobras, estacionamento de material circulante e utilização de estações e apeadeiros. A REFER, ainda que preste estes serviços tem o direito de não os prestar a qualquer Empresa de transporte ferroviário, se existirem alternativas visíveis e comparáveis no mercado.

Os serviços auxiliares compreendem os restantes serviços conexos com a actividade de prestação de serviços de transporte ferroviário, nomeadamente o acesso à rede de telecomunicações, o fornecimento de informações suplementares, em particular as de natureza comercial e a inspecção técnica do material circulante, realização de estudo de capacidade ou de viabilidade de cenários de oferta, limpeza de vagões e carruagens, abastecimentos de água, fornecimento de mão-de-obra para actividades operacionais dos operadores. De acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º 270/2003, o gestor da infra-estrutura pode cobrar tarifas pela prestação dos serviços auxiliares, mas não é obrigado à sua prestação.

Ainda no que respeita aos serviços auxiliares, não têm sido concretizados acordos ou protocolos que os suportem, mas a REFER tem assegurado a prestação de serviços e fornecimentos necessários às respectivas actividades, facturando-os unilateralmente. Este facto inviabiliza por vezes a aceitação dos níveis de serviços e dos preços facturados.

A facturação anual apresentada pela REFER e que se encontra nesta situação é a seguinte (em euros):

Tipo de Serviço	Exercícios		
	2006	2007	2008
Serviços Essenciais (excepto taxa de uso):			
"Capacidade pedida e não utilizada"	651.645	1.546.041	1.681.268
Serviços Auxiliares	1.289.951	687.922	536.564
Serviços Adicionais	5.052.398	4.649.442	2.328.304
<b>Total</b>	<b>6.993.994</b>	<b>6.883.405</b>	<b>4.546.136</b>

A facturação recebida e não creditada em 31 de Dezembro de 2008 totaliza 7.904.292 €.

## nota 02 Regime de concessão

A CP, com a natureza jurídica de Empresa pública e dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, foi criada pelo Decreto-Lei n.º 109/77, de 25 de Março, que aprovou igualmente os respectivos Estatutos, pelos quais se rege.

A partir desta data, a CP passou a explorar o serviço público de transporte na rede ferroviária nacional, com base neste diploma legal e não com base em qualquer contrato de concessão.

Até à publicação do citado diploma, a CP explorou o transporte na rede ferroviária em regime de concessão única outorgada por contrato celebrado entre o Estado e a então Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses, S.A., (C.P.), nos termos do Decreto-Lei n.º 38426 de 9 de Maio de 1951.

O citado contrato iniciou-se em 1 de Janeiro de 1951, por um período de 50 anos e foi revisto e substituído por um novo contrato de concessão nos termos das Bases Anexas ao Decreto-Lei n.º 104/73, de 13 de Março, entretanto revogado com a nacionalização da Empresa através do Decreto-Lei n.º 205-B/75, de 16 de Abril.

As bases gerais, em que assentava esta nova concessão da Empresa resultaram da revisão do sistema legal que regulava a exploração do transporte ferroviário e a coordenação deste com outros meios de transporte, por se ter reconhecido a sua inadequação às exigências de flexibilidade e racionalização da produção deste tipo de serviço, no contexto de uma gestão moderna. Tal revisão ocorreu no âmbito do previsto no artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 80/73, de 2 de Março, que constituiu um instrumento importante na estruturação das novas normas reguladoras dos transportes ferroviários, viabilizando as bases jurídicas da conversão dos caminhos de ferro.

Neste último diploma reconheceu-se entre outros aspectos, que a circunstância de o transporte ferroviário constituir um serviço público explorado em regime de contrato de concessão, determinava a necessidade de equacionar as obrigações e condicionamentos impostos à Empresa, em nome dos interesses públicos, com as exigências derivadas da sua qualidade de Empresa cuja gestão deve obedecer aos princípios específicos dos agentes económicos privados e de, gradualmente as equiparar às que oneram as demais empresas transportadoras concorrentes.

Este princípio orientador permitiu definir o regime de assistência financeira a prestar pelo Estado à concessionária, dentro do contexto seguido na Europa, quer com vista à construção ou renovação de linhas, quer na cobertura dos resultados negativos de exploração, eminentemente através do regime das indemnizações compensatórias, donde resultava também maior clareza nas responsabilidades respeitantes à gestão da rede ferroviária.

Nesse contexto, foi proposto ao Governo um amplo programa de renovação, que contemplava entre outras medidas: (i) a contribuição do Estado no financiamento das infra-estruturas ferroviárias de interesse geral e de longa duração; (ii) o saneamento da situação financeira da Empresa, descapitalizada ao longo dos anos da concessão, sem que lhe tivessem sido dadas condições para realizar com o ritmo desejável as modificações estruturais e a renovação do material circulante; (iii) a eliminação gradual das subvenções económicas de exploração com a substituição por indemnizações compensatórias.

O direito a indemnizações compensatórias está igualmente reconhecido à CP, E.P., através dos artigos 28.º e 29.º dos Estatutos, respectivamente Receitas e Fixação de preços e tarifas.

No âmbito do n.º 2 do artigo 29.º, o Estado compensará a CP sempre que, por razões de política económica e social, lhe imponha a prática de preços ou tarifas inferiores às que permitem a cobertura dos custos totais de exploração e assegurem níveis adequados de remuneração do capital investido e de autofinanciamento.

Para determinação do montante das compensações a Empresa avaliará as despesas e as perdas de receita provenientes, nomeadamente:

- a) Da obrigação de fazer transportes em condições incompatíveis com uma gestão comercial equilibrada;
  - b) Da prática forçada de preços de transporte inferiores aos propostos pela Empresa, determinada pelo Governo por razões de política económica e social;
  - c) Do adiamento, por motivos de política geral, da entrada em vigor de alterações tarifárias justificáveis à luz de uma exploração comercial equilibrada;
  - d) Da não aplicação do tarifário normal, por determinação do Governo
- (...)
- f) Dos atrasos no recebimento de dotações e compensações, obrigando a Empresa a recorrer ao crédito;
- (...)

Este direito a indemnizações compensatórias por parte da CP, decorre igualmente dos Regulamentos Comunitários CEE n.º 1191/69 do Conselho, de 26 de Junho, n.º 1107/70, do Conselho de 4 de Junho e n.º 1893/91, do Conselho, de 20 de Junho, que respeitam às obrigações de explorar, de transportar e tarifária.

Tendo por base o regime legal citado, especialmente o previsto no artº29º dos seus Estatutos, em matéria de compensações financeiras, a CP, E.P. apresenta anualmente, integrado nos seus Instrumentos Previsionais de Gestão que submete às Tutelas Técnica e Financeira, pedido fundamentado de indemnizações compensatórias.

Até 2004, e não obstante este pedido, o montante que o Governo atribuiu anualmente por Resolução do Conselho de Ministros, e que no seu entender considerou adequado para indemnizar a CP, foi sempre um valor substancialmente inferior ao montante solicitado, o que inevitavelmente se reflecte no agravamento do déficit de exploração da Empresa e no agravamento da sua posição financeira. Apenas em 2005, a CP viu o seu pedido ser totalmente satisfeito por Resolução do Conselho de Ministros [v.g. RCM n.º 174/2005, de 20 de Outubro de 2005].

## nota 03 Contrato de serviço público

Do que antes se deixou dito, decorre que até ao presente, não foram celebrados quaisquer contratos de serviço público de transporte que regulem as relações entre o Estado e a Empresa, compensando-a das obrigações de serviço público prestadas.

Na tentativa de levar o Estado a assumir claramente as suas responsabilidades, bem como à clarificação das responsabilidades de gestão da Empresa, a CP, E.P. apresentou ao Governo diferentes critérios de cálculo de indemnizações compensatórias.

A celebração deste tipo de contratos, nos quais se definem as obrigações de serviço público e as correspondentes compensações financeiras, são o instrumento adequado e necessário para clarificar as relações entre o Estado e a Empresa Pública, bem como as respectivas responsabilidades quer do Estado quer da CP, constituindo um procedimento previsto no Decreto-Lei nº558/99 de 17/12. Este é também o entendimento do Tribunal de Contas no último relatório de auditoria de gestão à CP, ao recomendar ao Estado, enquanto entidade tutelar da Empresa, a contratação das obrigações de serviço público prestado e o correspondente modelo financeiro das indemnizações compensatórias, valorizando factores de qualidade do serviço prestado, segurança e eficiência e eficácia da gestão dos recursos.

## nota 04 Bases de preparação

Estas demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal nomeadamente os constantes no Plano Oficial de Contabilidade e nas Directrizes Contabilísticas. Assim, foram preparadas segundo os princípios dos custos históricos, da continuidade das operações, da prudência, da consistência, da substância sobre a forma, da materialidade e da especialização dos exercícios.

## I – Informações Relativas à Imagem Verdadeira e Apropriada

### 1. Indicação e justificação das disposições do POC que foram interrogadas

Nada a referir

### 2. Contas cujo conteúdo não é comparável

No exercício de 2008, a Empresa não procedeu a alterações de práticas ou políticas contabilísticas.

### 3. Critérios valorimétricos e métodos de cálculo

Os critérios valorimétricos utilizados relativamente às várias rubricas do Balanço e da Demonstração dos Resultados foram os estabelecidos no Capítulo 5 do Plano Oficial de Contabilidade.

#### 3.1. Imobilizações

##### 3.1.1. Imobilizações incorpóreas

As imobilizações incorpóreas que compreendem despesas de investigação e desenvolvimento, encontram-se registadas ao custo de aquisição. Os encargos com o desenvolvimento de projectos são capitalizados e reconhecidos em 3 anos sempre que forem satisfeitos os requisitos definidos pela Directriz Contabilística nº7/92 para reconhecimento e mensuração dos mesmos.

As amortizações e reintegrações são calculadas pelo método das quotas constantes às taxas máximas anuais permitidas para efeitos fiscais.

##### 3.1.2. Imobilizações corpóreas

Estão valorizadas ao custo de aquisição, acrescido das reavaliações efectuadas e deduzido das amortizações acumuladas.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes anuais no que respeita aos bens que entraram em funcionamento até 31 de Dezembro de 1999 e pelo método de amortizações por duodécimos para os bens que entraram em funcionamento a partir de 1 de Janeiro de 2000.

No que respeita ao imobilizado de conta da CP, as amortizações são efectuadas com base no Decreto Regulamentar n.º 2/90 de 12 de Janeiro, pelo método de quotas constantes, excepto o material circulante que está a ser amortizado às taxas de amortização constantes da Ficha 374R da UIC – União Internacional dos Caminhos de Ferro.

Quanto ao imobilizado de conta do Estado (imobilizado constante do Despacho Conjunto n.º 261/99 de 24 de Março) discriminado na nota 48.1, a conta de Edifícios e Outras Construções está a ser amortizada desde 1999 à taxa de 2%, conforme o Decreto Regulamentar n.º 2/90, de 12 de Janeiro, em virtude de ainda não ter sido definido o período para o contrato de concessão do Estabelecimento CP.

As despesas de reparação e manutenção correntes do imobilizado são consideradas como custos do exercício em que ocorrem.

Os gastos com as grandes reparações periódicas do material circulante, mas que não aumentam a sua vida útil, são considerados custos diferidos do exercício em que ocorrem e reconhecidos como custos de exploração numa base plurianual, segundo os seguintes critérios:

R1's (intervenção profundas em todos os órgãos do material circulante motor, para lhe restituir o potencial de vida útil inicialmente estimado, permitindo/garantindo a respectiva utilização em condições técnicas de funcionamento)	15 anos
R2's/3's (intervenção no material circulante programadas em função do tipo de exploração, tempo ou quilómetros percorridos, tendo como objectivo repor as condições técnicas de funcionamento dos equipamentos constituintes. Não concorrem para o aumento da vida útil do material reparado)	4 ou 5 anos
REV's (intervenção programadas em função do tipo de exploração, tempo ou quilómetros percorridos, tendo como objectivo monitorar e/ou restituir a vida dos órgãos e equipamentos de segurança, garantindo a fiabilidade de funcionamento exigida)	6 ou 8 anos

Na nota 48.4.1. apresentam-se os valores diferidos no exercício por tipo de reparação, a reconhecer como custo no exercício seguinte e em exercícios posteriores.

As reparações que aumentam a vida útil dos bens imobilizados são registadas no activo corpóreo em adição ao valor líquido existente à data que corresponde ao valor residual do material renovado.

### 3.1.3. Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros representados por partes de capital em empresas filiais e associadas são registados ao custo de aquisição e mensurado subsequentemente pelo método da equivalência patrimonial por aplicação da Directriz Contabilística n.º 9/92.

Os valores utilizados para a aplicação do método correspondem aos das demonstrações financeiras disponíveis no exercício em análise.

Os restantes investimentos financeiros estão valorizados ao custo de aquisição, sendo ajustados para fazer face a perdas potenciais.

### 3.2. Existências

As existências de mercadorias e de matérias-primas, subsidiárias e de consumo são registadas ao custo de aquisição, adoptando-se como método de custeio das saídas o custo médio ponderado. Quando necessário, é constituído um ajustamento para existências obsoletas, de lenta rotação e defeituosas, sendo apresentado como dedução ao activo.

### 3.3. Dívidas de e a terceiros em moeda estrangeira

As operações em moeda estrangeira são registadas ao câmbio da data considerada para a operação. Os valores a cobrar e a pagar são actualizados para efeitos de Balanço com base no câmbio em vigor à data de 2008/12/31, sendo reconhecidas em resultados as perdas e ganhos das diferenças de câmbio resultantes da actualização referida.

Tratando-se de diferenças de câmbio favoráveis resultantes de dívidas a médio e longo prazo, são diferidas quando existem expectativas razoáveis de que o ganho é reversível.

### 3.4. Encargos com pré-reformas e encargos com pensões de acidentes de trabalho

Com base na avaliação actuarial das responsabilidades da Empresa em 31 de Dezembro foram constituídas provisões para fazer face aos encargos com pré-reforma de trabalhadores no âmbito do Decreto-Lei n.º 261/91 de 25 Julho e a pensões de acidentes de trabalho ocorridos até 31 de Dezembro de 1999.

Os acréscimos ou diminuições das responsabilidades provenientes de alterações dos benefícios atribuídos são reconhecidos como perdas ou ganhos no exercício em que ocorrem.

A metodologia e os pressupostos financeiros e actuariais da avaliação das responsabilidades são os seguintes:

**Método de cálculo:** Para o apuramento das responsabilidades relativas aos actuais pré-reformados e reformados com pensões de acidentes de trabalho, procedeu-se ao cálculo do valor actual de rendas vitalícias imediatas.

**Taxa de rendimento:** assumiu-se uma taxa de rendimento de 4,5%, que representa uma taxa de rentabilidade real de longo prazo de 3% face ao crescimento das pensões.

**Taxa de Crescimento das Pensões:** 1,5%

**Tábuas de Mortalidade:** utilizou-se a tábua TV 73/77

**Número de pagamentos das pensões de pré-reforma:** 14 pagamentos por ano.

**Número de pagamento das pensões de acidente de trabalho:** 13 pagamentos por ano.

**Prazo de pagamento das pensões de pré-reforma:** pensões pagas até aos 65 anos.

**Prazo de pagamento das pensões de acidente de trabalho:** pensões vitalícias.

**Data de efeito dos cálculos:** 31 de Dezembro de 2008.

### 3.5. Provisões

As provisões são constituídas pelos valores efectivamente necessários para fazer face a perdas económicas estimadas.

### 3.6. Impostos sobre lucros

Os montantes a liquidar, de imposto sobre o rendimento do exercício, são determinados com base nos resultados líquidos, ajustados em conformidade com a legislação fiscal. São reconhecidos na determinação do encargo com impostos sobre o rendimento do exercício, os efeitos das diferenças temporais inerentes à diferença entre a base contabilística e fiscal do valor dos activos e passivos apresentados. Os impostos diferidos activos são reconhecidos até ao limite do montante realizável em exercícios futuros, de acordo com as expectativas de obtenção de resultados fiscais positivos futuros.

A CP é a sociedade dominante de um grupo de empresas tributado de acordo com o regime Especial de Tributação pelo resultado consolidado, conforme mencionado na nota 6.

### 3.7. Reservas de Reavaliação

Os montantes registados nesta rubrica, referentes aos acréscimos líquidos de imobilizados gerados pelas reavaliações, efectuadas de acordo com os critérios definidos para as mesmas, são movimentadas para resultados transitados na medida em que os mesmos são realizados através de venda, abate ou amortização dos bens respectivos. Na generalidade, os montantes registados não estão livres para distribuição, podendo apenas ser utilizados na cobertura de prejuízos, registados até à data de referência da respectiva reavaliação, ou para aumento de capital.

### 3.8. Proveitos diferidos (subsídios)

Os subsídios recebidos para apoio ao investimento em material circulante, infra-estruturas e sistemas de venda são registados em proveitos diferidos quando recebidos, sendo reconhecidos em resultados, em linha com a amortização do activo financeiro.

### 3.9. Especialização dos exercícios

Os custos e proveitos são reconhecidos no exercício a que respeitam, independentemente do seu pagamento ou recebimento.

Os serviços prestados pela CP, os quais compreendem o serviço de transporte de Passageiros e carga, são reconhecidos com a transferência dos riscos e benefícios associados à posse do título de transporte pelo Cliente.

### 3.10. Derivados

Os contratos utilizados para cobertura de riscos de taxa de juro não são reavaliados ao valor de mercado sendo este divulgado na nota 31.1.

Os juros a receber ou a pagar relacionados com operações de derivados de taxa de juro são periodificados por contrapartida de proveitos ou custos até ao vencimento das operações.

## 4. Cotações utilizadas na conversão das Contas Activas e Passivas expressas em Moeda Estrangeira

As cotações utilizadas para conversão dos saldos a pagar em moeda estrangeira, das contas incluídas no Balanço e na Demonstração dos Resultados, respeitantes a dívidas expressas em moeda de Países fora da zona euro, foram actualizadas com as cotações fixadas oficialmente pelo Banco de Portugal, à data de 2008/12/31.

## 5. Medida em que o resultado do exercício foi afectado, com vista a obter vantagens fiscais

Nada a referir.

## 6. Situações que afectem significativamente os impostos futuros

A CP é a sociedade dominante de um grupo de empresas, tributado de acordo com o Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades previsto no artigo 63º do Código do IRC, que integra, para além da própria CP, as filiais EMEF - Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, SA e TEX - Transporte de Encomendas Expresso, Lda.

Na sequência da publicação da Directriz Contabilística n.º 28, relativa a Impostos sobre o Rendimento, a CP não contabilizou activos nem passivos por impostos diferidos relacionados com o reporte de prejuízos fiscais, por ter considerado que não existem expectativas de que o referido grupo de sociedades abrangido pelo regime especial de tributação venha a obter lucros tributáveis futuros que permitam a utilização dos prejuízos fiscais acumulados da CP, que a 31 de Dezembro de 2007 ascendem a 1.245.495.978,49 €.

Nos termos da legislação em vigor, os prejuízos fiscais são reportáveis durante um período de seis anos após a sua ocorrência e susceptíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período.

O resultado contabilístico foi ajustado de modo a reflectir o IRC estimado com a tributação autónoma de 2008, no montante de 338.111 €, única matéria colectável apurada.

De acordo com a legislação em vigor, a situação fiscal da Empresa está sujeita a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco para a Segurança Social). Deste modo, as declarações fiscais

da Empresa dos anos de 2008, 2007, 2006, 2005 (e de 2004, 2003, 2002, 2001, 2000 e 1999 para a Segurança Social) poderão vir a ser sujeitas a revisão.

O Conselho de Gerência da CP não prevê que eventuais correcções resultantes das revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais, àquelas declarações de impostos, possam ter efeito significativo nas Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2008.

7. Número médio de pessoal

O número médio de pessoas ao serviço da Empresa no exercício foi de 4 169 empregados, enquanto no exercício de 2007 foi de 4 165 empregados.

## II – Informações de Rubricas do Balanço

8. Movimento ocorrido nas contas 431 "Despesas de Instalação" e 432 "Despesas de Investigação e de Desenvolvimento".

A rubrica "Despesas de Investigação e Desenvolvimento" contempla essencialmente o Portal CP e o sistema de facturação da CP Carga.

9. Justificação para amortizações de "Trespases"

Não existem valores na conta "Trespases".

10. Movimentos ocorridos nas rubricas do activo imobilizado constantes do balanço e nas respectivas amortizações e ajustamentos.

Seguem em mapa 10.1. e 10.2. anexos a este articulado.

11. Custos Financeiros Capitalizados

Os custos incorridos no exercício e respeitantes a empréstimos obtidos para financiar imobilizações, durante a construção, que foram capitalizadas neste período, ascendem a 799.140 euros.



## 12. Diplomas Legais utilizados na reavaliação das imobilizações corpóreas

As imobilizações corpóreas foram reavaliadas como segue:

### 12.1. Material circulante

- Reavaliado no exercício de 1995 ao abrigo do Despacho n.º 766/95 FIN do Senhor Secretário de Estado das Finanças de 95.08.04.
- Reavaliado no exercício de 1997 nos termos do Decreto-Lei n.º 31/98 de 11 de Fevereiro.

### 12.2. Restantes imobilizações com excepção de peças de parque.

Reavaliação livre efectuada no exercício de 1999, pelo método do valor corrente de mercado.

## 13. Quadro Discriminativo das reavaliações

Comparação do valor contabilístico das imobilizações corpóreas com os respectivos custos históricos.

Un. Euros

RUBRICAS DE IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS	Valor contabilístico	Reavaliações (a)	Valores contabilísticos
Terreno e recursos naturais	2.964.842	28.419.053	31.383.895
Edifícios e outras construções	68.229.166	16.139.847	84.369.013
Equipamento básico	904.586.159	44.052.355	948.638.514
Equipamento de transporte	627.727	-	627.727
Ferramentas e utensílios	9.701	-	9.701
Equipamento administrativo	1.993.469	-	1.993.469
Outras imobilizações corpóreas	33.299.748	-	33.299.748
<b>Total</b>	<b>1.011.710.812</b>	<b>88.611.255</b>	<b>1.100.322.067</b>

(a) Valor líquido da reavaliação do material circulante em 1995 e em 1997 no que respeita a equipamento básico e da avaliação dos restantes bens do imobilizado corpóreo em 1999, conforme informação constante da nota 39.

## 14. Caracterização das imobilizações corpóreas e em curso

a) É o seguinte o valor global (em euros) para cada uma das rubricas:

- A totalidade das imobilizações estão afectas à actividade única da Empresa (valor bruto)  
2.368.337.143 €
- Imobilizações implantadas em propriedade alheia:  
Existem imobilizações que se encontram implantadas em propriedade da CP e em propriedade do Estado (ver nota n.º 48.1.)
- Imobilizações localizadas no estrangeiro:  
Nada a referir.
- Imobilizações reversíveis:  
Nada a referir.

b) Os custos financeiros líquidos de amortizações capitalizados respeitantes ao exercício e acumulados (em euros), são os seguintes (incluindo somente as imobilizações corpóreas e em curso capitalizadas após 31 de Dezembro de 1998): Imobilizado corpóreo e em curso

- No exercício 799.140 €
- Acumulados em 2008/12/31 8.862.272 €

## 15. Locação Financeira

Nada a referir.

16. Relação das empresas do grupo e das empresas associadas

(Segue em mapa anexo a este articulado).

A CP prepara Demonstrações Financeiras consolidadas do Grupo CP ao abrigo do Despacho n.º 1414-A/2001 de 9 de Outubro, do Sr. Secretário de Estado do Tesouro e das Finanças, não lhe sendo aplicável o disposto no Decreto-Lei n.º 238/91 de 2 de Julho.

17. Acções e Quotas na conta "Títulos Negociáveis"

Nada a referir.

18. Discriminação da conta 4154- "Fundos"

Nada a referir.

19. Diferenças materialmente relevantes entre os custos de elementos do activo circulante e as quantias a preços de mercado.

Nada a referir.

20. Valorizações inferiores ao mais baixo do custo ou do valor de mercado

O valor das existências de materiais diversos encontra-se ajustado em 5.560 m.€. O ajustamento corresponde à totalidade dos bens existentes em armazém sem rotação há mais de 5 anos.

21. Movimentos ocorridos nas rubricas do activo circulante

(Segue em mapa anexo a este articulado).

22. Existências fora da Empresa

As existências fora da Empresa, respeitam a (em euros):

- Mercadorias enviadas à consignação	2.088 €
--------------------------------------	---------

23. Dívidas de cobrança duvidosa

Valor global das dívidas de cobrança duvidosa incluídas em cada uma das rubricas de dívidas de terceiros constantes do balanço (em euros):

• Dívidas de Terceiros – Médio e Longo Prazo		
• Outros devedores		975.110 €
• Dívidas de Terceiros – Curto Prazo		
• Clientes		30.142.640 €
Contas correntes	30.115.979 €	
Letras protestadas	26.661 €	
• Empresas do grupo		44.013 €
• Outros devedores		5.881.779 €

24. Adiantamentos ou empréstimos concedidos aos membros do Conselho de Gerência e da Comissão de Fiscalização da Empresa.

Não existem

## 25. Dívidas Activas e Passivas respeitantes ao pessoal (em euros)

• Dívidas activas	90.529 €
• Dívidas passivas	38.230 €

## 26. Dívidas Tituladas

Valor global das dívidas que se encontram tituladas, por rubricas do Balanço (em euros):

• Dívidas a Instituições de Crédito	100.000.000 €
-------------------------------------	---------------

## 27. Quantidade e valor nominal das obrigações convertíveis, títulos de participação ou direitos similares, emitidos pela Empresa

Não existem.

## 28. Dívidas ao “Estado e Outros Entes Públicos” em situação de mora

Não existem.

## 29. Dívidas a terceiros a mais de cinco anos, por rubricas do Balanço

Dívidas a Instituições de Crédito

Un. Euros

FINANCIAMENTO	CAPITAL EM DÍVIDA	REEMBOLSO	
		INÍCIO	FIM
BEI-CPIIIA PTE(10)-1ºD	9.975.957.96	2009	2017
BEI-CPIIIA PTE(10)-2ºD	9.975.957.96	2009	2017
BEI CPIIIC (14,8 M) - 1ºD	5.000.000.00	2009	2018
BEI CPIIIC (14,8 M) - 2ºD	25.000.000.00	2009	2018
BEI CPIIIC (14,8 M) - 3ºD	6.911.044.37	2009	2018
BEI CP ROLLING STOCK A PARTE A	59.120.000.00	2011	2020
BEI CP ROLLING STOCK A PARTE B	6.525.000.00	2009	2015
BEI CP ROLLING STOCK B PARTE A	40.733.333.34	2012	2021
BEI CP ROLLING STOCK B PARTE B	19.875.000.00	2009	2016
BEI CP ROLLING STOCK C PARTE A	52.267.000.00	2013	2022
BEI CP ROLLING STOCK C PARTE B	12.000.000.00	2010	2017
BEI CP ROLLING STOCK D PARTE A	19.000.000.00	2015	2024
BEI CP ROLLING STOCK D PARTE B	45.750.000.00	2012	2019
<b>Com Aval do Estado</b>	<b>312.133.293.63</b>		
BNP Paribas 200M€	200.000.000.00	2015	2015
<b>Sem Aval do Estado</b>	<b>200.000.000.00</b>		

## Outros Empréstimos Obtidos

Un. Euros

FINANCIAMENTO	CAPITAL EM DÍVIDA	REEMBOLSO	
		INÍCIO	FIM
POLO SECURITIES II LIMITED	62.500.000.00	2009	2014
POLO III - CP FINANCE LIMITED - 2ª T	300.000.000.00	2015	2015
EUROFIMA 118	25.000.000.00	2014	2014
EUROFIMA 119	58.900.000.00	2015	2015
EUROFIMA 124	122.280.000.00	2014	2014
EUROFIMA 125	55.000.000.00	2014	2014
EUROFIMA 126	75.000.000.00	2016	2016
<b>Sem Aval do Estado</b>	<b>698.680.000.00</b>		

## 30. Dívidas a terceiros, cobertas por garantias reais prestadas pela Empresa

As dívidas a terceiros, cobertas por garantias reais, respeitam a empréstimos concedidos pela Eurofima – Sociedade Europeia para o Financiamento de Material Ferroviário, no montante de 1.036.232.000 € e encontram-se cobertas por imobilizações corpóreas conforme indicado na nota 32.1.

## 31. Compromissos financeiros

## 31.1. Informação sobre Derivados

De forma a minimizar o risco de volatilidade da taxa de juro a que está exposta, a CP recorre à contratação de instrumentos financeiros derivados de taxa de juro, o que lhe permite uma redução de encargos financeiros e seu ajustamento às condições de mercado.

Em 31 de Dezembro de 2008, a Empresa possui instrumentos financeiros derivados cujos vencimentos ocorrerão de 2012 a 2021.

Os fluxos financeiros de juros corridos dos derivados foram reconhecidos de acordo com o princípio contabilístico do acréscimo.

Na prossecução da política de gestão de risco de taxa de juro em 2008, a Empresa contratou cinco novos “swaps” com os seguintes montantes e maturidades:

Un. Euros

MONTANTE	MATURIDADE
200.000.000.00	30-07-2015
75.000.000.00	07-04-2016
62.200.000.00	15-08-2010
122.280.000.00	04-02-2014
52.700.000.00	05-02-2010

A alocação dos derivados aos empréstimos do financiamento a que respeitam e o respectivo valor de mercado são como segue:

Un. Euros

INSTRUMENTO FINANCEIRO	MONTANTE	MATURIDADE SWAP	VALORIZAÇÕES
Swap empréstimos Bayerische e KFW	62.000.000	2012	-5.284.563
Swap empréstimos Eurofima	259.552.000	2015	3.300.000
Swap empréstimo Obrigacionista	250.000.000	2012	-51.169.319
Swap empréstimo Polo III - 1ª Tranche	100.000.000	2013	-5.803.500
Swap empréstimo Polo III - 2ª Tranche	300.000.000	2015	-90.690.888
Swap empréstimo Polo Securities II Limited	375.000.000	2014	-800.000
Swap empréstimos BEI e swap Bayerische e KFW	286.939.895	2021	-103.878.236
Swap empréstimo BNP Paribas 200M	200.000.000	2015	-38.431.435
Swap empréstimo Eurofima	75.000.000	2016	-2.865.107
Swap empréstimo Eurofima	62.200.000	2010	-983.061
Swap empréstimo Eurofima	122.280.000	2014	-2.055.741
Swap empréstimo Eurofima	52.700.000	2010	-467.750
<b>Total</b>	<b>2.145.671.895</b>		<b>-299.129.600</b>

### 31.2. Compromissos relativos a pensões que figuram no balanço

Os compromissos financeiros relativos a pensões figuram no Balanço e correspondem a pensões de pré-reformas de trabalhadores no âmbito do DL nº 261/91 de 25 de Julho e a pensões de acidentes de trabalho ocorridos até 31 de Dezembro de 1999. Encontram-se provisionados de acordo com os critérios indicados na nota 3.4 e ascendem a 16.792 € e a 10.971.311 € respectivamente.

### 31.3. Compromissos relativos à aquisição de material circulante

Durante o ano de 2008 foram firmados contratos para a aquisição de material circulante, nomeadamente aquisição de 100 vagões de dois eixos e 300 vagões plataforma, sendo que o investimento realizado em 2008 foi de 1,5 milhões de euros e 6,8 milhões de euros, respectivamente.

Dos contratos assinados em anos anteriores, deu-se continuidade à aquisição de 25 Locomotivas Eléctricas 4700 cujo montante realizado em 2008 foi de 26 milhões de euros.

## 32. Garantias, fianças e avales prestadas

### 32.1. Garantias reais prestadas no âmbito de empréstimos obtidos pela CP da Eurofima:

Un. Euros

IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS		
RUBRICA	VALOR BRUTO	VALOR LÍQUIDO
423 - Equipamento Básico		
Automotoras - RAV	1.022.647.668	626.924.479
Carruagens e Furgões - RAV	87.917.406	30.931.197
Locomotivas e Locotractores - RAV	301.601.940	127.895.855
Vagões - RAV	126.131.936	34.901.774
<b>Total</b>	<b>1.538.298.950</b>	<b>820.653.305</b>

### 32.2. Garantias prestadas a favor de empresas interligadas

Garantias e avales prestados pela CP – a empresas do grupo e associadas

- FERGRÁFICA (cartas conforto) 1.675.448

• EMEF (cartas conforto)	6.987.979 €
• EMEF (fiança)	10.000.000 €
• FERNAVE (cartas conforto)	7.800.000 €

### 32.3. Garantias prestadas a favor da CP

• Garantias e fianças prestadas à CP pelo Estado	725.451.399 €
• Garantias e fianças bancárias prestadas à CP por entidades bancárias a favor de terceiros	2.387.225 €

33. Indicação das diferenças entre as importâncias das dívidas a pagar e as correspondentes quantias arrecadadas  
Nada a referir.

34. Desdobramento das contas de provisões acumuladas e explicitação dos movimentos ocorridos no exercício.  
Segue em mapa anexo a este articulado.

35. Aumento do capital estatutário no exercício  
Em 2008 não se realizaram aumentos ou reduções no capital estatutário.

36. Número de acções e valor nominal  
Não aplicável à Empresa.

37. Detentor do capital  
O Estado Português detém 100% do capital da Empresa que foi nacionalizada nos termos do Decreto-Lei n.º 205-B/75 de 16 de Abril.

38. Número e valor nominal das acções e quotas subscritas no capital, durante o exercício  
Não aplicável à Empresa.

39. Movimento ocorrido nas reservas de reavaliação  
A Empresa procedeu pela primeira vez em 1995 à reavaliação do imobilizado corpóreo.  
A reavaliação incidiu no imobilizado contemplado na rubrica "Equipamento Básico" e engloba o material circulante, à data de 31 de Dezembro de 1995.

O sistema utilizado consistiu em calcular previamente, amortizações correspondentes ao exercício de 1995 e seguidamente procedeu-se à aplicação, aos valores do imobilizado e às respectivas amortizações acumuladas dos coeficientes de desvalorização da moeda constantes da Portaria n.º 338/95 de 21 de Abril, corrigidos previamente com o factor de 1,04.

No exercício de 1997 procedeu-se à Reavaliação do Imobilizado Corpóreo nos termos do Decreto-Lei n.º 31/98 de 11 de Fevereiro.

No exercício de 1999, a Empresa procedeu à inventariação dos bens contemplados nas restantes rubricas do imobilizado corpóreo, adquiridos até 31 de Dezembro de 1997, com excepção dos correspondentes ao material circulante e a peças de parque.

Este trabalho foi coordenado pelas empresas Ernst & Young e CPU-Consultores de Avaliação e genericamente consistiu na identificação dos bens, respectiva avaliação com base no critério do valor corrente de mercado e cálculo do excedente deste último para o custo histórico, de que resultou um montante de 51.989.137 €.

As variações das reservas de reavaliação ocorridas no exercício de 2008 constam no quadro que segue:

Un. Euros

CONTAS	SALDO INICIAL	REAVAL. REGISTRADAS	INC. CAP.	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS	SALDO FINAL
5691 - Res.reav/95	29.979.049	-	-	(3.009.023)	26.970.026
561 - Res.reav/97	18.181.266	-	-	(1.098.938)	17.082.328
5692 - Res.reav/99-Estado	32.079.316	-	-	(338.418)	31.740.898
5693 - Res.reav/99-CP	12.537.539	-	-	280.464	12.818.003
<b>Total</b>	<b>92.777.170</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(4.165.915)</b>	<b>88.611.255</b>

As transferências para resultados transitados foram efectuadas de acordo com a realização dos bens verificada no próprio exercício para as "reservas de reavaliação" de 1995 e de 1997 e para as "reservas de reavaliação" de 1999.

#### 40. Variação das rubricas do Capital Próprio

Movimentos ocorridos no exercício em cada uma das rubricas de capitais próprios:

Un. Euros

CONTAS	SALDO INICIAL	MOVIMENTOS NO EXERCÍCIO		SALDO FINAL
		AUMENTOS	DIMINUIÇÕES	
51 - Capital estatutário	1.995.317.000			1.995.317.000
55 - Ajustamentos de partes de capital em empresas do grupo e associadas:				
551 - Ajustamentos de transição	202.900			202.900
552 - Lucros não atribuídos	2.686.965			2.686.965
553 - Out variações Cap Próprios	- 73.233			- 73.233
56 - Reservas de reavaliação				
561 - Res. Reavaliação - DL nº31/98	18.181.266		1.098.938	17.082.328
569 - Res. Reavaliação - Outras	74.595.904	339.182	3.406.159	71.528.927
57 - Reservas				
571 - Reservas legais	24.703			24.703
572 - Reservas estatutárias	1.306.650			1.306.650
575 - Subsídios	6.239.371		580.820	5.658.551
579 - Reservas p/ saneam financ	91.357.368			91.357.368
59 - Resultados transitados	-3.829.012.085	4.505.097	183.888.783	-4.008.395.771
	<b>-1.639.173.191</b>	<b>4.844.279</b>	<b>188.974.700</b>	<b>-1.823.303.612</b>



## Comentários às rubricas de capitais próprios:

### 51 – Capital Estatutário

O Capital Estatutário da CP, E.P. é fixado por Despacho Conjunto dos Ministros da Tutela e das Finanças de acordo com o artº.3º.do Decreto-Lei n.º 490/76 de 23 de Junho, na sequência de proposta do Conselho de Gerência, conforme previsto no artº1º do citado Diploma.

### 55 – Ajustamentos de partes de capital em empresas do grupo e associadas

#### 551 – Ajustamentos de transição

Esta rubrica reflecte os ajustamentos resultantes da aplicação do Método de Equivalência Patrimonial pela primeira vez em 1993, às participações financeiras em empresas do Grupo e em empresas associadas.

#### 552 – Lucros não atribuídos

Esta rubrica reflecte a variação entre os lucros imputáveis às participações financeiras nas empresas do grupo e associadas e os dividendos que forem atribuídos, relevados por contrapartida de Resultados Transitados.

#### 553 – Outras Variações nos Capitais Próprios

Esta rubrica reflecte os ajustamentos resultantes da variação dos Capitais próprios nas empresas do grupo e empresas associadas, decorrentes da aplicação do Método de Equivalência Patrimonial.

### 56 – Reservas de Reavaliação

#### 561 – Decreto-Lei nº31/98

O montante em saldo nesta rubrica respeita ao valor de reavaliação do Material Circulante que em 1997 não apresentava nenhuma parcela totalmente amortizada e que no final do exercício se encontra em curso de amortização.

#### 569 – Outras Reservas

##### 5691 – Reservas de Reavaliação/95

##### 5692 – Reservas de Reavaliação/99 Estado

##### 5693 – Reservas de Reavaliação/99 CP

Os montantes em saldo nestas rubricas respeitam aos valores de reavaliação do Material Circulante em 1995 no caso da primeira e aos valores de reavaliação em 1999 dos restantes bens do domínio público concedidos em contrato e da CP, com excepção das peças de parque e que no final do exercício se encontram em curso de amortização.

### 57 – Reservas

#### 571 – Reservas Legais

Esta rubrica reflecte a reserva legal ajustada de uma redução de 712 € em 2001 por redenominação do capital estatutário em euros.

#### 572 – Reservas Estatutárias

Esta reserva corresponde ao valor do Fundo de Amortização e Renovação de Material Circulante existente em 31 de Dezembro de 1974.

O Fundo de Amortização e Renovação de Material Circulante destinava-se à renovação do material circulante, conforme previsto no Artº16º do Contrato de Concessão de 1951 entre o Estado e a Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses, e respeitava ao excedente das receitas do Fundo sobre os investimentos por ele financiados.

#### 575 – Subsídios

O saldo desta rubrica respeita essencialmente a subsídios recebidos para Material Circulante no período de 1982 a 1989, em curso de amortização.

#### 579 – Reserva para Saneamento Financeiro

Esta reserva reflecte o Passivo assumido pelo Estado nos termos do Protocolo de 24 de Agosto de 1993, respeitante a dívidas à Administração Fiscal, à DGT e à Banca no montante de 97.975.959 € e a utilização na regularização do restante valor em dívida pelo Estado de 6.618.591 €, resultante do saneamento financeiro realizado no âmbito do Decreto-Lei n.º361/85.

#### 59 – Resultados Transitados

Em 31 de Dezembro de 2007, o saldo desta rubrica ascendia a -3.829.012.085 € e reflectia os resultados líquidos dos exercícios de 1985 a 2006, os ajustamentos diversos resultantes das participações nas empresas do grupo e associadas; a utilização de reservas de reavaliação, por realização de bens a que estavam associadas; a correcção da reserva de reavaliação de 1995 e 1997 resultante da correcção da vida útil de 2 UQÉ's da Linha de Sintra; a utilização da reserva respeitante a subsídios recebidos para Material Circulante no período de 1982 a 1989, em função da respectiva amortização económica; o reforço da provisão para encargo com a taxa de uso respeitante ao exercício de 2000; o reforço da provisão para encargos com acidentes de trabalho e doenças profissionais em 1997; a anulação do crédito sobre o Estado por encargos assumidos no âmbito do saneamento financeiro-Decreto-Lei n.º361/85 e n.º 387/85; o reconhecimento de proveitos pelo transporte de militares e forças militarizadas ao abrigo da Portaria n.º471/78 de 19 de Agosto, no período de 1996 a 1999 e de 2002 a 2004.

O Resultado Líquido de 2006 e 2007 no montante de -192.897.562 € e -183.888.783 €, foram considerados no saldo desta rubrica para efeitos de apresentação destas Demonstrações Financeiras. Porém, os documentos de prestação de contas de 2006 e 2007 aguardam Despacho de Aprovação das Tutelas Sectorial e Financeira.

No Exercício de 2008 registaram-se as seguintes aumentos:

Utilização de reservas de reavaliação de 1995 e 1997 em 4.107.961 € e de reservas de reavaliação de 1999 em 397.137 €, pelos valores de realização no exercício de bens reavaliados naqueles anos.

#### 41. Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

Segue em mapa anexo a este articulado.

#### 42. Demonstração da variação da produção e demonstração do custo das vendas e das prestações de serviços

42.1. Não aplicável à Empresa

42.2. Demonstração do custo das vendas e da prestação de serviços

(Segue em mapa anexo a este articulado)

#### 43. Remunerações atribuídas aos órgãos sociais (em euros)

- Conselho de Gerência 418.410 €
- Comissão de Fiscalização 49.340 €

Não existem responsabilidades assumidas relativamente a pensões de reforma dos antigos membros dos órgãos acima referidos.

## 44. Valor líquido das prestações de serviços

Un. Euros			
PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	Mercado Interno	Mercado Externo	TOTAL
72-Prestações de Serviços	275.264.303	15.002.741	290.267.044

## 45. Demonstração dos resultados financeiros

Segue em mapa anexo a este articulado.

## 46. Demonstração dos resultados extraordinários

Segue em mapa anexo a este articulado.

Os custos e perdas extraordinários respeitam essencialmente ao abate contabilístico de 11 MVA's que apresentavam um estado elevado de degradação, reembolsos de despesas com tratamentos médicos a vítimas de acidentes ferroviários, e ainda contribuições e donativos, nomeadamente para a Fundação Museu Nacional Ferroviário.

Os proveitos e ganhos extraordinários reconhecidos no exercício respeitam essencialmente à redução de provisões constituídas em exercícios anteriores cuja responsabilidade não se veio a verificar, assim como à venda de locomotivas da Série 1400 e 1200 e do reconhecimento dos Subsídios para material circulante.

## IV – Outras Informações

## 47. Informações exigidas por diplomas legais

47.1. Informação a que se refere o Despacho do Secretário de Estado do Tesouro, de 25 de Junho de 1980:

\* Encargos com estruturas representativas dos trabalhadores (em euros):

Ordenados e Salários	123.997 €
Subsídio de férias e 13º mês	27.888 €
Encargos sobre remunerações	37.532 €
Outras despesas com o pessoal	10.719 €

\* Número de trabalhadores envolvidos

*A tempo inteiro:*

Dirigentes sindicais	14
Comissão de trabalhadores	1

*A tempo parcial:*

Dirigentes sindicais	206
Delegados sindicais	36
Comissão de trabalhadores	8
Subcomissão de trabalhadores	60

47.2. Informação a que se refere o Decreto-Lei nº 411/91 de 17 de Outubro:

\* A dívida à Segurança Social ascende a 2.315.196 €, não se encontrando qualquer valor em situação de dívida vencida.

48. Outras informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados.

48.1. Imobilizações de conta do Estado

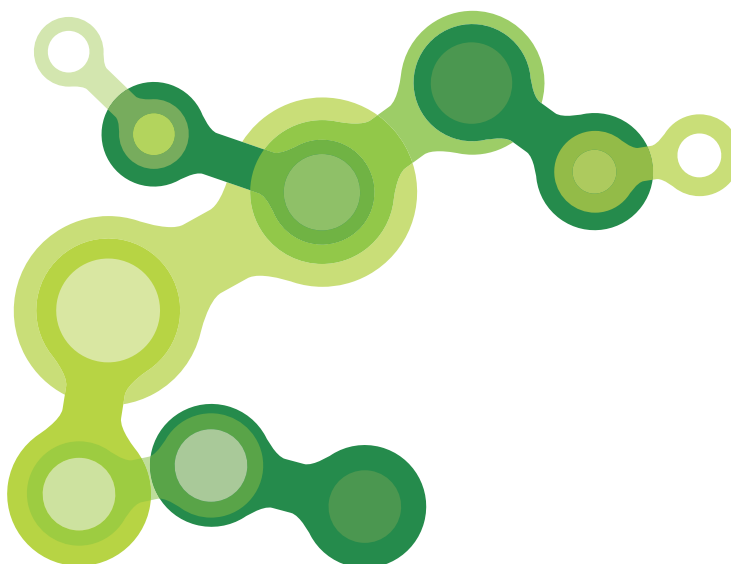
O imobilizado de conta do Estado (vidé nota 3.1.2.) ascende a 111.571.359 € e desdobra-se como segue:

• Imobilizações corpóreas	111.571.359 €
421 – Terrenos e recursos naturais	19.304.297 €
422 – Edifícios e outras construções	92.267.062 €
• Imobilizações em curso	0 €
442 – Obras em curso	0 €

48.2. Conteúdo da conta 24 – Estado e Outros Entes Públicos

Un. Euros

24	ACTIVO – ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	DÉBITOS	
241	Imposto sobre o Rendimento		2.563.980
2411	Pagamento Especial por Conta	736.513	
2412	Imposto Retido na Fonte	1.827.467	
243	Imposto sobre o Valor Acrescentado		12.220.354
2437	IVA a Recuperar do período de Nov e Dez 2008	6.736.146	
2438	IVA – Reembolsos Pedidos do período de Julho a Out de 2008	5.484.208	
245	Contribuições Seg. Social – CNP		181.942
248	IVA – Imposto a recuperar		880.885
<b>Total</b>			<b>15.847.161</b>
24	PASSIVO – ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	CRÉDITOS	
2414	Tributação Autónoma		338.112
242	Retenções – Imposto sobre Rendimento		1.280.031
2436	IVA a Pagar		509.672
245	Contribuições Seg. Social-CNP e IGFSS		2.497.138
<b>Total</b>			<b>4.624.953</b>



### 48.3. Desdobramento das rubricas de Outros Devedores e de Outros Credores no Balanço

#### 48.3.1. Outros Devedores

Un. Euros

RUBRICA 261/3 + 268 + 221		
CONTAS	DESIGNAÇÃO	Saldo
Dívidas de Terceiros - Médio e Longo Prazo		
268	Devedores Diversos	975.110
288	Ajustamentos de Dívidas a Receber – Médio e Longo Prazo	- 975.110
Dívidas de Terceiros - Curto Prazo		
221	Fornecedores c/c - Saldos Devedores	150.019
261	Forn. de Imob c/c - Saldos Devedores	38.869
262	Outros Devedores - Pessoal	208.633
268	Devedores Diversos	
	D.Diversos - c/c	16.343.714
	D.Diversos - Cobrança Duvidosa	5.881.779
	D. Diversos - Dif. Câmbio	88.864
	C. Diversos - Saldos Devedores	33.850
	C.Div-Dep Cauções Prestadas	48.958
	C.Div.-Prov. Rep-Traf. Merc. CPCG	2.524.143
	C.Div.-Prov. Rep-Res. Elect. UVIR	658.692
	C.Div.-Prov. Rep-Res. Elect. Outros	97.910
	C.Div.-Prov. Rep-Outros-CP RG	68.080
	C.Div.-IVA-Operações. a Regul.	5.182.553
	D\C Div - Facturação	147.672
	D\C Div - Seg. Saúde	6.402
	C.Div.-Valores Regularizar Estações	127.270
	C.Div.-ODC-Cartão Galp Frota	51.993
	ODC - Estações CP-LX\PT	143.463
	ODC - Quiosques - Uvir	2.911
	ODC - TPA -Uvir	-359
	ODC - CPLX - C. Lx Viva	-35.625
	ODC - Estações	445.446
	Outros Devedores Diversos	262.931
		32.080.647
		32.478.168
288	Ajustamentos de Dívidas a Receber – Outras Dívidas	- 5.881.779
		26.596.389

#### 48.3.2. Outros Credores

Un. Euros

RUBRICA 262/8 + 211		
CONTAS	DESIGNAÇÃO	Saldo
Médio e Longo Prazo		
265	Outros Credores – Cred. Subscrições	-14.006.734
Curto Prazo		
211	Outros Credores - Clientes - c/c	-11.303
262	Outros Credores - Pessoal	-166.261
263	Outros Credores - Sindicatos	-97.069
267	Outros Credores - Consultores	-10.222
268	Credores Diversos - c/c	
	Saldo Credor – Devedores Diversos	-147.110
	Credores Diversos - c/c	-8.536.613
	Credores Diversos - Cauções Recebidas	-91.464
	Credores Diversos - Ret Garant	-13.545
	Credores Diversos - Prov. Repartir UN's	-1.647.838
	Outros Credores Diversos	-1.312.894
		-11.749.464
		-12.034.319

#### 48.4. Conteúdo das contas de Acréscimos e Diferimentos

##### 48.4.1. Activo

Un. Euros

CONTAS	Saldo
271 - Acréscimos de Proveitos	1.594.106
<b>Curto Prazo</b>	<b>1.594.106</b>
2711 - Acréscimo de Proveitos	
Juros e outros proveitos relativos a 2006 e 2008 a facturar em 2009	705.066
2712 - Acréscimo de Proveitos - CP Lisboa	
Prestação de serviços de transporte de 2008 a facturar em 2009.	
Especialização do valor a facturar em 2009 relativo ao Plano de Apoio a Idosos (PAII).	656.602
2713 - Acréscimo de Proveitos - CP Regional	
Prestação de serviços de transporte de 2008 a facturar em 2009	147.155
2714 - Acréscimo de Proveitos - CP Porto	
Prestação de serviços de transporte de 2008 a facturar em 2009	63.596
2715 - Acréscimo de Proveitos - CP Carga	
Prestação de serviços de transporte de 2007 e 2008 a facturar em 2009	12.738
2716 - Acréscimo de Proveitos - CP L.Curso	
Prestação de serviços de transporte de 2008 a facturar em 2009	7.849
2719 - Outros Acréscimos de Proveitos	
A receber da FUJITSU pela retoma de 11 MVA's	1.100
272 - Custos Diferidos	65.938.850
<b>Médio e Longo Prazo</b>	<b>46.788.670</b>
2723 - Custos Diferidos	42.725.869
- Adiantamento Custos Diferidos	
Adiantamentos efectuados à EMEF pela reparação de material circulante	3.730.511
- R1's	
Intervenções profundas em todos os órgãos do material circulante motor, para lhe restituir o potencial de vida útil inicialmente estimado, permitindo/ garantindo a respectiva utilização em condições técnicas de funcionamento. Ocorrem normalmente a meio da vida útil do material, ou seja, ao fim de 15 anos	515.949
- R2/3's	
Intervenções no material circulante programadas em função do tipo de exploração, tempo ou quilómetros percorridos, tendo como objectivo repor as condições técnicas de funcionamento dos equipamentos constituintes. Não concorrem para o aumento da vida útil do material reparado. A periodicidade com que ocorrem é função do tipo de material circulante e do modo de exploração do mesmo, variando entre 4 ou 5 anos	26.876.615
- REV's	
Intervenções programadas em função do tipo de exploração, tempo ou quilómetros percorridos, tendo como objectivo monitorar e/ou restituir a vida dos órgãos e equipamentos de segurança, garantindo a fiabilidade de funcionamento exigida. A frequência média destas intervenções é de 6 ou 8 anos, depende das séries de material.	11.602.794
2729 - Outros Custos Diferidos	4.062.801
Garantia MBIA Polo Sec II e Polo III, relativos a 2009 e seguintes	
<b>Curto Prazo</b>	<b>19.150.180</b>
2721 - Custos Diferidos - Encargos Diversos	880.000
Seguros de Resp. Civil por Transporte de Passageiros e Mercadorias, pagos em 2008, respeitantes a 2009	
2723 - Custos Diferidos	17.015.654
Diferimento dos encargos com grandes reparações do material circulante efectuadas pela EMEF, do seguinte tipo:	
- R1's	
Intervenções profundas em todos os órgãos do material circulante motor, para lhe restituir o potencial de vida útil inicialmente estimado, permitindo/ garantindo a respectiva utilização em condições técnicas de funcionamento. Ocorrem normalmente a meio da vida útil do material, ou seja, ao fim de 15 anos	121.766
- R2/3's	
Intervenções no material circulante programadas em função do tipo de exploração, tempo ou quilómetros percorridos, tendo como objectivo repor as condições técnicas de funcionamento dos equipamentos constituintes. Não concorrem para o aumento da vida útil do material reparado. A periodicidade com que ocorrem é função do tipo de material circulante e do modo de exploração do mesmo, variando entre 4 ou 5 anos	12.415.388
- REV's	
Intervenções programadas em função do tipo de exploração, tempo ou quilómetros percorridos, tendo como objectivo monitorar e/ou restituir a vida dos órgãos e equipamentos de segurança, garantindo a fiabilidade de funcionamento exigida. A frequência média destas intervenções é de 6 ou 8 anos e depende das séries de material.	3.519.628
- Adiantamento Custos Diferidos	
Adiantamentos efectuados à EMEF pela reparação de material circulante	958.872
2729 - Outros Custos Diferidos	1.254.526
Garantia MBIA Polo Sec II e Polo III, relativos a 2009	1.083.423
Rendas, alugueres e contratos de assistência técnica liquidados em 2008 e relativos a 2009	171.103
<b>Total</b>	<b>67.202.814</b>

## 48.4.2. Passivo

Un. Euros

CONTAS	Saldo
273 - Acréscimos de Custos	63.252.745
<b>Curto Prazo</b>	<b>63.252.745</b>
2731 - Acréscimo de Custos-Seguros a Liquidar	0
Seguros a liquidar em 2009 - Transp. Merc\Veiculos	
2732 - Acréscimo de Custos-remunerações a liquidar	16.699.995
Valor total das Revogações de contratos por mútuo acordo em 2008.	
Férias e subsídio de férias a liquidar em 2009	
2733 - Acréscimo de Custos - juros a liquidar	21.419.261
Juros de financiamentos a liquidarem em 2009	
2734 - Acréscimo de Custos - taxa aval a liquidar	355.025
Taxa de aval respeitante ao empréstimo obrigacionista e a empréstimos do BEI-CP III e ROLLING STOCK a liquidar em 2009	
2735 - Acréscimo de Custos - FSE a liquidar	21.011.899
Serviços prestados pela REFER à CP ao Abrigo do directório da rede.	8.177.341
Especialização de encargos com reparação de material circulante em 2008, encargos com energia, com o Acordo CP/RENFE e outros encargos em 2008 a regularizar em 2009.	12.834.558
2736 - Acréscimo de Custos-Out. Enc.Financeiros	3.766.565
Especialização de encargos da EUROFIMA e Juros de Mora s\ facturação por liquidar.	
274 - Proveitos Diferidos	232.332.087
<b>Médio e Longo Prazo</b>	<b>216.238.253</b>
2745 - Proveitos Diferidos	212.725.449
Subsídios do PIDDAC e Fundos Comunitários para o investimento recebidos até Dezembro/08 e a utilizar em anos seguintes.	
Subsídios do Estado e Fundos Comunitários para o investimento (FEDER) recebidos até Dezembro/08 e a utilizar em anos seguintes	
2748 - Proveitos Diferidos	314.389
Diferenças de câmbio das acções da Eurofima	
2749 - Outros Proveitos Diferidos	3.198.415
Valor a amortizar do SWAP POLO III e Empréstimo Obrigacionista	
<b>Curto Prazo</b>	<b>16.093.834</b>
2744 - Proveitos Diferidos do Tráfego	1.015.499
Passes sociais e assinaturas vendidos em Dez/08 e a utilizar em Jan./09	
2745-Proveitos Diferidos	12.006.454
Subsídios do PIDDAC e Fundos Comunitários para o investimento recebidos até Dezembro/08 e a utilizar em anos seguintes	
Subsídios do Estado e Fundos Comunitários para o investimento (FEDER) recebidos até Dezembro/08 e a utilizar em anos seguintes	
Estudo de terminais multimodais - Train-Office	
2749 - Outros Proveitos Diferidos	3.071.881
Valor a amortizar do SWAP POLO III e empréstimo obrigacionista	2.741.294
Outros Proveitos Diferidos	330.587
<b>Total</b>	<b>295.584.832</b>

#### 48.5. Transporte de militares, forças militarizadas e de funcionários do Ministério da Justiça

A dívida do Ministério da Defesa Nacional, respeitante ao transporte de militares, no âmbito da Portaria 471/78 de 19 de Agosto, suportada em facturas pró-forma foi reconhecida e ajustada em 2008 pelo montante total de 3.824.341 €.

Em 2008 foi acordado com o Ministério da Justiça a regularização da dívida originada em Exercícios passados, bem como os princípios de utilização do transporte por parte dos agentes daqueles serviços do Estado, pelo que em 2008 não existem ajustamentos sobre os valores em dívida, contrariamente ao verificado no Exercício transacto.

Os valores em dívida ajustados à data de 31 de Dezembro de 2008 referentes ao Transporte de militares e forças militarizadas, discriminam-se como segue:

Un. Euros

ENTIDADES	DÍVIDA ATÉ 31 DEZ. 2005		DÍVIDA DE 2006	DÍVIDA DE 2007	DÍVIDA DE 2008	TOTAL GERAL
	TIPO DE FACTURAÇÃO					
	Firme	Proforma	Proforma	Proforma	Proforma	
Ministério da Defesa Nacional	5.201.444	12.154.694	3.822.217	3.635.071	3.824.341	28.637.767
Tribunal Constitucional				29.230		29.230
Total	5.201.444	12.154.694	3.822.217	3.664.301	3.824.341	28.666.999

#### 48.6. Informações sobre matérias ambientais

No âmbito da Gestão Ambiental, no ano de 2008, salienta-se o desenvolvimento e consolidação do Sistema de Gestão Ambiental (tendo-se instituído a identificação da legislação ambiental aplicável na actividade da Empresa e assegurado o respectivo processo de avaliação de conformidade legal), a realização de auditorias internas ao Sistema de Gestão Ambiental e a consequente elaboração e aprovação dos planos de acções correctivas decorrentes das constatações levantadas.

De entre as actividades resultantes do cumprimento dos referidos planos, podemos referir, como exemplos, a limpeza de câmaras de decantação, a instalação de separadores de hidrocarbonetos, a identificação das redes de saneamento e locais de descarga das águas residuais que servem instalações geradoras de efluentes industriais, ou mesmo a realização de simulacros aos procedimentos de emergência definidos e o desenvolvimento de novos procedimentos, como por exemplo, associados às intervenções técnicas em equipamentos fixos de refrigeração e de ar condicionado.

Na óptica da Gestão de Resíduos, o Projecto-piloto de Recolha Selectiva de Resíduos Urbanos ou Equiparados em parceria com a CML foi alargado aos complexos de Stª. Apolónia e Campolide e foi aprovada uma proposta de melhoria continua referente a um projecto-piloto de recolha selectiva de papel a bordo dos comboios.

Este ano também foi disponibilizado no portal CP o simulador Eco Viagem CP. Este simulador permite ao Cliente, no acto da compra do bilhete on-line, saber qual o impacto ambiental da viagem que vai realizar por modo rodoviário e por modo ferroviário, promovendo-se assim as vantagens ambientais do transporte ferroviário.

A CP em 2008 voltou a realizar várias iniciativas, nomeadamente a do "Comboio do Ambiente", em parceria com a Liga Portuguesa da Natureza, LPN. Uma iniciativa que anualmente junta jovens e especialistas para debater a sustentabilidade

e as vantagens ambientais do transporte ferroviário, assim como foi convidada para intervir em seminários e conferências sobre este tema, nomeadamente "Clima 2008" primeiro congresso nacional para as Alterações Climáticas que decorreu na universidade de Aveiro e a participar nos "workshops" do Green Festival 2008 com uma intervenção sobre "Mobilidade Sustentável\_ A CP faz parte da Solução". Conscientes que não basta estar a fazer o trabalho de casa a nível interno é preciso partilhar as nossas conquistas com o público, com os nossos Clientes.

#### 48.7. Operações conjuntamente controladas

No âmbito destas operações relevam os Acordos comerciais celebrados entre a CP e a Empresa espanhola RENFE Operadora.

Constituiu objecto destes Acordos assinados em Junho de 2007, mas com efeitos retroactivos a Janeiro de 2006 a gestão dos comboios directos que efectuam o percurso nocturno entre Lisboa – Madrid (Comboio Hotel Lusitânia) e Lisboa – Hendaya (Sud Expresso) nos termos seguintes:

- Lusitânia Comboio Hotel  
Gestão conjunta das duas Empresas, com repartição de despesas e receitas em partes iguais.
- Comboio Sud Expresso  
Gestão exclusiva pela CP que arrecada toda a receita da realização do comboio. A congénere espanhola, RENFE, garante a circulação do comboio em Espanha e todas as operações logísticas associadas, incluindo a venda e informação nas estações, sendo remunerada em conformidade.

O impacto destes acordos no resultado do exercício foi o seguinte:

	Un. Euros	
	Custos	Proveitos
Comboio Hotel Lusitânia	2.200.000	1.824.349
Sud Expresso	5.180.000	5.507.530
<b>Total</b>	<b>7.380.000</b>	<b>7.331.879</b>

#### 48.8. Venda de material circulante e de equipamentos oficinais

No presente exercício, salienta-se a venda de 3 locomotivas diesel via larga à Somafel – Eng. e Obras Ferroviárias, Portugal no montante de 344.500 € e diversos equipamentos oficinais, no montante de 2.548.359 €, à EMEF – Empresa de Manutenção de Equipamentos Ferroviários, S.A.



#### 48.9. Partes Relacionadas

São os seguintes os saldos em 31 de Dezembro de 2008 e os valores referentes a transacções no exercício com empresas do grupo e associadas:

Un. Euros

SALDOS		EMEF	TEX	FERNAVE	FERGRÁFICA	TIP
<b>Activos</b>						
211	Clientes - c/c	686				677.003
26811	Devedores Diversos-C/C	191.294		95.487		4.162
26818	Deved Div-Cobrança Duvidosa					1.666
2690	ODC Adiant.por C. Vendas			-339.183		
<b>Sub-total</b>		<b>191.980</b>	<b>0</b>	<b>-243.696</b>	<b>0</b>	<b>682.831</b>
<b>Passivos</b>						
221	Fornecedores - c/c	-6.078.744	-15.956	34.966	-133.692	-103.630
2529	Accionistas - Empréstimos			40.032	3.981	
2611	ODC - Fornecedores Imob - C/C	-11.324.514				
26821	Credores Diversos - C/C				720	
<b>Sub-total</b>		<b>-17.403.258</b>	<b>-15.956</b>	<b>74.998</b>	<b>-128.991</b>	<b>-103.630</b>
<b>Total Saldos</b>		<b>-17.211.278</b>	<b>-15.956</b>	<b>-168.698</b>	<b>-128.991</b>	<b>579.201</b>

TRANSAÇÕES		EMEF	TEX	FERNAVE	FERGRÁFICA	TIP
<b>Imobilizado</b>						
44	Imobilizado	9.868.110				
<b>Sub-total</b>		<b>9.868.110</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Custos</b>						
621	FSE - Subcontratos	47.887	1.733		260.616	
622	FSE - Outros fornecim. Serv.	72.193.399	18.247	950.114	214.657	37.590
64	Custos com Pessoal	0				
658/9	Out Custos Operacionais	350.282				
688	Out Custos Perdas Financeiras	13				91.131
698	Custos P Ex. Corr ex.ant PEC Irr	1.496	1.496	1		
<b>Sub-total</b>		<b>72.593.077</b>	<b>21.476</b>	<b>950.115</b>	<b>475.273</b>	<b>128.721</b>
<b>Proveitos</b>						
721	Prest Serviços -Passageiros	-840.453				-1.682.916
722	Prest Serviços -Mercadorias	-15.634				
725/9	Outras Prestações Serviços	-430.846		-73.354	-1.500	-44.728
731	Prov Suplem - Serv Sociais	-44.653				
732	Prov Suplem - Aluguer Equipam	0			-1.027	
733	Prov Suplem - Cedência Energia	-374.183		-60.158		
738	Outros Prov Suplementares	-3.792.501		-168.641	-34.018	-13.762
769	Prov Ganhos Operac-Outros	-8.200				-3.011
781	Prov Ganhos Fin-Juros Obtidos					
788	Outros Prov Ganhos Financeiros					
<b>Sub-total</b>		<b>-5.506.470</b>	<b>0</b>	<b>-302.153</b>	<b>-36.545</b>	<b>-1.744.417</b>
<b>Total Transacções</b>		<b>76.954.717</b>	<b>21.476</b>	<b>647.962</b>	<b>438.728</b>	<b>-1.615.696</b>

#### 48.10 Eventos subsequentes à data do Balanço

À data de 23 de Fevereiro de 2009, a Empresa procedeu à alienação da participação financeira que detinha no capital social da participada TEX – Transportes de Encomendas Expresso, Lda, à Empresa CCC – Transportes Urbanos, SA.

A referida participada, constituída em 1992, tem como actividade principal o transporte urgente de encomendas no mercado nacional, Continente e Ilhas, incluindo o serviço porta a porta e serviços complementares ao transporte, o qual se situa fora das opções estratégicas do Governo para o sector ferroviário e consequentemente, fora da estratégia actual da CP.

Atendendo à venda acordada, e em observância aos princípios emanados pela DC nº9, a aplicação da mensuração pelo Método da Equivalência Patrimonial cessou em 2008 tendo a participação sido valorizada ao preço de venda (valor realizável) por ser inferior ao custo, determinado pela quantia escriturada à data de 31 de Dezembro de 2008.

#### 48.11 Capital Próprio

À data da preparação destas Demonstrações Financeiras, os documentos de prestação de contas referentes ao exercício de 2006 e 2007 aguardavam ainda a aprovação de Suas Excelências, o Senhor Secretário de Estado do Tesouro e Finanças e da Senhora Secretária de Estado dos Transportes. O Resultado Líquido daqueles exercícios, no montante de - 192.897.562 € e - 183.888.783 €, foi considerado na conta de Resultados Transitados para efeitos de apresentação das peças contabilísticas.

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2008 a Empresa incorreu num prejuízo de 190.385.876 €, verificando-se que nessa data, o passivo total excede o activo total em 2.013.689.488 €.

#### 48.12 Recomposição do Capital

Tal como se evidencia nas Demonstrações Financeiras e se refere no ponto 48.11 deste Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados, o capital está perdido na sua totalidade. Os resultados que a CP tem obtido no mercado do transporte ferroviário de Passageiros e de mercadorias e os encargos financeiros decorrentes do elevado passivo financeiro, impedem a reabilitação do Capital Próprio da Empresa que se cifra em -2.013.689 m.€ à data de 31 de Dezembro de 2008. A continuidade das operações depende principalmente do suporte financeiro do detentor do capital, pelo que se torna imprescindível a adopção de medidas urgentes por parte do accionista Estado visando a recomposição do Capital da CP.

O Técnico Oficial de Contas

Trindade Gonçalves Lopes Belo

O CONSELHO DE GERÊNCIA

PRESIDENTE Francisco José Cardoso dos Reis

VOGAL José Salomão Coelho Benoliel

VOGAL Paulo José da Silva Magina

VOGAL Nuno Alexandre Baltazar de Sousa Moreira

VOGAL Ricardo Manuel da Silva Bexiga

# ANEXOS

## 10.1 Movimentos ocorridos nas rubricas do activo imobilizado (ACTIVO BRUTO)

Un. Euros

RUBRICAS	Saldo Inicial	Reavaliação/Ajustamento	Aumentos	Alienações	Transferências e Abates	Saldo Final
<b>IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS:</b>						
. Despesas de instalação	0	0	0	0	0	0
. Despesas de investigação e desenvolvimento	1.019.072	0	6.665	0	0	1.025.737
. Imobilizado em curso	0	0	300.042	0	0	300.042
. Adiantamentos p/c. de imobilizações incorpóreas	0	0	0	0	0	0
	<b>1.019.072</b>	<b>0</b>	<b>306.707</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1.325.779</b>
<b>IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:</b>						
. Terrenos e recursos naturais	31.299.099	0	84.796	0	0	31.383.895
. Edifícios e outras construções	107.284.992	0	269.681	0	4.633.030	112.187.703
. Equipamento básico	2.078.044.147	0	559.148	7.512.280	-361.952	2.070.729.063
. Equipamento de transporte	5.689.005	0	5.354	881.312	423	4.813.470
. Ferramentas e utensílios	297.471	0	2.980	23.500	0	276.951
. Equipamento administrativo	18.243.186	0	831.292	0	-208.490	18.865.988
. Taras e vasilhame	0	0	0	0	0	0
. Outras imobilizações corpóreas	50.533.694	0	1.891.533	21.616	5.631.162	58.034.773
. Imobilizações em curso	6.447.567	0	17.807.922	0	-12.294.356	11.961.133
. Adiantamentos p/c. de imobilizações corpóreas	31.787.312	0	29.596.754	0	-1.299.899	60.084.167
	<b>2.329.626.473</b>	<b>0</b>	<b>51.049.460</b>	<b>8.438.708</b>	<b>-3.900.082</b>	<b>2.368.337.143</b>
<b>INVESTIMENTOS FINANCEIROS:</b>						
. Partes de capital em empresas de grupo	5.340.841	-5.019.799	3.058.031	0	0	3.379.073
. Empréstimos a empresas do grupo	3.950.000	0	9.431.542	0	2.945.902	16.327.444
. Partes de capital em empresas associadas	79.071	2.837	0	0	0	81.908
. Empréstimos a empresas associadas	2.795.901	0	300.000	0	-3.095.901	0
. Títulos e outras aplicações financeiras	19.470.532	0	0	0	0	19.470.532
. Outros empréstimos concedidos	1.068.694	0	0	0	-62.020	1.006.674
	<b>32.705.039</b>	<b>-5.016.962</b>	<b>12.789.573</b>	<b>0</b>	<b>-212.019</b>	<b>40.265.631</b>



## 10.2. Movimentos ocorridos nas amortizações e ajustamentos das rubricas do activo imobilizado

Un. Euros

RUBRICAS	Saldo inicial	Reforço	Anulação/ Reversão	Abates/ Alienação	Saldo Final
<b>IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS</b>					
. Despesas de instalação	0	0	0	0	0
. Despesas de investigação e de desenvolvimento	256.179	341.171	0	0	597.350
	<b>256.179</b>	<b>341.171</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>597.350</b>
<b>IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS</b>					
. Edifícios e outras construções	24.474.153	3.344.407	130	0	27.818.690
. Equipamento básico	1.064.196.507	66.082.562	278	8.188.798	1.122.090.549
. Equipamento de transporte	4.684.388	350.839	0	849.484	4.185.743
. Ferramentas e utensílios	264.156	14.844	0	11.750	267.250
. Equipamento administrativo	15.862.113	1.340.273	0	329.867	16.872.519
. Târas e vasilhame	0	0	0	0	0
. Outras imobilizações corpóreas	22.014.836	2.725.064	2.392	7.267	24.735.025
	<b>1.131.496.153</b>	<b>73.857.989</b>	<b>2.800</b>	<b>9.387.166</b>	<b>1.195.969.776</b>
<b>INVESTIMENTOS FINANCEIROS</b>					
. Partes de capital em empresas do grupo	3.152.623	0	0	0	3.152.623
. Empréstimos a empresas do grupo	3.500.000	6.377.444	0	0	9.877.444(a)
. Empréstimos a empresas associadas	2.795.901	0	-2.795.901	0	0
. Títulos e outras aplicações financeiras	0	249.399	0	0	249.399
. Outros empréstimos concedidos	6.674	1.000.000	0	0	1.006.674
	<b>9.455.198</b>	<b>7.626.843</b>	<b>-2.795.901</b>	<b>0</b>	<b>14.286.140</b>

(a) A diferença para os empréstimos de financiamento a empresas do grupo no montante de 16.327.444 euros, corresponde aos empréstimos de 6.000.000 euros à EMEF e de 450.000 euros à TEX. Embora apresentem Capitais Próprios negativos, não se procedeu ao ajustamento destes empréstimos, por se ter verificado o reembolso do empréstimo à TEX em Fevereiro de 2009, em resultado da alienação da Empresa e por existir intenção da EMEF de reembolsar a CP a curto prazo, a partir de um financiamento bancário sob a forma de linha de crédito de igual montante, já contraído à data do fecho.



## 16. Relação das empresas do grupo e das empresas associadas

Un. Euros

FIRMA/SEDE	CAPITAL DETIDO		Capitais Próprios em 31/12/2007	Resultados Líquidos do Exercício 2007	Capitais Próprios em 31/12/2008	Resultados Líquidos do Exercício 2008
	Fracção	Valor				
EMPRESAS DO GRUPO:						
EMEF - Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, SA Rua do Conde Redondo, nº 145 1169-030 Lisboa	100,00%	8.100.000	1.487.434	-2.612.566	-257.914 a)	-4.803.378 a)
FERGRÁFICA - Artes Gráficas, SA Av. Infante D. Henrique, 89 1900 Lisboa	100,00%	400.000	-940.099	-577.235	-1.348.219 a)	-408.120 a)
TEX - Transporte de Encomendas Expresso, Ldª. E.N. 10 - Edifício Edipad (A. Safal) 2685-671 S. João da Talha	99,80%	499.000	638.096	17.493	-363.382 a)	-1.001.478 a)
FERNAVE - Formação Técnica, Psicologia Aplicada e Consultoria em Transportes e Portos, SA Rua Castilho Nº 3, 1269-074 Lisboa	70,00%	700.000	-1.323.193	-1.679.770	-2.853.929 a)	-1.530.736 a)
EMPRESAS ASSOCIADAS:						
TIP- Transportes Intermodais do Porto Av. Fernão de Magalhães nº 1862, - 9º 4350-158 Porto	33,33%	10.000	-5.340.810	-328.637	-4.484.301 a)	856.509 a)
STIFA - Transporte Internacional Ferroviário de Automóveis, SA Terminal de Alverca - Estrada Nacional 10 2615 Alverca	22,50%	112.500	351.427	-65.787	364.037 a)	12.610 a)

(a) Valores provisórios



## 21. Movimentos ocorridos nas rubricas do activo circulante

Un. Euros

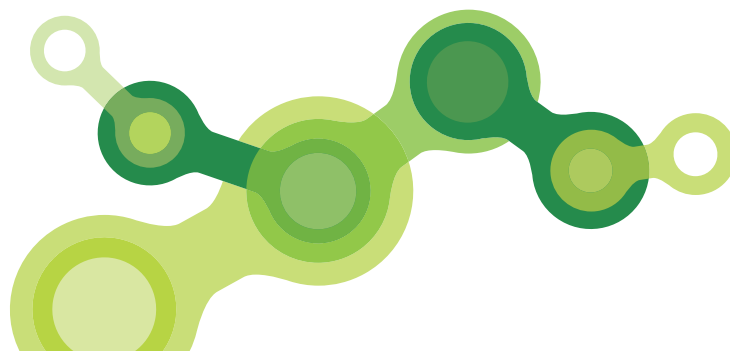
AJUSTAMENTOS CONTA	SALDO INICIAL	REFORÇO	REVERSÃO	SALDO FINAL
<b>28. Ajustamentos de dívidas a receber</b>				
Clientes de Cobrança Duvidosa	33.213,386	3.642.228	6.739.635	30.115.979
Letras Protestadas	26.661	0	0	26.661
Empresas do grupo	599	100.964	57.550	44.013
Empresas participadas e participantes	44.792	0	44.792	0
Outros Devedores	6.871.221	0	14.332	6.856.889
	<b>40.156.659</b>	<b>3.743.192</b>	<b>6.856.309</b>	<b>37.043.542</b>
<b>39. Ajustamentos de existências</b>				
Mat. Primas Subsid. e de Consumo	5.441.009	118.562	0	5.559.571
Mercadorias	0	0	0	0
	<b>5.441.009</b>	<b>118.562</b>	<b>0</b>	<b>5.559.571</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>45.597.668</b>	<b>3.861.754</b>	<b>6.856.309</b>	<b>42.603.113</b>



### 34. Desdobramento das contas de provisões acumuladas e explicitação dos movimentos ocorridos no exercício.

Un. Euros

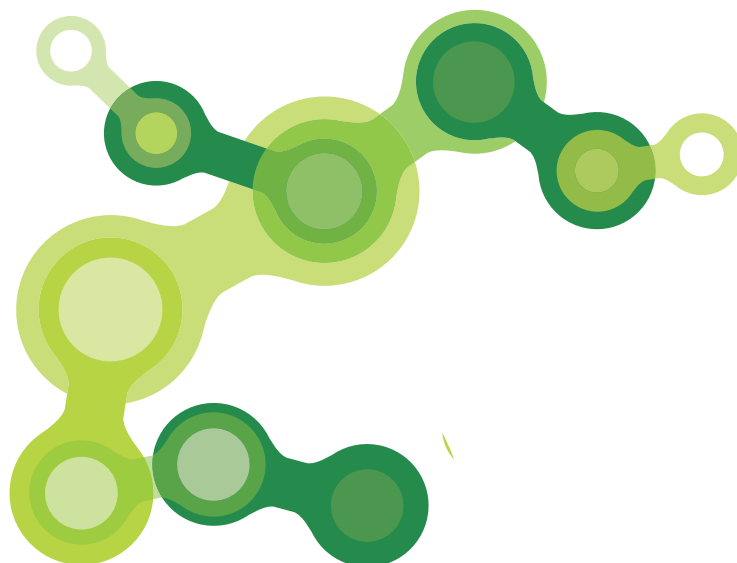
CONTA	SALDO INICIAL	AUMENTO	REDUÇÃO	SALDO FINAL
<b>29. Provisões</b>				
Processos Judiciais em Curso	32.321.774	163.874	0	32.485.648
Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais	11.328.998	0	357.687	10.971.311
Acidentes Ferroviários	1.136.486	1.670.114	632.713	2.173.887
Encargos com pré-reforma	96.451	0	79.659	16.792
Encargos com promoções	731.455	0	405.579	325.876
Perdas em Investimentos financeiros	949.522	0	87.793	861.729
Outras Provisões	4.417.381	0	4.401.299	16.082
	<b>50.982.067</b>	<b>1.833.988</b>	<b>5.964.730</b>	<b>46.851.325</b>



#### 4.1. Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

Un. Euros

MOVIMENTOS	MERCADORIAS	MATÉRIAS PRIMAS, SUBSIDIÁRIAS E DE CONSUMO			CUSTO TOTAL
		EMBALAGENS DE CONSUMO	MATERIAIS DIVERSOS	TOTAL	
Existências iniciais	250.648	0	9.437.352	9.437.352	9.688.000
Compras	0	0	20.175.409	20.175.409	20.175.409
Devolução de existências	0	0	-1.647	-1.647	-1.647
Regularização de existências	-7.774	0	-29.660	-29.660	-37.434
Existências finais	-237.707	0	-10.815.087	-10.815.087	-11.052.794
<b>Custos no exercício</b>	<b>5.167</b>	<b>0</b>	<b>18.766.367</b>	<b>18.766.367</b>	<b>18.771.534</b>

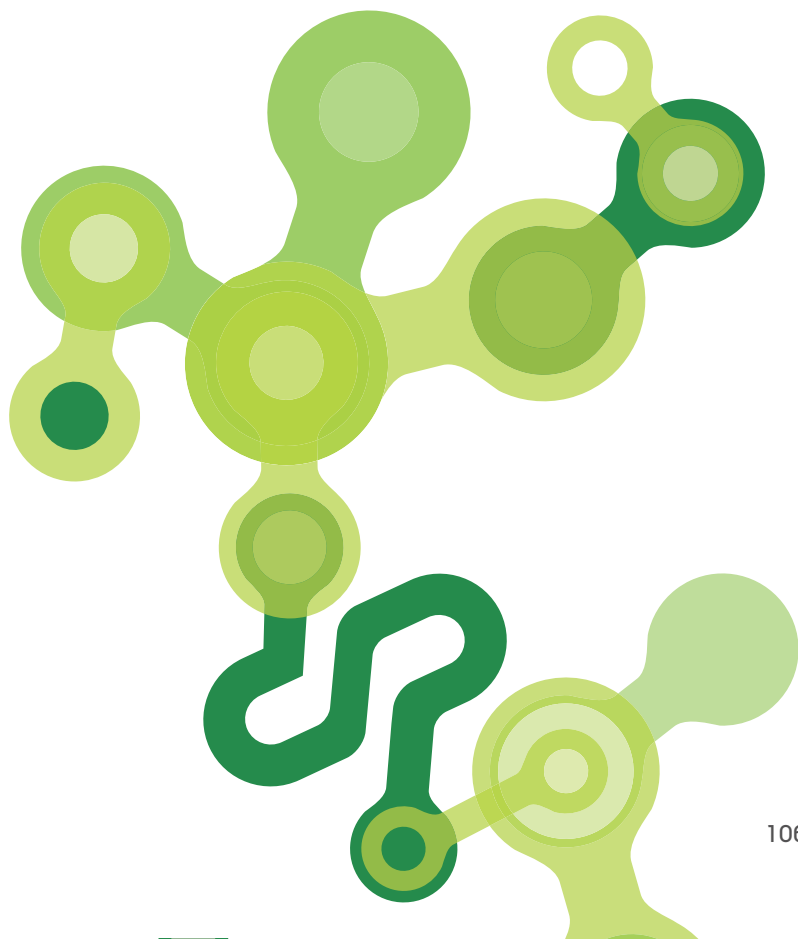


## 42. Demonstração da variação da produção e demonstração do custo das vendas e das prestações de serviços

## 42.2. Demonstração do custo das vendas e da prestação de serviços

Un. Euros

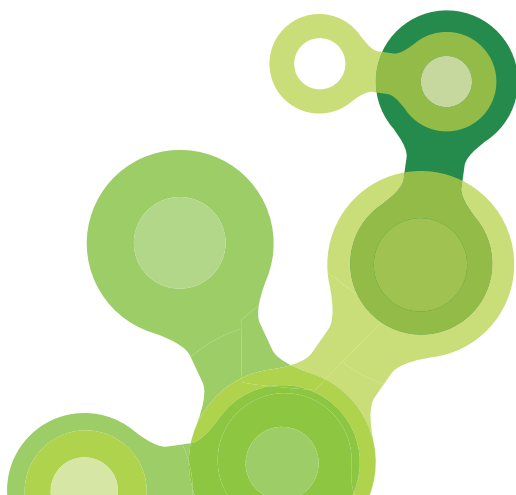
MOVIMENTOS	PRODUTOS ACABADOS E INTERMÉDIOS	SUBPRODUTOS, DESPERDÍCIOS, RESÍDUOS E REFUGOS	PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS
Existências iniciais			
Entradas Provenientes da produção			-346.165.826
Regularização de existências			
Saídas para a produção e imobilizado			
Existências finais			
<b>Custo das vendas e prestações de serviços</b>			<b>-346.165.826</b>



#### 45. Demonstração dos resultados financeiros

Un. Euros

Custos e Perdas	Exercício 2008	Exercício 2007	Proveitos e Ganhos	Exercício 2008	Exercício 2007
681 - Juros suportados	138.530.894	118.234.671	781 - Juros obtidos	40.156.957	25.669.045
682 - Perdas em empresas do grupo e associadas	4.609.429	2.832.695	782 - Ganhos em empresas de grupo e associadas	2.837	53.198
683 - Amortizações de investimentos em imóveis	0	0	783 - Rendimentos de imóveis	0	0
684 - Ajustamentos de aplicações financeiras	5.297.484	5.626.481	784 - Rendimentos de participações de capital	544.463	128.024
685 - Diferenças de câmbio desfavoráveis	6.914	91.819	785 - Diferenças de câmbio favoráveis	60.741	8.332
686 - Descontos de pronto pagamento concedidos	0	0	786 - Descontos de pronto pagamento obtidos	1.633	825
687 - Perdas na alienação de aplicações de tesouraria	0	0	787 - Ganhos na alienação de aplicações de tesouraria	0	0
688 - Outros custos e perdas financeiros	3.839.269	3.768.074	788 - Reversões e outros proveitos e ganhos financeiros	3.702.735	4.057.817
<b>Resultados financeiros</b>	<b>-107.814.624</b>	<b>-100.636.499</b>			
	<b>44.469.366</b>	<b>29.917.241</b>		<b>44.469.366</b>	<b>29.917.241</b>



#### 46. Demonstração dos resultados extraordinários

Un. Euros

Custos e Perdas	Exercício 2008	Exercício 2007	Proveitos e Ganhos	Exercício 2008	Exercício 2007
691. Donativos	305.210	154.913	791. Restituição de impostos	3	0
692. Dívidas incobráveis	22.649	1.344.758	792. Recuperação de dívidas	0	2.442
693. Perdas em existências	35.443	471.620	793. Ganhos em existências	14.721	38.066
694. Perdas em imobilizações	178.859	275.725	794. Ganhos em imobilizações	413.737	6.706.811
695. Multas e penalidades	3.138	4.588	795. Benefícios de penalidades	48.176	81.582
696. Aumentos de amortizações	2.801	259.864	796. Redução de provisões	5.964.730	5.434.006
697. Correções relativas a exercícios anteriores	0	0	797. Correções relativas a exercícios anteriores	0	0
698. Outros custos e perdas extraordinários	216.684	3.850.261	798. Outros proveitos e ganhos extraordinários	11.923.642	17.343.383
699. Encargos c/pré-reforma	86.356	230.819	799. Outros	0	0
Resultados extraordinários	17.513.869	23.013.742			
	18.365.009	29.606.290		18.365.009	29.606.290

O Técnico Oficial de Contas

Trindade Gonçalves Lopes Belo

O CONSELHO DE GERÊNCIA

PRESIDENTE Francisco José Cardoso dos Reis

VOGAL José Salomão Coelho Benoliel

VOGAL Paulo José da Silva Magina

VOGAL Nuno Alexandre Baltazar de Sousa Moreira

VOGAL Ricardo Manuel da Silva Bexiga





COMBOIOS DE PORTUGAL

08

# RELATÓRIO E PARECER DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO





## I - INTRODUÇÃO

Em cumprimento das funções que lhe estão consignadas na Lei e nos Estatutos, a Comissão de Fiscalização elaborou o presente Relatório e Parecer, sobre o Relatório e Contas da CP - Caminhos de Ferro Portugueses, EP, relativo ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2008, o qual lhe foi submetido em 08/05/2009.

A CP foi criada pelo Decreto-Lei nº. 109/77, de 25 de Março, com a natureza jurídica de empresa pública, regendo-se pelos respectivos Estatutos aprovados por este diploma, pelo Decreto-Lei nº. 558/99, de 17 de Dezembro, e subsidiariamente pelo Código das Sociedades Comerciais (CSC).

Como factos relevantes ocorridos em 2008, destacam-se:

- Forte aumento da procura de passageiros no tráfego de longo curso e no tráfego suburbano da zona do Porto, o que contrasta com a perda de passageiros em Lisboa e a quebra da procura no transporte de mercadorias;
- Melhoria do Resultado Operacional em cerca de 6,2 milhões de euros relativamente a 2007;
- Resultados financeiros negativos em cerca de 107,8 milhões de euros, verificando-se um agravamento de 7,2 milhões de euros;
- Agravamento do Resultado líquido em cerca de 6,5 milhões de euros, para o qual contribuiu a quebra dos resultados financeiros e dos resultados extraordinários;
- Inversão da trajectória descendente da evolução dos Custos com o pessoal verificada nos últimos anos;
- No final de 2008, o Capital Próprio da CP atinge cerca de 2 mil milhões de euros negativos e o passivo remunerado cerca de 3 mil milhões de euros.

## II - ACTIVIDADE DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO

A Comissão de Fiscalização reuniu ordinariamente pelo menos uma vez por mês, tendo elaborado os Relatórios Trimestrais a que está obrigada, nos termos da lei e dos estatutos, os quais foram remetidos às tutelas, à Inspeção-Geral das Finanças e ao órgão de gestão da CP.

No decorrer do exercício de 2008, a Comissão de Fiscalização acompanhou a gestão da Empresa através de reuniões e contactos com o Conselho de Gerência, bem como com outros responsáveis, tendo sido solicitados e obtidos os esclarecimentos necessários.



Foram analisadas as actas das reuniões daquele Conselho, tendo sido obtida e examinada a documentação de suporte das decisões tomadas.

Foram também analisados os instrumentos de gestão previsional para 2008 e acompanhada a execução dos Orçamentos de Tesouraria, Exploração e Investimentos.

As contas da Empresa foram objecto de exame pelo Revisor Oficial de Contas que integra este órgão, bem como por auditores externos. Em conformidade com a legislação aplicável o Revisor Oficial de Contas da CP emitiu, relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2008, a competente Certificação Legal das Contas, a qual contém uma ênfase considerada apropriada pelo mesmo.

### III – APRECIÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO

O Relatório Anual de Gestão, apresentado pelo Conselho de Gerência da CP, contém uma exposição fiel e clara da evolução dos negócios, do desempenho e da posição da Empresa, bem como uma descrição dos principais riscos e incertezas com que a mesma se defronta, satisfazendo os requisitos expressos no artigo 66.º do CSC. O Conselho de Gerência propõe que os Resultados Líquidos do Exercício, no montante de 190.385.876 euros negativos, sejam transferidos para a conta Resultados Transitados.

Parece-nos, no entanto, de realçar os aspectos seguintes sobre a actividade produtiva da empresa:

- Os indicadores dos tráfegos referidos no Relatório do Conselho de Gerência, mostram um aumento global da procura, que se traduziu por uma evolução positiva de 1,6% em unidades de tráfego (UK), essencialmente influenciada pelo crescimento do tráfego de passageiros de 3,7% em passageiros quilómetro (PK), uma vez que houve uma diminuição do tráfego de mercadorias de 1,4% em toneladas quilómetro (TK).
- Do efeito conjugado do aumento da procura e da estabilização do efectivo, resultou um aumento de 1,4% da produtividade física do factor trabalho, o qual atingiu em 2008 o valor de 1,5 milhões de UK/trabalhador do efectivo médio.
- No tráfego de passageiros houve um aumento de 3,7% nos passageiros quilómetro (PK), para o qual contribuíram fundamentalmente o tráfego de longo curso e o tráfego suburbano do Porto, uma vez que houve uma diminuição no tráfego suburbano de Lisboa e no tráfego regional. Verificou-se um aumento de 0,6% em passageiros transportados (P) e um aumento de 5,7% na receita estatística. Na estrutura do tráfego de passageiros



voltou a aumentar o peso relativo do tráfego de longo curso, que representa agora 36,0%, embora continue a ser dominante o tráfego suburbano de Lisboa e Porto, com 49,1%.

- No tráfego de mercadorias houve uma diminuição de 1,4% nas toneladas quilómetro (TK) e de 1,2% nas toneladas transportadas (T), embora tivesse havido um aumento de 1,2% na receita estatística. Mantém-se a característica de um grupo reduzido de tráfegos serem os mais representativos em receita e em volume.
- O índice de estrutura de tráfego (PK/UK) mostra um novo crescimento relativo do tráfego de passageiros, que representa agora 59,9% do tráfego total da empresa.

#### IV - ANÁLISE DAS CONTAS

1. A CP regista um prejuízo de 190,4 milhões de euros no exercício de 2008, o qual aumentou em cerca de 6,5 milhões de euros comparativamente ao exercício anterior. Para esta evolução negativa contribuiu a quebra dos resultados financeiros em cerca de 7,2 milhões de euros e dos resultados extraordinários em cerca de 5,5 milhões de euros, não obstante a melhoria dos Resultados operacionais em cerca de 6,2 milhões de euros. Enquanto o comportamento dos resultados financeiros é influenciado pelo aumento do endividamento e da taxa média de juro, o de resultados extraordinários está essencialmente associado aos ganhos obtidos em 2007 com a alienação de material circulante que não se repetiram em 2008. O EBITDA, antes de subsídios à exploração, sofreu uma quebra de 4,3 milhões de euros (8,1%),
2. O aumento de 5,8% dos Custos com o pessoal deve-se ao incremento da massa salarial (4,3%) e de outros encargos. O aumento em termos *per capita*, considerando o efectivo médio a cargo da CP, é de 3,9% na massa salarial e de 5,1% nos Custos com o pessoal, antes dos encargos com indemnizações ao pessoal por rescisão de contratos de trabalho por mútuo acordo. O aumento verificado na massa salarial decorre da actualização da tabela salarial, dos efeitos de outras cláusulas de expressão pecuniária e da produção de efeitos em 2008 de processos de avaliação de desempenho de 2006 e 2007. Ainda a nível dos custos, a rubrica Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas regista um aumento significativo de 17,3% (+2,8 milhões de euros) devido essencialmente ao aumento do preço dos combustíveis (gasóleo para a tracção).
3. Apesar da melhoria registada no desempenho económico da Empresa, a sua situação económica e financeira continua a apresentar-se bastante desequilibrada se atendermos ao desajustamento estrutural da exploração, ao valor do Capital Próprio em -2,0 mil milhões de euros, em 31/12/2008, ao elevado nível de endividamento que atinge 3,0 mil milhões de euros, dos quais cerca de 2,8 mil

milhões de euros dizem respeito a empréstimos, responsáveis pelos elevados encargos financeiros.

4. O programa de investimentos realizado no exercício totalizou 51,4 milhões de euros (18,4 milhões de euros em 2007) e incidiu essencialmente na aquisição de material circulante (35,9 milhões de euros) e outros investimentos (12,9 milhões de euros), cujo financiamento foi efectuado sobretudo por recurso ao crédito bancário (42,8 milhões de euros). A cobertura financeira deste investimento pelo PIDDAC foi de cerca de 8 milhões de euros e por fundos comunitários por um montante inexpressivo de 534 mil euros.

## V – PARECER

Atento ao exposto, a Comissão de Fiscalização emite o seu parecer favorável à aprovação do Relatório e Contas da CP referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2008, com a ênfase expressa na Certificação Legal das Contas, bem como a proposta de aplicação de resultados formulada pelo Conselho de Gerência.

A Comissão de Fiscalização, finalmente, regista com apreço a disponibilidade manifestada não só pelos responsáveis dos diferentes Serviços mas, também, pela generalidade do pessoal desta Empresa Pública.

Lisboa, 14 de Maio de 2009

### A COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO



Dr. Issuf Ahmad, Presidente



Dr. José Luís Areal Alves da Cunha, Vogal ROC,  
Em representação da "ALVES DA CUNHA, A. DIAS & ASSOCIADOS, SROC"



Engº Carlos Fernando Moreira de Carvalho, Vogal



COMBOIOS DE PORTUGAL

08

# CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS



ALVES DA CUNHA, A. DIAS & ASSOCIADOS

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS



## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas da **CP – Caminhos de Ferro Portugueses, E.P.**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2008, (que evidencia um total de 1.354.746.054 euros e um total de capital próprio negativo de 2.013.689.488 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 190.385.876 euros), as Demonstrações dos resultados por naturezas e por funções e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

### Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, e o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

### Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
  - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;



- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
  - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
  - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

### Opinião

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da **CP – Caminhos de Ferro Portugueses, E.P.** em 31 de Dezembro de 2008, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

### Ênfase

8. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo sete, chamamos a atenção para a situação seguinte:
- 8.1. Tal como está evidenciado nas demonstrações financeiras e se refere na nota 48.11. do Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados, o capital está perdido na sua totalidade, pelo que a continuidade da empresa está dependente da obtenção de resultados positivos no futuro e das medidas que vierem a ser adoptadas pelo Estado.

Lisboa, 13 de Maio de 2009

ALVES DA CUNHA, A. DIAS & ASSOCIADOS  
*Sociedade de Revisores Oficiais de Contas*  
representada por José Luís Areal Alves da Cunha

**ALVES DA CUNHA, A. DIAS & ASSOCIADOS**  
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS



Exmo Accionista  
e Exm<sup>o</sup>. Conselho de Gerência  
da CP – Caminhos de Ferro Portugueses, E.P.

Exm<sup>os</sup>. Senhores,

1. Procedemos à revisão legal das contas da CP – *Caminhos de Ferro Portugueses, E.P.* (CP) relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2008, de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e com a profundidade considerada necessária nas circunstâncias. Em consequência do exame efectuado emitimos a respectiva Certificação Legal das Contas com data de 13 de Maio de 2009, cujo conteúdo se dá aqui como integralmente reproduzido.
2. De entre outros, executámos os seguintes procedimentos:
  - a) Acompanhamento da gestão da Empresa, através de contactos periódicos mantidos com o Conselho de Gerência e com outros responsáveis;
  - b) Apreciação da adequação e consistência das políticas contabilísticas adoptadas pela CP e que se encontram divulgadas no Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados;
  - c) Verificação da conformidade das demonstrações financeiras, que compreendem o Balanço, a Demonstração dos resultados por naturezas e funções, a Demonstração dos fluxos de caixa e os respectivos Anexos, com as normas constantes do Plano Oficial de Contabilidade e com as Directrizes da Comissão de Normalização Contabilística;
  - d) Verificação da conformidade das demonstrações financeiras com os registos contabilísticos que lhes servem de suporte;
  - e) Circularização de bancos, análise das respostas obtidas e teste das reconciliações bancárias preparadas pela Empresa;



- f) Confirmação directa junto de terceiros dos saldos de contas, responsabilidades e garantias prestadas ou obtidas, análise das respostas obtidas e teste dos valores evidenciados pela contabilidade;
- g) Análise aos saldos de clientes e à razoabilidade dos ajustamentos efectuados para a cobertura do risco de incobrabilidade dos mesmos;
- h) Verificação da situação fiscal e da adequada contabilização dos impostos;
- i) Teste à aplicação do método de equivalência patrimonial nos Investimentos Financeiros;
- j) Solicitação directa a advogados e outras entidades de informações sobre litígios ou acções judiciais pendentes;
- k) Análise às situações justificativas de ajustamentos e provisões;
- l) Análise às contas do imobilizado corpóreo, incorpóreo e em curso e teste ao cálculo das amortizações;
- m) Análise e teste dos vários elementos de custos, proveitos, perdas e ganhos registados no exercício, com particular atenção ao seu balanceamento, diferimento e acréscimo;
- n) Análise dos acontecimentos subsequentes ao termo do exercício;
- o) Outros testes considerados relevantes.

3. Em consequência do trabalho efectuado, e para além dos aspectos referidos na nossa Certificação Legal das Contas datada de 13 de Maio de 2009, entendemos dever relatar e/ou recomendar o seguinte:

- a) *Outros Devedores e Clientes c/c* incluem, respectivamente, 3 milhões de euros respeitantes a afrouxamentos e diversas prestações de serviços, debitados pela CP à REFER e não reconhecidos por esta empresa pública. Em contrapartida, existem, também, valores debitados pela REFER, relativos a actividade comercial, estacionamento, manobras, tarifas suplementares e outros serviços, no montante de 9,9 milhões de euros, com IVA incluído, dos quais a CP reconheceu como *Acréscimos de custos* cerca de 8,3 milhões de euros;
- b) A CP tem direito a auferir uma contrapartida financeira pelo transporte ferroviário de militares realizado ao abrigo da Portaria n.º 471/78, de 19 de Agosto. No entanto, a falta de dotação orçamental para pagamento destas quantias por parte do Ministério da Defesa Nacional tem tornado problemática a sua recuperação pela



CP, e conduziu a que os correspondentes proveitos contabilizados no passado tivessem sido anulados e provisionados, e a partir de 2003, deixassem de ser registados. Em 2005, 2006 e 2007, a CP passou a registar estes valores como *Proveitos do exercício*, realizando ajustamentos de igual montante não considerando o IVA. Tal procedimento foi também seguido em 2008, tendo a CP registado como *Proveitos do exercício* os valores relativos ao ano em análise (3.642 milhares de euros) e realizado um ajustamento de igual montante. Em termos acumulados, a 31/12/2008 estão registados 28.638 milhares de euros em *Cientes de cobrança duvidosa* e 26.942 milhares de euros em *Ajustamentos de dívidas de terceiros* referentes a estas contrapartidas financeiras que a CP entende serem devidas pelo Ministério da Defesa Nacional (vidé nota 48.5 do Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados);

- c) A CP não tem um plano de desafecção a médio e longo prazo de bens de imobilizado, situação que dificulta a análise dos prazos de vida útil dos bens, pelo que recomendamos que o mesmo seja elaborado;
- d) A CP realizou um empréstimo à EMEF de 6 milhões de euros, com vista à aquisição das instalações da Amadora. Nos últimos três anos a CP ajustou todos os investimentos efectuados na EMEF, no entanto neste caso, dado que a participada solicitou um financiamento bancário para a referida aquisição e pretende proceder ao reembolso do empréstimo, a CP não realizou qualquer ajustamento;
- e) Da análise das cartas de resposta dos terceiros à circularização efectuada verificámos a existência de diversas divergências, sem impacto material, de entre as quais salientamos: (1) facturas de fornecedores c/c relativas ao exercício de 2008, somente registadas pela CP em 2009; (2) facturas de fornecedores evidenciadas pelas contas-correntes dos mesmos que não foram aceites pela CP ou que estão em processo de validação; (3) movimentos diversos de 2007 e de anos anteriores por reconciliar relativos a fornecedores e clientes;
- f) As reconciliações das contas da CP com algumas das suas participadas continuam a evidenciar diversos movimentos que não são reconhecidos pelas partes, de montantes não materiais, com antiguidade superior a um ano, situação que consideramos não satisfatória e que recomendamos seja regularizada com brevidade;
- g) Mantinha-se por ultimar o cadastro de parte das denominadas peças de parque adquiridas em anos anteriores a 1999, no montante bruto total de 9.673 milhares de



euros (montante líquido de amortizações de 1.313 milhares de euros), e incluído na conta *Outras imobilizações corpóreas*.

Lisboa, 13 de Maio de 2009

ALVES DA CUNHA, A. DIAS & ASSOCIADOS  
*Sociedade de Revisores Oficiais de Contas*  
representada por José Luís Areal Alves da Cunha



COMBOIOS DE PORTUGAL

# 08 RELATÓRIO DO AUDITOR EXTERNO





**KPMG & Associados - Sociedade de Revisores  
Oficiais de Contas, S.A.**  
Edifício Monumental  
Av. Praia da Vitória, 71 - A, 11º  
1069-006 Lisboa  
Portugal

Telefone: +351 210 110 000  
Fax: +351 210 110 121  
Internet: www.kpmg.pt

## RELATÓRIO DE AUDITORIA

### Introdução

- 1 Examinámos as demonstrações financeiras da **CP – Caminhos de Ferro Portugueses, E.P.**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2008 (que evidencia um total de 1.354.746.054 euros e um total de capital próprio negativo de 2.013.689.488 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 190.385.876 euros), as Demonstrações dos resultados por naturezas e por funções e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

### Responsabilidades

- 2 É da responsabilidade do Conselho de Gerência a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
- 3 A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

### Âmbito

- 4 O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
  - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Gerência, utilizadas na sua preparação;
  - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
  - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e,
  - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
- 5 O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
- 6 Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.



KPMG & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A., a firma portuguesa membro da rede KPMG, composta por firmas independentes afiliadas da KPMG Internacional, uma cooperativa suíça.

KPMG & Associados - S.R.O.C., S.A.  
Capital Social: 2.840.000 Euros - Pessoa Colectiva N.º  
PT 502 161 078 - Inscrito na O.R.O.C. N.º 189 -  
Inscrito na C.M.V.M. N.º 9093

Matriculada na Conservatória  
do registo Comercial de  
Lisboa sob o n.º 715, fls. 178  
do Livro C - 2/3



### Opinião

- 7 Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da CP – Caminhos de Ferro Portugueses, E.P. em 31 de Dezembro de 2008, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa do exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

### Ênfase

- 8 Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para o facto de que à data de 31 de Dezembro de 2008, a Empresa apresenta capitais próprios negativos no montante de 2.013.689.488 euros, tendo o Conselho de Gerência relatado esta situação no seu relatório. As demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade das operações, a qual depende do suporte financeiro do detentor do capital (Estado Português), do sucesso futuro das suas operações, e da capacidade de obtenção de recursos financeiros externos, não incluindo qualquer ajustamento caso se venha a constatar que esta base não foi a apropriada.

Lisboa, 31 de Março de 2009



**KPMG & Associados**  
**Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)**  
 representada por  
 Maria Cristina Santos Ferreira (ROC n.º 1010)



COMBOIOS DE PORTUGAL